



Universidade do Estado do Rio De Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

José Arnaldo Gama da Silva

A Organização dos Invisíveis: História e Desafios do MNPR

Rio de Janeiro

2021

José Arnaldo Gama da Silva

A Organização dos Invisíveis: História e Desafios do MNPR



Dissertação de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cleier Marconsin

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, José Arnaldo Gama da.
A Organização dos Invisíveis: História e Desafios do MNPR / José Arnaldo Gama da Silva. – 2021.
114 f.

Orientadora: Cleier Marconsin.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Pessoas desabrigadas – Teses. 3. Pobreza – Teses. I. Marconsin, Cleier. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 304

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

José Arnaldo Gama da Silva

A Organização dos Invisíveis: História e Desafios do MNPR

Dissertação de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Cleier Marconsin (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Juliana Fiuza Cislighi
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Cristina de Souza
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à militância do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

AGRADECIMENTOS

A Deus, na confiança que tenho de sua promessa expressa em Isaías 65: 21-22: “Construirão casas e nelas habitarão; plantarão vinhas e comerão do seu fruto. Já não construirão casas para outros ocuparem, nem plantarão para outros comerem. Pois o meu povo terá vida longa como as árvores; os meus escolhidos esbanjarão o fruto do seu trabalho”.

À minha família, meu porto seguro. In memoriam a Célia Serpa da Gama, avó querida e amada.

À Prof.^a Dra. Cleier Marconsin, orientadora e companheira de longas jornadas, minha gratidão pelo ensino, carinho, atenção, paciência e orientação neste trabalho e pelos momentos de luta na construção da defesa por uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Às professoras da minha banca examinadora: Dra. Juliana Fiúza Cislaghi e Dra. Maria Cristina de Souza, pela generosidade, por prontamente aceitaram o convite para compor a banca e por suas valiosas contribuições a esta dissertação.

À Mônica Cerqueira Meirelles de Souza, Rosângela Aparecida dos Santos, Yuri Rodrigues Genuncio pelo importante trabalho realizado na secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social.

Ao amigo de muito tempo, Ricardo Santos, pelo apoio e por nossas conversas sempre inspiradoras.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.

Paulo Freire

RESUMO

SILVA, José Arnaldo Gama da. **A Organização dos Invisíveis: História e Desafios do MNPR**. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação busca debater as possibilidades de organização de setores da classe trabalhadora, os quais se encontram em situação de rua. O debate insere-se no âmbito dos movimentos sociais, como uma das expressões da luta de classes na sociedade do capital. Nesse caminho, experiências mundiais de organização das classes subalternas em situação de rua são importantes, já que o fenômeno do pauperismo é histórico e tem escala global. Em tempos de avanço do neoliberalismo, de um lado, que tem por objetivo a destruição total dos direitos sociais, e de outro, de crise dos instrumentos clássicos de organização da classe trabalhadora, como partidos políticos e sindicatos, lançar a possibilidade de organizar trabalhadores em situação de rua torna-se um desafio ainda maior. No Brasil, a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em 2005, foi um passo fundamental nesse sentido. As dificuldades para sua criação e desenvolvimento passam por múltiplos elementos objetivos e subjetivos, relativos à constituição histórica da classe trabalhadora brasileira, marcada pela violência da escravização e pelos preconceitos de amplos setores da sociedade com a população que vive em situação de pauperização, nas ruas das cidades. Nesse quadro, o MNPR, situado no âmbito dos movimentos sociais ligados à reprodução social, constitui-se poderoso instrumento de luta, mostrando, em sua trajetória, até a atualidade, que a unidade de trabalhadores formais e informais é a chave das possibilidades de construção de outra sociedade. A máxima proclamada: “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” nunca deixou de estar na ordem do dia.

Palavras-chave: Pauperização.Movimento Social.Organização Coletiva da População em Situação de Rua.

ABSTRACT

SILVA, José Arnaldo Gama da. **The Organization of the Invisibles: History and Challenges of the MNPR.** 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This dissertation seeks to debate the possibilities of organizing sectors of the working class, which are on the streets. The debate falls within the scope of social movements, as one of the expressions of the class struggle in the society of capital. In this way, world experiences of organizing subordinate classes in street situations are important, since the phenomenon of pauperism is historical and has a global scale. In times of advance of neoliberalism, on the one hand, which aims at the total destruction of social rights, and on the other, of crisis of the classic instruments of organization of the working class, such as political parties and unions, launching the possibility of organizing workers in street situation becomes an even greater challenge. In Brazil, the creation of the National Movement of the Homeless Population (MNPR), in 2005, was a fundamental step in this direction. The difficulties for its creation and development go through multiple objective and subjective elements, related to the historical constitution of the Brazilian working class, marked by the violence of slavery and by the prejudices of broad sectors of society towards the population living in a situation of impoverishment on the streets of cities. In this context, the MNPR, located within the scope of social movements linked to social reproduction, constitutes a powerful instrument of struggle, showing, in its trajectory, to the present day, that the unity of formal and informal workers is the key to the possibilities of construction from another society. The maxim proclaimed: "workers from all over the world, unite" never ceased to be the order of the day.

Keywords: Pauperization.Social Movement.Collective Organization of the Homeless Population.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Atividades Remuneradas para Sobrevivência	64
Gráfico 2-	Mulheres e Homens em situação de rua por raça/cor	64
Gráfico 3-	Múltiplas razões de estarem nas ruas	65
Gráfico 4-	Alfabetização	65
Gráfico 5-	Informações Adicionais	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano
AI	Ato Institucional
AL	Alagoas
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
BA	Bahia
BH	Belo Horizonte
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIAMP - Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social
CISARTE	Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Educação e Trabalho
CMP	Central de Movimentos Populares
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CNDDH	Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CONGEMAS	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPU	Defensoria Pública da União
DF	Distrito Federal

EDEPE	Escola da Defensoria Pública
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEANTSA	Federação Europeia de Organizações Nacionais que trabalha com os Sem-teto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMP	Fundo Nacional de Moradia Popular
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPP	Instituto Pereira Passos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGTBI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais.
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAS	Movimento ao Socialismo
MASTER	Movimento dos Agricultores sem Terra
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNDLPSR	Movimento Nacional de Defesa e Luta da População em Situação de Rua
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NITEP	Colectivo Ni Todo Esta Perdido
NUDEDH	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
OAF	Organização Auxílio Fraternal

OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PBF	Programa Bolsa Família
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PR	Paraná
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
SEBES	Secretaria Municipal do Bem-Estar Social.
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SMO	Organizações do Movimento Social
SP	São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TV	Televisão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros
UNB	Universidade de Brasília

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA	26
1.1	Acumulação Primitiva: constituição pré-histórica do capital	31
1.1.1	<u>Escravização à brasileira: de eficácia social e de consequências duradouras</u>	38
1.1.2	<u>O tratamento dado à População em Situação de Rua pelo Estado</u> ...	44
2	MOVIMENTOS SOCIAIS EM SUA GÊNESE HISTÓRICA	47
2.1	Movimentos Sociais: origens e conceitos	47
2.2	Os Movimentos Sociais na América Latina	50
2.3	Os Movimentos Sociais no Brasil	52
3	A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO: HISTÓRIA DO MNPR NO BRASIL	61
3.1	Uma visão panorâmica do caminhar	66
3.2	O Movimento Nacional da População em Situação de Rua: lutas originárias	68
3.3	Os Congressos e sua importância na construção histórica do MNPR	75
3.4	A consolidação e a continuidade da luta do MNPR em tempos de ataques aos direitos sociais, políticos e humanos	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	101
	ANEXO A – O MNPR/ Apoiador@s e a Solidariedade Epidêmica.....	109
	ANEXO B – 19 de Agosto, Dia de Luto e de Luta da PopRua	110
	ANEXO C – Poesia Real no Mundo	111
	ANEXO D – Rap Da Rua	112
	ANEXO E – Universidades nas Ruas, e as Ruas nas Universidades.	113
	ANEXO F – Lula Da Silva, Guerreiro do Povo Brasileiro	114

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 vitimou 594.653 pessoas, no Brasil, e 4.752.988 no mundo, conforme dados de final de setembro de 2021, trazidos pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), órgão da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹.

Dessa tragédia, não passamos incólume ao longo dos estudos nos anos de mestrado. Importante registrar, aqui, inicialmente, que vivemos, também, a perda de diversos colegas, professores/as e técnico-administrativos/as da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) onde atuamos há mais de 27 anos. Todos contribuíram para o avanço do ensino e da pesquisa no espaço público. Ao fazermos o registro das mortes desses queridos servidores e servidoras públicos/as, prestamos nossa singela homenagem a todas as famílias e amigos enlutados.

A vacinação em nível mundial está acontecendo em um cenário muito desafiador de crise econômica e sanitária em escala planetária.

Antes de apresentarmos nosso debate introdutório, consideramos importante, também, o registro do papel desempenhado pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), neste trágico cenário. Em um país profundamente desigual, a negligência sanitária somada a uma política negacionista e neoliberal de seu governo levou milhares de brasileiros, principalmente, trabalhadores pobres e pauperizados, desassistidos, à morte. Traz, portanto, a marca indelével da necropolítica.

Por essas razões, ancoramo-nos em Gramsci, para reafirmar a máxima de que vivemos sob o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade”. Isto nos impulsiona a afirmar que novos tempos e uma nova forma de sociedade precisam ser construídos para o bem da humanidade e sobrevivência do planeta.

Importa ressaltar que nosso interesse em desenvolver esse estudo sobre a organização da População em Situação de Rua deve-se, inicialmente, ao trabalho que realizamos durante três anos e seis meses junto à População em Situação de Rua que sobrevive na área de Vila Isabel e Tijuca. Assim, foi possível ter contato direto com a realidade dessa população de diversas formas, seja através de conversas

¹ Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19). Disponível em: <<https://www.who.int/> - <https://covid19.who.int/> - <https://www.paho.org/pt/brasil>>. Acesso em: 29 set.2021

diretas sobre as condições que a levaram a tal situação; seja na forma de acompanhamentos e de encaminhamentos a casas de recuperação em dependência química, e a órgãos públicos etc.

Ao longo desse tempo vimos a necessidade de ampliar as formas de apoio e engajamento à luta dessa população pela transformação de suas vidas e pela saída da condição de rua. O primeiro passo nessa direção foi participar de algumas reuniões convocadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS – Arlindo Rodrigues) localizado no bairro da Tijuca, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Esta experiência levou-nos a conhecer outros espaços coletivos de debates² e a compor, no processo, a Coordenação Executiva do Fórum Permanente sobre a População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro:

O Fórum é uma instância da sociedade civil de acompanhamento, reflexões e debates públicos sobre a população que vive nas ruas e às ações direcionadas a esse grupo. É composto por representantes de organizações da sociedade civil, profissionais de órgãos de governos municipais e estadual e pessoas que têm a experiência de vida nas ruas. [...] Inicia-se como uma Rede de Solidariedade a pessoas em situação de rua, em janeiro de 2000, posteriormente se constituirá como Comissão Permanente de Monitoramento da Política de Assistência à População em Situação de Rua [...] Em janeiro de 2006 a Comissão Permanente se transformou no Fórum Permanente. (PORFÍRIO, 2014, p. 123-126)

No Mestrado em Serviço Social, como um dos frutos desta experiência particular, pudemos materializar nosso interesse em estudar a atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) como sujeito fundamental na participação e elaboração de propostas de políticas públicas, bem como compreender a possibilidade de organizar camadas da sociedade que “se encontram na órbita do pauperismo” (MARCONSIN; CAETANO, 2016, p.2)

Assim, tendo como base o modo de vida dessa população, espalhada pelas grandes cidades, convivendo com os diferentes perigos, desde as intempéries da natureza, as ações das administrações municipais que costumam ser violentas, até os ataques de grupos formados por pessoas que praticam a intolerância, algumas questões se tornaram relevantes em nosso estudo: como esses trabalhadores podem

² Integramos a coordenação que organizou no Teatro Odylo Costa, filho, da UERJ, na data de 10 de março de 2020, o seminário “Políticas de Álcool e Outras Drogas e a População em Situação de Rua: Avanços e Retrocessos” promovido pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro. Matéria jornalística disponível em: <<http://www.sintuperj.org.br/2020/03/11/manha-de-10-03-na-uerj-e-marcada-por-seminario-sobre-politicas-publicas-voltadas-para-populacao-adulta-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 15 fev.2021

organizar a luta pelos seus direitos, como se dá o processo de organização de forma a atingir os vários grupos? Em especial, quando observamos que a grande maioria - 95,5% - não participa de qualquer movimento social ou associativismo³? Como está o processo de organização do Movimento na atualidade?

Buscar a participação das pessoas em situação de rua é essencial nos processos de implementação e aperfeiçoamento dessas políticas, a forma como fazê-lo é um grande desafio. Principalmente, se considerarmos o contexto atual de avanço da ofensiva neoliberal, que visa destruir direitos e políticas sociais construídas nos últimos anos, que criminaliza os movimentos sociais, sendo agravado pelo fortalecimento do conservadorismo histórico que perpassa a sociedade brasileira, reforçando práticas e concepções conservadoras, higienistas, as quais atacam a dignidade e os direitos humanos dessa população, ameaçando suas vidas.

Nesse quadro complexo e contraditório, o objeto de nosso estudo consubstancia-se, então, na história e nas formas de atuação encontradas pelo MNPR para organizar a luta da População em Situação de Rua, por políticas públicas intersetoriais em sua área de atuação.

A expressão “população em situação de rua” é adotada, aqui, com base em Silva (2006), em sua dissertação “Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil - 1995-2005”.

Conforme a autora sua adoção se dá:

... em detrimento de outras expressões, por ser considerada a mais apropriada para designar uma situação ou condição social que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital” (2006, p.22)

Na atualidade, é notório o aumento dessa população que sobrevive nas ruas em condições de pobreza extrema. Concordamos com a autora, quando coloca que este fenômeno ocorre de forma mais intensa em sociedades capitalistas que, em sua lógica, orientam-se em direção à acumulação, independente das consequências sociais, políticas, ambientais etc. No mundo do capital, o desenvolvimento é desigual, trazendo consigo as marcas do processo.

³ I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua foi realizado entre agosto de 2007 a março de 2008. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 08 set.2020.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém, possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p.95).

Vale destacar que essa política foi elaborada como resposta à luta do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), sendo que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela sua implementação, passa a utilizar a seguinte definição para identificar a população em situação de rua:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar⁴.

Faz-se necessário o estudo do tema para entender como este setor da classe trabalhadora que sobrevive nas ruas, com escasso grau de consciência de pertencimento de classe, considerando suas condições de extrema pobreza e a falta de estrutura torna-se capaz de se organizar enquanto movimento social.

As respostas dadas pelo Movimento à dinâmica do capital que afeta diretamente as suas vidas, formas de organização e de luta por direitos, com consequentes avanços e contradições vividos na arena política constituem-se importante campo de investigação teórico-política.

Considerando-se as preocupações da área de Serviço Social com as múltiplas expressões da questão social, esse conhecimento torna-se relevante, portanto, para o entendimento e o reforço do potencial de resistência dessa população diante de uma possível fragilidade organizativa, incipiente maturidade de consciência política que

⁴ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua/?repeat=w3tc> Acesso em: 28 jul.2021.

possa levar a uma fragmentação e isolamento de outras formas clássicas de organização dos trabalhadores, como por exemplo, os sindicatos e os partidos.

Entendemos dessa maneira porque a concepção de questão social que nos orienta tem como aporte o debate de Yamamoto (1983, p. 77)

A questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Concepção esta que se relaciona ao sentido apontado por Netto (2004, p.45):

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital; sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se supera a primeira conservando-se o segundo.

Nesse caminho de entendimento, o estudo do objeto se deu, tendo como referencial a Teoria da Pauperização, de Marx, que identifica a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva como inerente ao processo de acumulação capitalista e a População em Situação de Rua como parte integrante desse setor da classe trabalhadora.

Marx, ao tratar da acumulação capitalista, dentre vários elementos, penetra com profundidade nos seus efeitos sobre o trabalho e a vida da classe trabalhadora, mostrando, do ponto de vista teórico-crítico, os vários aspectos implicados na questão. Em especial, chama-nos a atenção o debate de Marx a respeito do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa e sua relação com a pauperização a que ficam submetidas grandes parcelas dos trabalhadores na sociedade do capital, fenômeno permanente que, em determinados momentos se acentua, em outros se ameniza, incluindo diferenciações em termos de países e regiões (MARCONSIN; CAETANO, 2016, p.2)

Autores como Netto e Braz (2007, p.133-134) complementam os estudos, quando mostram que a superpopulação relativa não resulta de ações ou intenções de capitalistas individuais; ao contrário, é um processo inerente à “reprodução ampliada (acumulação); [que] é, pois, reprodução do exército industrial de reserva”. Além de ser produto da acumulação capitalista a existência da superpopulação relativa é, também, condição de sua manutenção.

Para Marx (1946), a superpopulação relativa se expressa através de diversas modalidades, embora englobe todos os trabalhadores durante o período em que permaneçam desempregados ou mesmo quando trabalhem de forma parcial. Relacionando com os ciclos econômicos, em períodos de crise fica mais agudo e em fases de expansão permanece o caráter crônico da superpopulação relativa.

É nesse processo como um todo que Marx (1946) localiza o fenômeno da pauperização, já que, segundo ele, sua existência encontra-se intrinsecamente ligada à superpopulação relativa, sendo ambas indissociáveis da acumulação capitalista, aspectos que serão tratados em profundidade no Capítulo I da dissertação.

Juntamente com Marx, autores da tradição marxista e de matrizes que permitam entender o processo, como um todo, ofereceram aportes teórico-metodológicos fundantes em nosso estudo.

Inclui-se, portanto, no debate, a atual crise do capital e o processo de reestruturação produtiva com seus efeitos devastadores para a classe trabalhadora como um todo. Ampliação do desemprego, salários em queda e retirada de direitos compõem um quadro de precarização crescente do trabalho e das condições de vida. Os avanços da denominada quarta revolução industrial (indústria 4.0) – inteligência artificial, robótica, internet, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações a serviço do capital aprofundam tal situação.

Esse é o quadro do Brasil da atualidade em que, juntamente com a crise econômica e as mudanças acima referidas, vive-se um ataque sistemático aos direitos, afetando de maneira grave as políticas sociais, incluindo aquelas que se referem ao segmento pauperizado dos trabalhadores que vivem em situação de rua. Portanto, imbrica-se ao debate da superpopulação relativa e sua acompanhante estrutural - a pauperização.

Os estudos sobre a organização da População em Situação de Rua situam-se no âmbito do debate sobre os movimentos sociais, uma vez que se trata de uma organização que luta pelos direitos do segmento que pretende representar. Inserem-se nos marcos teóricos das lutas sociais como manifestações específicas do resultado da contradição estrutural entre capital e trabalho diante de uma realidade complexa, heterogênea e diversificada.

Nos estudos e análises buscamos apresentar as mediações próprias ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua – o MNPR -, sua formação, sua organização e lutas.

Tendo o método dialético materialista como caminho da investigação, o objeto foi estudado e analisado sob a ótica de seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, considerando, assim, as suas múltiplas determinações e inseridos numa realidade concreta. Esse movimento pressupõe a análise do fenômeno numa perspectiva de totalidade, articulando os processos particulares com seus múltiplos nexos, vínculos e mediações, sempre considerando, como central, a ação dos sujeitos sociais. No caso, estudamos como as continuidades e rupturas se processam dialeticamente em relação à atuação e organização do MNPR, considerando o estágio de consciência política frente a um quadro de intensificação do pauperismo.

Optamos pela pesquisa qualitativa por considerar a possibilidade do estudo de relações complexas sem isolar os intervenientes constitutivos do objeto ao buscar as explicações, como aponta Marconsin (2009). Na pesquisa qualitativa, utilizamos a análise de conteúdo, a qual permitiu, no momento da coleta de dados, buscar e encontrar explicações sobre os elementos que possuem relevância nos textos estudados. Como em toda a pesquisa qualitativa, cruzamos, analiticamente, dados qualitativos com os quantitativos.

O marco temporal compreendido foi o período desde 2005 até os dias atuais. O espacial seria o município do RJ, e os dados de âmbito nacional seriam suporte para o entendimento do processo particular, numa perspectiva de totalidade. Entretanto, a pandemia impôs mudanças no objeto a ser analisado, nos dados a serem levantados e suas fontes, na execução da coleta, bem como nos prazos inicialmente pensados, interferindo na elaboração da própria dissertação. Ou seja, todo o processo passou a ser, necessariamente, virtual.

Nesse caminho, ao buscarmos documentos de registro das ações para construção do MNPR, no Rio de Janeiro, ficaram evidentes as dificuldades de obtê-los em virtude da ausência de arquivos com registros históricos produzidos, arquivados e disponibilizados, no formato on-line, pelo próprio MNPR-RJ; do impedimento do uso de bibliotecas públicas e dos espaços organizativos do MNPR, no município; da impossibilidade de realizar as entrevistas propostas em função da

pandemia e das dificuldades dos sujeitos da pesquisa em participar das mesmas, de forma on-line. Dessa forma, buscamos ampliar, de forma aprofundada, o objeto de estudo ao MNPR em âmbito nacional, numa perspectiva de totalidade, mas sem estar centrado em uma situação particular, como pretendíamos: o MNPR no município do Rio de Janeiro. O marco temporal manteve-se no período compreendido entre 2005 até a atualidade.

O estudo do objeto, em termos nacionais, buscou, portanto, entender o processo de construção e fortalecimento da organicidade do MNPR, que se expressou em sua maior participação nas discussões sobre políticas públicas para o setor e em uma maior visibilidade junto ao governo e população em alguns estados. Para esse estudo, buscamos o caminho da rede mundial de computadores como alternativa aos livros e material impresso que versasse sobre o tema. Passamos então a pesquisar pela rede mundial teses, dissertações, artigos, cursos e “Lives” sobre o assunto.

Assim, nossas fontes de coleta foram compostas de:

- 1) Resoluções Congressuais: constam de documentos do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), publicados no Jornal O Trecheiro (Rede Rua); em matérias jornalísticas de páginas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR), do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Cefuria⁵;
- 2) Notas de repúdio e cartas com posicionamento político do movimento – produzidas pelo MNPR postadas nas redes sociais (WhatsApp, Facebook⁶, Sítios Eletrônicos⁷);
- 3) Pesquisa oficial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁸.
- 4) Textos produzidos pelo Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro;⁹

⁵ Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/tag/direitos/>>. Acesso em: 29 set. 2021

⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/page/408990636099657/search/?q=nota>>. Acesso em: 12 out. 2021

⁷ Disponível em: <<https://hagentenarua.com.br/>>. Acesso em: 12 out. 2021

⁸ Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em: 07 set.2020

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Forumpopruario>>. Acesso em: 12 out.2021

- 5) Seminário organizado pelo Fórum Estadual da População de Rua do Rio de Janeiro. Seminário Política de Alcool e outras drogas e a população em situação de rua: avanços e retrocessos. Teatro Odylo Costa, filho, 10 de março de 2020¹⁰;
- 6) Páginas eletrônicas:
 - 6.1 No portal G1. Temas referentes a índices econômicos;
 - 6.2 No portal UOL. Temas referentes à taxa de desemprego no Brasil;
 - 6.3 Na revista Exame. Temas referentes ao Censo municipal sobre PSR de SP;
- 7) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021¹¹;
- 8) Debates e entrevistas realizadas de forma remota (“LIVES”¹²)
 - 8.1 Uma História de Superação. Entrevista. Suely Oliveira - Coordenadora Nacional do MNPR/BA, 12 de novembro de 2020;
 - 8.2 Mesa Redonda com Representantes do Ciamp-rua Nacional. Debate. Cristina Bove - Pastoral Nacional da Rua, 27 de outubro de 2020;
 - 8.3 Mesa Redonda com Representantes do Ciamp-rua Nacional. Debate. Sílvia Schor - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 27 de outubro de 2020;
 - 8.4 Mesa Redonda com Representantes do Ciamp-rua Nacional. Debate. Veridiana Machado - Fórum Nacional de População de Rua, 27 de outubro de 2020;
 - 8.5 Política Pública para a População em Situação de Rua no RJ. Entrevista. Maralice Santos - Coordenadora do MNPR/RJ, 06 de outubro de 2020;
 - 8.6 Estratégias e Desafios do MNPR. Entrevista. Anderson Miranda - Coordenador do MNPR/SP, 18 de agosto de 2020;
 - 8.7 Inclusão Social e a busca por cidadania da população em situação de rua através da comunicação. Entrevista. Alderon Costa - jornalista e militante de Direitos Humanos, membro da Associação Rede Rua, do jornal O Trecheiro e articulador do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da pop rua - NDDH-SP, 28 de julho de 2020;

¹⁰ Disponível em: < <https://www.facebook.com/Forumpopruario/posts/140074484204581>>. Acesso em: 12 out. 2021

¹¹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/11/com-inflacao-e-desemprego-em-alta-indice-de-miseria-tem-patamar-recorde-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 13 ago.2021

¹² Disponível em: < www.facebook.com/hagentenarua>. Acesso em: 12 out. 2021

- 8.8 Rua em Movimento. Debate. Darcy Costa - Coordenador Nacional do MNPR, 21 de julho de 2020;
- 8.9 Rua em Movimento. Debate. Vania Rosa - Militante de Direitos Humanos do Município do Rio de Janeiro, 21 de julho de 2021;
- 8.10 População em Situação de Rua: Expressão de uma Sociedade Desigual. Debate. Dario Sousa e Silva - Professor do Instituto de Ciências Sociais- UERJ, 14 de julho de 2020;
- 8.11 População em Situação de Rua: Expressão de uma Sociedade Desigual. Debate. Giovanna Cinacchi - Coordenadora do Fórum sobre População Adulta em Situação de Rua no Estado do RJ e Coordenadora do Projeto Porto Comvida, 14 de julho de 2020;
- 8.12 Sua Solidariedade Salva Vidas. Entrevista. Dra. Carla Beatriz - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro e Titular do Núcleo de Direitos Humanos, 26 de maio de 2020.¹³

As “Lives” que participamos junto a Coordenadores/as nacionais do MNPR, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadores/as sobre a População em Situação de Rua, representantes dos Direitos Humanos e da Pastoral Nacional da População de Rua, possibilitaram uma importante fonte de pesquisa. O registro de suas vozes e experiências gravadas encontra-se na página do nosso projeto “Há Gente na Rua” no Facebook.

Ainda sobre a coleta de dados, cabe destacar a dificuldade que vivemos para concretizar contatos com algumas lideranças nacionais do Movimento, mas também com a Secretaria do Movimento. Os contatos feitos por e-mail ou diretamente, por mensagens em WhatsApp, não produziram resultados. Quando procuramos apresentar-nos como pesquisador e que gostaríamos de ter acesso a documentos oficiais pudemos perceber certa resistência e desconfiança. A tese de doutorado de Melo (2017, p. 54-55), explica o que ocorre em relação à questão:

Na medida em que discursos em nome da população em situação de rua se tornam mais requisitados por estudantes de diversas áreas de conhecimento, os militantes passam também a nutrir opiniões cada vez mais embasadas em suas experiências enquanto “interlocutores de pesquisas”. A experiência desses porta-vozes do movimento com o universo acadêmico produziu certos ressentimentos e críticas acerca da prática dos pesquisadores que se dedicam ao tema [...] Samuel me contou sobre como percebia a dificuldade de aproximar pessoas da universidade para que se comprometessem com algo mais do que sua própria pesquisa na relação estabelecida com eles [...]

¹³ Disponível em: < www.facebook.com.br/sercomjesus <https://fb.watch/89Hjkdzq-4>>. Acesso em: 12 out. 2021

tais queixas revelam essa impressão de que, na relação de pesquisa, algo é levado sem que nada se deixe em troca.

No capítulo I - Acumulação Capitalista e Superpopulação Relativa - procuramos abordar o processo sócio-histórico da acumulação capitalista e da formação da superpopulação relativa, tendo como chave teórica, principalmente, o pensamento de Marx e Engels. Seguindo nesta tradição, foram fundamentais os estudos sobre a exploração a que é submetida a classe trabalhadora no processo capitalista, mas, foi necessário penetrar nos aportes sócio-históricos sobre o processo de acumulação primitiva do capital, buscando perceber sua relação com a formação desse setor da classe trabalhadora. As revoltas populares ocorridas, no processo, também são importantes já que indicam uma movimentação da classe trabalhadora, que à época vivia em situação de servidão, em seus iniciais passos para a organização que se dará em períodos históricos posteriores. Nesse caminho, foram importantes autoras e autores como Federici (2004), Netto (1990), Braz (2007), Rodosky (2001), Maria Lúcia Silva (2006), Marconsin (2009, 2018, 2019), Marconsin e Caetano (2016), Moura (1983), Ana Paula Silva (2017), Branco (2006), Coimbra (2001), Giannotti (2009).

Pudemos entender que o debate sobre a População em Situação de Rua, no Brasil, passa necessariamente pela questão da exploração da força de trabalho africana, através de 400 anos de escravização, uma vez que essa população, ainda na atualidade, é maioria entre os setores pauperizados da classe trabalhadora. As marcas deste processo no Brasil são sentidas até hoje, reforçando, na desigual sociedade brasileira, o olhar discriminatório sobre a População em Situação de Rua, acentuando o “mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2001) que justifica práticas violentas e preconceituosas por parte de grupos da sociedade e, principalmente, pelos aparelhos de repressão do Estado desde o Império até os tempos republicanos.

No capítulo II - Movimentos Sociais em sua Gênese Histórica - sem a pretensão de aprofundar em toda a sua complexidade, debatemos a história da organização dos trabalhadores em movimentos sociais na sociedade do capital, considerando seus segmentos, gênero, raça, condições de moradia, de trabalho, e outras situações e características, bem como os conceitos que se forjaram no processo.

Nos diversos contextos históricos e nas diferentes sociedades em que surgiram como alternativas da luta organizada da classe trabalhadora, sua existência e ações foram entendidas como expressão da luta de classes, incluindo as experiências

internacionais de organização da População em Situação de Rua em países como os Estados Unidos da América, Dinamarca, Uruguai e Argentina, cada qual com suas particularidades. Aspectos estes considerados dentro de um quadro geral das concepções e teorias existentes sobre movimentos sociais.

Autores e autoras como Gohn (1997), Marconsin (2009, 2019), Ribeiro (2014), Giannotti (2007), Antunes (1985, 1988), Melo (2008), Netto (1990), Carvalho (2007), Cislighi (2020), Ferro (2011, 2012), Anker (2008), Cress, D. (1996) serviram de base da pesquisa e de aprofundamento na compreensão do tema exposto no capítulo.

No capítulo III - A construção de um movimento: história do MNPR no Brasil - buscamos abordar o perfil da População em Situação de Rua, através do único Censo Nacional, realizado entre agosto de 2007 a março de 2008, em diferentes pesquisas e nos estudos e estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Procuramos conhecer o processo sócio-histórico de construção do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR, seus momentos marcantes, como uma organização de setores significativos desses trabalhadores.

Foi possível identificar setores da sociedade e do Estado que buscaram apoiar a construção do movimento. Autoras e autores como Silva (2008), Gersiney Santos, (2017), Nara Santos (2012), Ferro (2011,2012) abriram o caminho para esse desvelamento.

As considerações finais não poderiam deixar de reforçar o significativo processo de construção do MNPR, especialmente, ao constatarmos as condições em que se forma e como é tratada, em nosso país, por diferentes setores da sociedade e pelo Estado, a População em Situação de Rua. Mas também traz questões postas pela atual conjuntura, principalmente, com relação ao que significa o governo de características neofacistas de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) para os setores pauperizados da classe trabalhadora brasileira.

Vale registrar que, nos anexos, resgatamos algumas obras de José Vanilson Torres da Silva, Coordenador Nacional do MNPR/RN que demonstram em verso e prosa a trajetória de luta, os desafios e anseios do MNPR.

1 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUPERPOPLAÇÃO RELATIVA

Me pergunto se todas as guerras, derramamento de sangue e miséria não assaltaram a criação quando um homem procurou ser senhor de outro? [...] E se essa miséria não irá embora [...] quando todas as ramificações da humanidade considerarem a terra como um tesouro comum a todos. (GERRARD WINSTANLEY, *The New Law of Righteousness*, 1649, apud FEDERICI, 2004, p.108)

O debate sobre a organização da População em Situação de Rua na perspectiva da tradição marxista, que a insere como um setor da classe trabalhadora no âmbito da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva nos levou, necessariamente, a buscar entender o trabalho e suas condições no processo de acumulação capitalista.

Ressaltamos, nesse caminho, que o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Então, a liberdade do trabalhador no capitalismo é esvaziada de sentido e de conteúdo emancipador, porque já está contida a expropriação cristalizada na propriedade privada. Duas espécies de consumidores diferentes entram em contato: de um lado o proprietário dos meios de produção e, de outro lado, os “trabalhadores livres” que vendem sua força de trabalho.

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser, senão, o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 961).

Quando a produção capitalista se torna dominante não se limita apenas a manter esta dissociação, mas a reproduz sempre em escala cada vez maior.

A característica da sociedade capitalista não é a de produzir mercadoria apenas como valor de uso, mas, fundamentalmente, de ter um valor excedente gerado pelo trabalho humano, na forma, portanto, de mais valor, que será apropriado privadamente pelo capital, ainda que a forma aparente desta relação seja a de uma troca entre iguais. É a forma aparente porque, se algo está subordinado à lógica da mercadoria, significa que está submetido à lógica do valor e, no caso, não há igualdade.

O Estado, enquanto “comitê executivo da burguesia”, para Marx (2013), participa como força auxiliar do capitalista nesta extração ao deixar de regular a jornada de trabalho ou ao regulamentar com longas jornadas. Sendo ela de uma grandeza constante, mas composta por uma parte de trabalho necessário e outra de trabalho excedente.

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está, desde o início, dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 2013, p.707)

Marx, em O Capital (2013), apresenta-nos um capítulo importante para a compreensão da lei geral da acumulação capitalista e seus rebatimentos nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Traz o debate de maneira relacionada porque, para ele, a reprodução expansiva do capital é, também, e ao mesmo tempo, a reprodução expansiva do trabalho, ainda que de forma contraditória. Ou seja, a reprodução do capital implica reproduzir ao mesmo tempo e no mesmo processo o seu elemento contraditório que é o trabalho vivo para gerar valor.

Neste capítulo, examinamos a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. O fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação. (MARX, 2013, p. 835)

Avançando no debate de Marx (2013) observa-se que a composição orgânica do capital deve ser considerada em dois aspectos: do valor capital (constante e variável) e da composição técnica de capital. O capital constante se expressa como meios de produção (máquinas e tecnologia) e o capital variável se expressa como força de trabalho. Nesse sentido, com o predomínio do emprego de capital constante (uso de máquinas e tecnologia) observa-se maior composição orgânica do capital e, por consequência, o capitalista terá menor necessidade quantitativa de força de trabalho.

O capital, ao longo da sua história, pode diminuir ainda mais esta necessidade, empregando menos capital variável - o que se traduz em desemprego para os trabalhadores. Ou seja, o “proletário” ou o assalariado que produz e valoriza o “capital”

é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do “Monsieur Capital” (MARX, 2013, p. 1415). Entretanto, o capital não consegue, para se reproduzir, deixar de reproduzir, concomitantemente, o trabalho.

Importa ressaltar que, no momento histórico inicial do desenvolvimento capitalista, encontramos uma característica bem distinta da que se vive atualmente, pois havia o predomínio do capital variável sobre o capital constante, mas isso não significava a inexistência do desemprego. Portanto, a reprodução ocorre de forma dialética, contendo todas as suas contradições e de forma aviltante à força de trabalho.

Outro elemento importante de se reter é que, para sua expansão, o capital precisa continuar a explorar a força de trabalho, havendo, entretanto, um limite, porque a mercadoria força de trabalho é incorporada no corpo do trabalhador. A reprodução da força de trabalho é, também, a reprodução física deste trabalhador. Explorar e degradar a força de trabalho sem se preocupar com sua reposição se torna uma restrição à forma de exploração capitalista. Mas, para burlar esses limites, o capital tem como formas de reposição o desemprego, a produção de segmentos excedentes de trabalhadores. Marx (2013) denomina essa população como “exército industrial de reserva ou superpopulação relativa”. Então, o capital, ao explorar a força de trabalho, para se reproduzir, necessita repô-la de forma ampliada.¹⁴

Marconsin e Caetano (2016, p.7) tratam da composição da superpopulação relativa:

Para Marx (1946, v. I, p. 543), a superpopulação relativa se expressa através de diversas modalidades, embora englobe todos os trabalhadores durante o período em que permaneçam desempregados ou mesmo quando trabalhem de forma parcial. Relacionando com os ciclos econômicos - em períodos de crise fica mais agudo e em fases de expansão permanece o caráter crônico da superpopulação relativa -, mostra que são três as suas formas mais permanentes: “flutuante, latente e intermitente”.

Ainda segundo as autoras:

A primeira forma - flutuante - refere-se ao conjunto composto por aqueles trabalhadores que são colocados de forma instável nos empregos existentes nas regiões industrializadas. São atraídos ou repelidos de acordo com as necessidades da expansão ou retração do ciclo econômico, entretanto, quando atraídos, o são sempre em proporção decrescente em relação à escala de produção. Ainda nessa população encontram-se aqueles que foram

¹⁴ “Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador”. MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 844.

absorvidos quando crianças e depois de adultos apenas uma parte permanece empregado. Uma parte deles emigra, conforme emigram as indústrias. Nesse processo, ainda segundo Marx (1946, v. I, p. 543), a população trabalhadora feminina engrossa as fileiras da superpopulação relativa flutuante, crescendo, em determinados momentos, mais que a masculina. Além disso, a produção, conforme mostra Marx, exige massas maiores de trabalhadores jovens que aqueles mais velhos, pois o trabalho desgasta de tal maneira o trabalhador que parte dele envelhece cedo (MARCONSIN; CAETANO, 2016, p. 7).

Ao tratar da segunda forma, que Marx denomina de “latente”, Marconsin e Caetano (2016, p.7) apontam que são “os trabalhadores rurais de áreas atingidas por relações capitalistas, os quais, tendo oportunidade, migram para os polos industriais”. Citando Marx (2013, p. 872), as autoras mostram que, no momento em que a produção capitalista chega ao campo, ou mesmo variando com o grau em que se apodera “da agricultura, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos” ao mesmo tempo e “na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento nessa esfera”, sendo diferente do que ocorre na indústria urbana. Ou seja,

Essa fonte da superpopulação relativa flui [...] continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, 2013, p. 872 apud MARCONSIN; CAETANO, 2016, p.7).

Seguindo os passos dos estudos de Marconsin e Caetano (2016, p.8) observamos que a terceira forma, denominada por Marx de “intermitente”, “engloba também uma parcela dos trabalhadores do exército ativo”. Mas apontam que isso se dá de maneira muito instável e irregular.

São aqueles que vivem, em geral, sem emprego fixo, que perambulam entre as diversas ocupações, oferecendo “assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”. Aqui se localiza, em especial, o trabalho domiciliar. “Seu nível de vida desce abaixo do nível considerado médio da classe trabalhadora e isto é precisamente o que a converte em instrumento dócil de exploração do capital”. Observa Marx (1946, v.I. p. 544), que suas “características são: máxima jornada de trabalho e salário mínimo [...], sendo seu nível de vida, então, bem abaixo da média dos trabalhadores”(MARCONSIN; CAETANO, 2016, p. 8).

É nesse processo que se dá o fenômeno da pauperização. Ou seja, a pauperização “encontra-se intrinsecamente ligada à superpopulação relativa, sendo ambas indissociáveis da acumulação capitalista”, constituindo “o asilo de inválidos do exército de operários ativos e peso morto do exército industrial de reserva”. Se

expressa de maneira própria aos países e em decorrência de diferentes períodos sócio-históricos e, também, no que se refere aos trabalhadores, diferenciando-se por ramos de produção e papel exercido no processo produtivo, mas trata-se, como mostra Marx de “uma lei geral, absoluta da acumulação capitalista”.

[...] A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (MARX, 2013, p. 875).

Para Netto e Braz (2007, p.135), a pauperização se constitui como absoluta ou relativa. É absoluta quando as condições de vida e trabalho dos trabalhadores sofrem degradação geral, com a intensificação do ritmo de trabalho, queda do salário real e dos padrões de alimentação e moradia, mas, também, aumento do desemprego. A relativa ocorre mesmo se há melhora nas condições de vida dos trabalhadores em relação à alimentação e moradia; caracterizando-se “pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas”¹⁵.

Ainda sobre a questão da pauperização, Montaño e Duriguetto (2013, p. 81) entendem que, no capitalismo,

[...] a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais valia), na relação entre capital e trabalho, donos dos meios de produção e donos da [...] força de trabalho, exploradores e explorados.

Assim, como nos períodos de crise o desemprego, os empregos temporários, o trabalho informal, por tempo parcial, a domicílio, terceirizados etc., se tornam o caminho preferencial do capital, os trabalhadores dos setores de ponta da economia, melhor remunerados com direitos trabalhistas, podem vir a compor a superpopulação relativa. Nesse processo, as lutas coletivas por direitos ficam mais fragilizadas. Aqueles que se encontram no pauperismo têm suas condições de vida aprofundadas e as possibilidades de superação muito mais distanciadas.

¹⁵ Os autores dão como exemplo a situação dos trabalhadores dos Estados Unidos da América (EUA): “as condições de vida do proletariado dos Estados Unidos melhoraram sensivelmente entre 1890 e finais dos anos sessenta do século XX; entretanto, sua parte na renda veio caindo: em 1890, 56% da renda nacional lhe cabia; em 1923, sua participação caiu para 54% e, nos finais dos anos sessenta, baixou para cerca de 40%. NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 2ª ed. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1, p.135. São Paulo: Cortez, 2007.

Rosdosky (2001, p. 256) também observa que as tendências da pauperização se expressam em duas situações:

[...] em primeiro lugar, temporariamente, em todos os períodos de crise; em segundo, permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo, entre as quais estão não só as Américas do Sul e Central, a Ásia, e a África, mas também os países capitalistas atrasados do Centro e do Oeste da Europa (Grécia, partes da Itália, Espanha e Portugal).

A propriedade e as relações sociais capitalistas não existiram desde sempre, foram resultantes, ao longo do tempo, de transformações profundas em que as revoltas populares e o uso da violência foram fundantes, sendo partes do processo de desestruturação do mundo feudal. Aspecto importante em nosso estudo que, mesmo em traços largos, importa destacar, aqui, tendo como base a obra *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, de Marx (1964), o qual busca demonstrar como a propriedade é uma instituição secular e, ao mesmo tempo, avança o debate sobre a acumulação primitiva, o que nos permite perceber as suas consequências sobre a classe trabalhadora que vai se formando, nos períodos.

1.1 Acumulação Primitiva: constituição pré-histórica do capital

A acumulação primitiva, nos termos de Marx¹⁶, demonstra uma relação entre desiguais com suas formas de opressão, de expropriação, portanto, formas de violência que estão na base de um processo longo, historicamente, de profunda desigualdade. Ou seja, o processo sócio-histórico anterior à hegemonia da sociedade do capital já apontava as bases de constituição deste modo de produção, embora não tenha ocorrido de forma linear e direta.

Para Federici (2004), a emergência da sociedade capitalista se constitui uma contrarreforma em relação aos processos de revoltas populares, em especial, no período entre os séculos XIII e XIV, que vinham se dando, principalmente, na Europa Ocidental¹⁷.

¹⁶ Marx introduziu o conceito de “acumulação primitiva” no final do Tomo I de *O Capital* para descrever a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta à crise de acumulação e para estabelecer (em polêmica com Adam Smith) que: i) o capitalismo não poderia ter se desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e trabalho; e que ii) a separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção, e não a abstinência dos ricos, é a fonte da riqueza capitalista. FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. p.117, São Paulo: Elefante, 2004.

¹⁷ “É por isso que em *Calibã e a bruxa* reconstruo as lutas antifeudais da Idade Média e as lutas com as quais o proletariado europeu resistiu à chegada do capitalismo”. FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. p.11, São Paulo: Elefante, 2004.

A autora mostra que, ao final da baixa idade média, quando da passagem para os Estados absolutistas, a burguesia une-se à nobreza feudal e à Igreja Católica - “forças do poder feudal”, passando por cima de “suas divisões tradicionais”, para derrotarem as revoltas populares da época.

Com efeito, a imagem que chegou a nós de uma burguesia em guerra permanente contra a nobreza e que levava em suas bandeiras o clamor pela igualdade e pela democracia é uma distorção. Na Baixa Idade Média, para onde quer que olhemos, desde a Toscana até a Inglaterra e os Países Baixos, encontramos a burguesia já aliada com a nobreza, visando à eliminação das classes baixas. A burguesia reconheceu, tanto nos camponeses quanto nos tecelões e sapateiros democratas de suas cidades, um inimigo que fez até mesmo com que valesse a pena sacrificar sua preciosa autonomia política. Foi assim que a burguesia urbana, depois de dois séculos de lutas para conquistar a soberania plena dentro das muralhas de suas comunas, restituiu o poder à nobreza, subordinando-se voluntariamente ao reinado do Príncipe e dando, assim, o primeiro passo em direção ao Estado absolutista. (FEDERICI, 2004, p. 98)

Federici (2004, p. 98) mostra que os processos de expropriação da terra se apresentam desde a baixa Idade Média, considerando-os como parte da construção da servidão. Uma das formas de relação de servidão era estabelecida através da dedicação de dias da semana ao trabalho na terra do senhor feudal, em que o servo tinha os seus instrumentos de trabalho e o que era produzido por sua família, neste dia, bem como os animais que cuidava não pertenciam a ele, mas ao detentor da terra. Outra forma era estabelecida através de impostos, tanto para com a igreja, como para quem representava o poder naquele território. Ambas as formas extraíam a renda das famílias camponesas ou no formato de alimentos produzidos e de animais cuidados ou na forma de recursos financeiros, sem o prejuízo das penalidades para os descumprimentos.

Várias revoltas de camponeses acontecem durante este período contra o regime de vassalagem, contra a relação de servidão ao senhor da terra.

A autora (2004) nos apresenta informações importantes sobre os movimentos heréticos e outros de conteúdo contestador não só ao poder da igreja, mas também à exploração dos senhores feudais, sendo no século XIV o auge deles. Destaque-se que a denominada “peste negra”, no período, juntamente com a grande fome ocorrida, anteriormente, ceifou um terço da população europeia, principalmente, da Europa ocidental, incidindo nas condições da servidão.

Os movimentos heréticos, milenaristas, bem como as revoltas camponesas e populares demonstram, segundo a autora, que a servidão existia não sem os conflitos

e questionamentos, o que explica as razões da violência no processo de transição à sociedade do capital.

[...] os movimentos heréticos foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova. As principais seitas hereges tinham um programa social que reinterpretava a tradição religiosa e, ao mesmo tempo, eram bem organizadas do ponto de vista de sua disseminação, a difusão de suas ideias e até mesmo de sua autodefesa. Não apenas as mulheres e os homens, mas também os camponeses e os trabalhadores urbanos descobriram nos movimentos heréticos uma causa comum (FEDERICI, 2004, p.54)

Observamos, em Marx (2013, p. 980), o estudo de um conjunto de processos históricos que nos possibilitam entender e compreender a expropriação do campesinato que cada vez mais se transforma em um campesinato empobrecido e ainda fixado na terra. Essa intensificação do empobrecimento leva o campesinato a ocupar as cidades, constituindo uma população empobrecida também nos burgos.

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias.

No processo estabelecem-se, ainda na Idade Média, dentro dessas experiências urbanas, as guildas, que eram “agregações de artesãos de um mesmo ofício, chamadas de corporações artesanais, ou guildas medievais” (BRANCO, 2006, p.47).

Os [...] objetivos eram a defesa do bem-estar dos seus membros, o monopólio do mercado de trabalho para artesãos locais e regulamentados, a regulamentação da conduta dos seus membros, principalmente dos aprendizes com seus mestres, o controle de qualidade das mercadorias, a proteção dos segredos de produção e a reserva de mercado.

A guildas eram muito fechadas. Existiam à época outros trabalhadores que vendiam sua força de trabalho para os ofícios, mas não eram qualificados, recebiam pequenos salários e já compunham a parte pauperizada da população urbana. Ou seja, havia um conjunto muito grande de estratificações para que alguém pudesse ser considerado um trabalhador de ofício.

Ao olharmos este processo histórico algumas questões se colocam: quais elementos podem ser considerados como processos estruturais e quais podem ser vistos como conjunturais? Qual síntese entre estrutura e conjuntura impulsiona novos

processos e que não necessariamente são de desenvolvimento, mas também de crises?

Marx (2013, p. 963) nos orienta sobre essas questões.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.

A história da expropriação assume diversas formas, em diferentes países e em épocas históricas distintas. Nada é homogêneo, nada é linear.

Para configurar os métodos utilizados pela chamada acumulação primitiva, Marx (1988b) destaca vários processos ocorridos na Inglaterra no final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI: roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a transformação das terras comuns em propriedades privadas, expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, entre outros processos (SILVA, 2006, p.59).

Os cercamentos das terras comuns não teriam existido sem uma legislação. É mister afirmar que, seja na forma monárquica, seja na forma republicana, o Estado exerce um papel fundamental no processo de formação e de dominação da sociedade do capital. Historicamente, constituiu-se enquanto máquina política centralizada, monopolizadora dos instrumentos de coerção político, jurídico e militar, assim sendo, possibilitou a garantia ao direito inalienável e absoluto do homem da classe dominante sobre a propriedade privada e dispôs das armas capazes de garantir os cercamentos de terras.

Marx nos traz, sob a luz da história, o processo legislativo de instituição do roubo de terras.

Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das "*Bills for Inclosures of Commons*" (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. Sir Francis Morton Eden refuta sua própria argumentação espirituosa de advogado, na qual procura apresentar a propriedade comunal como propriedade privada dos latifundiários que assumiram o lugar dos senhores feudais, quando exige "uma lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais", admitindo, com isso, ser necessário um golpe de Estado parlamentar para transformar essas terras em propriedade privada, e, por outro lado, quando

reivindica ao poder legislativo uma “indenização” para os pobres expropriados (MARX, 2013, p.972).

Assim, a constituição do acúmulo de riquezas foi fundamental; não bastava apenas acumular terras, havia a necessidade de se acumular riquezas. Portanto, não foi apenas o estoque de terras que possibilitou o surgimento da sociedade burguesa.

Como vimos, o conceito de capital — a origem — implica dinheiro como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. Está igualmente implícita sua procedência da circulação; o capital surge como o produto da circulação. A formação do capital, portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas na medida em que sejam, também, comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações (embora estas constituam, também, uma possibilidade), mas da riqueza mercantil e usurária. Porém, os comerciantes e usurários somente encontram condições que permitem a compra de trabalho livre quando este foi separado das condições objetivas de sua existência, em consequência de um processo histórico. Aí, torna-se possível, também, comprar as próprias condições. [...] O que possibilita a transformação da riqueza monetária em capital é, por um lado, o fato de encontrar trabalhadores livres e, por outro lado, o fato de encontrar os meios de subsistência, as matérias primas, etc., que seriam, em outras circunstâncias, de uma forma ou doutra, propriedade das massas agora sem objetivo e que estão também livres e disponíveis para venda (MARX, 1964, p.101).

Surge a complexidade das trocas mercantis entre países, a concentração da acumulação do dinheiro, da sua circulação, da produção de mercadorias, da relação entre o campo e a cidade, um conjunto de mudanças importantes, sendo que esta fase do mercantilismo foi o estopim da formação dessas complexidades.

Nesse processo sócio-histórico os “trabalhadores livres” vão se constituindo como uma classe submetida à exploração e à pauperização nos centros urbanos.

Segundo Branco (2006, p.78), Engels, em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, demonstra a forma extremamente degradada sob a qual estava sendo constituída a classe dos trabalhadores ingleses no surgimento da grande indústria.

[...] o impacto da sua obra; em determinadas passagens, instiga, choca o leitor com a descrição detalhada das condições de vida dos trabalhadores. Homens e mulheres, crianças e idosos dormiam amontoados num mesmo cômodo, alguns vestidos com farrapos, outros inteiramente nus; corpos espalhados pelo chão coberto de palhas e pedaços de pano – o espaço era mínimo para tantas pessoas. As casas não possuíam mobílias, vendidas na época de recessão e desemprego para comprar alimentos, remédios e roupas, que logo acabavam ou se desgastavam. A miséria absoluta era descrita por crônicas jornalísticas de várias cidades das ilhas britânicas, e não parecia mudar de acordo com o lugar. [...] O cheiro nauseabundo das ruas fétidas e mal ventiladas inebria seus sentidos e marca fortemente o estilo da sua redação. Doenças, má alimentação, alcoolismo, falta de assistência médica, alta taxa de mortalidade infantil, acidentes de trabalho, deformações

decorrentes do trabalho, além da exploração de homens, mulheres e crianças são aspectos da vida das grandes cidades industriais inglesas que Engels detecta com muita precisão e objetividade. (BRANCO, 2006, p.78)

Em todas as grandes cidades [...] podemos ver uma multidão de pessoas [...] que sobrevivem graças a pequenos ganhos ocasionais. É espantoso ver as ocupações a que esta população supérflua recorre. [...] A grande maioria dos desempregados torna-se vendedores ambulantes. [...] Fitas, rendas, galões, frutas, bolos, em resumo, todos os artigos imagináveis são oferecidos por homens, mulheres, crianças [...]. Fósforos e outras coisas deste gênero [...] constituem também artigos de venda. Outros ainda circulam pelas ruas tentando encontrar alguns trabalhos ocasionais. Que resta a estas pessoas, quando não encontram trabalho e não querem se revoltar contra a sociedade, senão mendigar? Não nos espantamos ao ver esta multidão de mendigos, com quem a polícia sempre tem contas a ajustar e que, na sua maior parte, são homens em condições de trabalhar. [...] Às vezes erram, em companhia da família, cantando lamúrias na rua ou apelando para a caridade dos transeuntes com algum pequeno discurso. [...] Ou então toda a família se instala silenciosamente na calçada de uma rua animada, e deixa, sem dizer nada, que o seu aspecto indigente por si só produza efeitos (ENGELS, 1986, p. 103-104, apud NETTO, 2007a, p.155).

É exatamente nesse complexo que, em Marx, observamos a formação, referida anteriormente, dos setores pauperizados, da classe trabalhadora e sua criminalização pela sociedade, com apoio do Estado. O conjunto de ex-camponeses, desprovidos dos meios de sobrevivência nas cidades, de trabalhadores que recebiam salários de forma intermitente nas estruturas das guildas e ofícios, ou não, vai constituindo a massa crescente de população urbana pobre e pauperizada, sobre a qual Engels fala das condições de vida, na obra citada por Branco (2006). Com o pauperismo se tornando crescente¹⁸, é estabelecido, pelo Estado, um processo de criminalização desse segmento da classe trabalhadora.

Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes (MARX, 2013, p.980).

Destacamos neste momento, mais uma vez, o papel histórico do Estado como produto da luta de classes e como representante da classe dominante.

Consideramos importante a transcrição da nota de Marx de O Capital (2013, p.1458), que, apesar de longa, representa o espírito de uma legislação de

¹⁸ “*Pauperubique jacet*, exclamou a rainha Elizabeth após um giro pela Inglaterra. No 43º ano de seu reinado não havia mais como impedir o reconhecimento oficial do pauperismo, mediante a introdução dos impostos de beneficência”. MARX, O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. I, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p.969.

disciplinamento e controle da força de trabalho de forma arbitrária, incluindo os denominados “mendigos” da época.

No sul da Inglaterra, vários proprietários fundiários e arrendatários abastados congregaram suas inteligências e formularam dez perguntas acerca da correta interpretação da Lei de Beneficência da rainha Elizabeth, submetendo-as em seguida a um célebre jurista daquele tempo, Sergeant Snigge [Os *sergeants*, ou *sergeants-at-law* (“serventes da lei”), que, diferentemente dos humildes *sergeants* militares, integravam um corpo superior de juristas, abolido em 1880. (N. T.)] (mais tarde juiz sob Jaime I), para que este desse um parecer. “Questão 9 – Alguns dos arrendatários mais ricos da paróquia imaginaram um modo engenhoso pelo qual todos os inconvenientes da aplicação dessa lei poderiam ser evitados. Eles propuseram a construção de uma prisão na paróquia. A todo pobre que se negasse a ser ali encarcerado seria negado o auxílio. Seria, então, anunciado à vizinhança que aqueles que estivessem dispostos a arrendar os pobres dessa paróquia deveriam apresentar ofertas lacradas, num determinado prazo, pelo preço mais baixo pelo qual ele os retiraria de nosso estabelecimento. Os autores desse plano supõem que nos condados vizinhos haja pessoas avessas ao trabalho e desprovidas de fortuna ou crédito para obter um arrendamento ou um barco [Marx traduz literalmente a expressão inglesa “*totake a farmorship*”]. Nesse contexto, porém, “*ship*” não significa “barco”, mas “empresa”, “negócio”. (N. T.)], de modo a viver sem trabalhar (*so as to live without labour*). Tais pessoas podem ser levadas a fazer propostas muito vantajosas à paróquia. Se um ou outro pobre morresse sob a tutela do contratante, a culpa recairia sobre este último, pois a paróquia teria cumprido seu dever para com esses mesmos pobres. Nosso receio, porém, é de que a atual lei não admita qualquer medida prudencial (*prudential measure*) desse tipo; mas podeis estar certo de que os demais *free holders* [arrendatários] deste condado e dos condados vizinhos se somarão a nós para incitar seus representantes na Câmara dos Comuns a propor uma lei que permita a reclusão e o trabalho forçado dos pobres, de modo que seja vedado qualquer auxílio a toda pessoa que recuse seu próprio encarceramento. Isso, esperamos, impedirá que pessoas em estado de indigência requeiram ajuda (*Will prevent persons in distress from wanting relief*), R. Blakey, *The History of Political Literature from the Earliest Times* (Londres, 1855), v. II, p. 84-5”. - Na Escócia, a abolição da servidão ocorreu séculos depois de sua abolição na Inglaterra. Ainda em 1698, Fletcher, de Saltoun, declarou no Parlamento escocês: “O número de mendigos, na Escócia, é estimado em não menos que 200 mil. O único remédio que eu, um republicano por princípio, posso sugerir, é restaurar o antigo regime de servidão e tornar escravos todos os que sejam incapazes de prover sua própria subsistência”. Do mesmo modo, Eden, *The State of the Poor, or an History of the Labouring Classes in England etc.*, cit., livro I, c. 1, p. 60-1 – “Da liberdade dos camponeses [no original de Eden, consta: “Da decadência da *villeinage*...”] data o pauperismo [...]. As manufaturas e o comércio são os verdadeiros pais dos pobres de nosso país”. Eden, como aquele republicano escocês por princípio, equivoca-se apenas em que não foi a abolição da servidão, mas a abolição da propriedade do camponês sobre a terra que o converteu em proletário ou, mais precisamente, em *pauper*. – Na França, onde a expropriação ocorreu de outro modo, as leis de beneficência inglesas tiveram suas correspondentes na ordenança de Moulins, de 1566, e no édito de 1656. [*Ville in ageera* o sistema de servidão em que o *Villa in* pagava com trabalho gratuito (*Villa in service*) a permissão que lhe era concedida de cultivar para si mesmo uma parcela de terra. (N. E. A. MEW)]

Vale destacar que o recurso da escravização de outras populações, na transição do século XV a XVI, constituiu-se, também, base fundamental da fase inicial

do capitalismo mercantil, de acúmulo de riquezas. Nesse processo, identificamos a situação brasileira.

1.1.1 Escravização à brasileira: de eficácia social e de consequências duradouras

O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. (MARX, 2013, p. 464)

Ao compreendermos que o presente não se explica sem o passado, para pensarmos o pauperismo em terras brasileiras, se faz necessário retornarmos ao ano de 1500 no território recentemente descoberto. Naquele momento, observa-se que duas formações sociais distintas se encontraram: os conquistadores europeus-invasores - e a população original do território - as tribos originais.

Vale registrar que as primeiras ações dos invasores se deram na perspectiva da escravização dos povos originais. A violência com que se deu essa tentativa de escravização para a formação do Brasil, bem como as formas de resistência desenvolvidas por eles ao modo opressor do colonizador europeu foi marcante em nossa sociedade e não deve ser desconsiderada. Não vamos nos aprofundar nesse debate, pois, na perspectiva do recorte do objeto deste trabalho, o central é o processo de exploração através da escravização dos africanos no país, mas vale registrar, brevemente, que os colonizadores portugueses utilizavam o uso de ameaças e violência física para obrigar os povos originários a trabalharem. Muitas tribos foram dizimadas em função da recusa ao trabalho escravizado, entretanto, uma grande parte dos seus integrantes, por conhecerem a terra, diferentemente dos invasores, logravam fugir para outros espaços territoriais do Brasil, escapando da escravização. A ação dos Jesuítas, que viam os povos originais como “almas a serem salvas” pela evangelização católica se colocavam contra a escravização dos mesmos, criando as denominadas “missões jesuítas”, interferindo no processo e contribuindo para o fracasso da escravização dos povos originais ou indígenas, como são também denominados¹⁹. Frente a esse fracasso, dentre outros elementos, os portugueses passaram a operar ativamente a escravização dos povos africanos.²⁰

¹⁹ Como essa questão foge ao escopo do objeto, para aprofundá-la, dentre importantes autores, consultar: MALHEIROS, A. M. P. A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Vol.2., p. 169. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/27nk7/pdf/malheiros-9788579820731.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2021.

²⁰ São quase quatrocentos anos de escravismo colonial.

O Brasil, constituindo seu papel na divisão internacional do trabalho como uma colônia de exploração, formou-se como uma sociedade dependente das tendências econômicas internacionais, concentradora da renda nacional e com uma profunda desigualdade social. A associação da distribuição das terras pelo modelo das “sesmarias”²¹ com a ampla utilização de força de trabalho escravizada africana tornou possível este empreendimento colonial. Para isso, essa ampla utilização de força de trabalho escravizada africana, na sociedade escravocrata brasileira, segundo sintetiza Moura²², comportava uma divisão do trabalho e por categorias, da seguinte maneira:

a) - *ESCRAVOS DO EITO*: 1) - Na agropecuária; 2) - Em atividades extrativas (congonha, borracha, algodão, etc.); 3) - Agricultores nos engenhos de açúcar; 4) Agricultores nas fazendas de café e algodão; 5) - Na pecuária. b) - *ESCRAVOS NA MINERAÇÃO*: A - *O escravo doméstico*. B - *O escravo do eito*. A: Nas cidades; 1) - Escravo ourives; 2) - Ferreiros; 3) - Mestres de oficinas; 4) - Pedreiros; 5) - Taverneiros; 6) Carpinteiros; 7) - Barbeiros; 8) - Calafates; 9) - Escravas parteiras; 10) - Escravo correio; 11) – Escravo carregador em geral. B: *O escravo no eito*. 1) - Escravos trabalhadores nas minas de ouro; 2) - Escravos extratores de diamantes. C) - *ESCRAVOS DOMÉSTICOS NAS CIDADES*: 1) - Carregadores de liteiras; 2) - Caçadores; 3) - Mucamas; 4) - Amas de leite; 5) - Cozinheiras, d) - *ESCRAVOS DE GANHO NAS CIDADES*: 1) - Barbeiros; 2) - "Médicos"; 3) - Vendedores ambulantes; 4) - Carregadores de pianos, pipas e outros objetos; 5) - Escravos músicos; 6) - Escrava prostituta "de ganho". e) - *OUTROS TIPOS DE ESCRAVOS*: 1) - Escravos dos "cantos"; 2) - Escravos soldados; 3) – Escravos do Estado; 4) - Escravos de conventos e igrejas; 5) - Escravos reprodutores.

Nessa sociedade escravocrata, já com as marcas indeléveis, portanto, da exploração e dominação da população negra, o escravizado não era proprietário de sua força de trabalho, sequer de seu corpo e existência. Era legalmente propriedade viva do senhor a quem pertencia de forma absoluta, transformando-se em mercadoria, em objeto da forma mais despótica de exploração do trabalho humano e de todos o tipos de transação comercial.

O escravo, como todo ser humano, trazia em sua corporeidade a sua força de trabalho, mas não tinha o direito de vendê-la, pois era vendido com a mesma, como uma mercadoria. E, ao mesmo tempo em que continha valor em si, também, potencialmente, por sua força de trabalho gerava valores, como os trabalhadores livres. Porém, diferente destes últimos a sua força de trabalho não era sua mercadoria. (SILVA, 2017, p. 24)

²¹ Conforme Marcio Both, com a exigência de que as sesmarias fossem exploradas, o latifúndio e o trabalho escravo andavam de mãos dadas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-pelos-latifundios.html?sma=newsletter_brasil_diaria20200918>. Acesso em: 09 dez.2020

²² MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Comunicação apresentada no II Congresso de Cultura Negra das Américas, entre os dias 17 a 21 de março de 1980, no Panamá. Publicado em Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. São Paulo. 1983. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>>. Acesso em: 16 dez.2020.

Ao escravizado, restava, para retomar sua humanidade extraída, a rejeição ao trabalho, o que significava tortura. De fato, os escravizados, distribuídos nacionalmente eram submetidos a todos os tipos de torturas físicas e morais quando se rebelavam ou por simples capricho do seu senhor: máscaras de ferro, tronco, gargalheira, libambo, além de açoites públicos no pelourinho. Suas famílias, por sua vez, eram fragmentadas ao serem os seus membros vendidos para senhores diferentes.²³ Nesse processo, formas diversas de resistência da força de trabalho escravizada ao regime escravocrata brasileiro marcam nossa história. O Brasil aparece como a segunda nação após o Haiti em números de revoltas²⁴. A república dos Palmares destaca-se no exemplo de organização e resistência dos escravizados ao sistema. Mas a Revolta do Malês, que ocorreu em 1835, em Salvador, mobilizando 600 escravizados em busca de liberdade, também marca essas lutas, sendo que, quase conseguiram tomar o poder na Capital da província da Bahia.

A inconformidade com a condição de escravizados os leva a muitas insurreições, como demonstra Moura (1998)²⁵

Esses movimentos de resistência, muitas vezes ofensivos, alcançam o seu ponto máximo nas insurreições escravas do século XIX na Bahia. As revoltas de Salvador lideradas por escravos e negros livres iorubás, tapas, haussás e outros grupos escravos conseguiram colocar em xeque o poder imperial, assim como Palmares foi uma ameaça permanente ao domínio colonial.

Por outro lado, é importante ressaltar os limites e contradições da maioria dos movimentos de resistência de cunho liberal quando o assunto se reportava ao regime escravista. O exemplo da Confederação do Equador, em 1824, é sintomático, como nos ensina Moura (1983, p. 132)

Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido

²³ MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil, p.5-10, edição n 15.1988). Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/15/cat/2249/cem-anos-de-aboli%C3%A7%C3%A3o-do-escravismo-no-brasil-.html>>. Acesso em: 15 dez.2020.

²⁴ Mattos fala da greve dos trabalhadores escravizados de um estabelecimento de Ponta da Areia, propriedade de Mauá, em Niterói (RJ), no ano de 1857, para libertação de três de seus parceiros, presos por desobediência às ordens do mesmo estabelecimento. No mesmo ano, ainda segundo Mattos, em Salvador, houve uma paralisação do “movimento dos ganhadores”, formado, em sua maioria, por africanos libertos e escravizados, em protesto contra uma legislação local que instituía taxa de matrícula para os “ganhadores” e os obrigava a usar uma chapa com número de matrícula (fosse ele escravo ou livre). MATTOS 2002 apud MARCONSIN, C. Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo, 2009, p. 92.

²⁵ MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. Páginas 5-10, Edição 15. Maio de 1988. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/15/cat/2051/cem-anos-de-aboli%C3%A7%C3%A3o-do-escravismo-no-brasil-.html>>. Acesso em: 15 dez.2020

que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade.

Ainda sobre os movimentos que tentaram romper o sistema escravista continua o autor:

Somente os movimentos plebeus - como a Cabanagem e a Balaiada entre outros - tentaram a ruptura radical com a estrutura do escravismo colonial. Desta forma, podemos dizer que a posição e importância desses movimentos que queriam uma mudança social no Brasil Colônia e Império até 1888 poderá ser medida pela ótica que eles demonstraram em relação ao escravismo: contra ou a favor.

O mercado negreiro brasileiro, além de um fonte vultosa de recursos financeiros, movimentou um enorme quantidade de escravizados. Constituindo-se o tráfico de seres humanos provenientes do continente africano como uma empresa tipicamente comercial. Segundo Simonsen (1937) cerca de 3,3 milhões de africanos, no período compreendido entre 1600 a 1850, entraram no país. Em 04 de setembro de 1850, a lei nº 581 estabelece medidas para a repressão ao tráfico de africanos no Império²⁶.

No mesmo ano de 1850 entra em vigor a Lei de Terras que regulamentou o latifúndio no Brasil. Este instrumento legal possibilitou aos latifundiários a permanência de mão de obra contínua e abundante em suas plantações após a abolição. Ao mesmo tempo, a lei tornou-se um impeditivo do acesso de escravizados à terra pública devido aos altos preços. Digno de registro desta ignomínia, a defesa dos senadores à época sobre os valores da terra²⁷.

O Visconde de Abrantes opinou: — O preço deve ser elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário, comprando terras por vil preço. Ficando inibido de comprar terras, o trabalhador de necessidade tem de oferecer seu trabalho àquele que tiver capitais para o comprar e aproveitar. Assim, consegue-se que proprietários e trabalhadores possam ajudar-se mutuamente.

O senador Vergueiro apontou outra vantagem que os latifundiários teriam com as terras públicas sendo comercializadas a preços exorbitantes: — Suponhamos que é impossível vender terras por esse preço. Quem quer adquirir terras, não podendo estabelecer-se em terras devolutas, há de comprá-las. E então sobe o valor das propriedades [privadas]. É um benefício aos atuais proprietários. Os donos de extensas sesmarias vêm a ganhar muito com esta lei.

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm>. Acesso em: 19 fev.2021.

²⁷ Fonte: Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>>. Acesso em: 16 dez.2020.

Enquanto a maioria dos países que utilizaram a força de trabalho escravizada para acumulação do capital aboliram a escravidão entre 1811 a 1870, no Brasil, a abolição da escravatura somente aconteceu em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea. Resultado conquistado após um longo processo de luta popular e de resistência em várias frentes, sendo a principal, pelos próprios escravizados e, ademais, pelo surgimento de associações abolicionistas. A mobilização dos escravizados e dos grupos abolicionistas ganhou força na sociedade e forçou o Império colonial a abolir a escravidão, ainda que tardiamente.

A tardia conquista traz marcas profundas na sociedade brasileira até os dias atuais²⁸; entre elas, o grande número de População em Situação de Rua, já que a denominada “libertação dos escravizados” ocorreu sem indenização aos mesmos e suas famílias, que foram lançados às ruas.

Assim, é o negro que formará o exército de desocupados, dos sem-trabalho. Como a oferta de braços era maior que a procura, situação criada, deliberadamente, com a política oficial e privada de imigração, o negro viu-se à margem das atividades produtivas. [...] Além do mais, o excesso de força de trabalho deveria exercer efeitos depressivos sobre o nível dos salários ou formas disfarçadas de remuneração. Por isso, numa fase importante da formação do capitalismo no Brasil, o pauperismo dos assalariados foi garantido pela condição anômica dos desocupados (IANNI, 1966, p.18 apud SILVA, 2017, p 25).

Como demonstra Barbosa (2005, p.290)

[...] grande parte dos libertos, depois de perambular por estradas e baldios, dirigiu-se às grandes cidades. Ocorreu, com isso, o aumento considerável da população em situação de rua, alterando, também, a sua composição. Até então era essa população composta principalmente de doentes mentais e hansenianos: a rua era para os desafortunados em saúde. A partir da abolição, houve aumento considerável de ex-escravos nela ingressando, quadro constantemente agravado com o suceder dos anos.

Os ex-escravizados se tornaram “trabalhadores livres”, sem local de moradia e de trabalho, sendo lançados nas ruas das cidades, tornando a situação mais complexa e desigual.

²⁸ “O tráfico de escravos com a África só foi extinto definitivamente no Brasil a partir de 1850. Para uma análise comparativa de nosso atraso social, ideológico e político devemos informar que enquanto o Parlamento brasileiro ainda discutia se deveríamos ou não continuar importando negros africanos para trabalhar como escravos, Marx e Engels já publicavam em 1848, na Europa, o Manifesto do Partido Comunista, refutando de forma radical o modo capitalista de produção e, enquanto, em 1871, o Parlamento brasileiro discutia se os filhos de escravos continuavam escravos ou não, implantava-se, na França a Comuna de Paris. Esses exemplos servem para demonstrar nossos atrasos sociais imensos como consequência da escravidão no Brasil ter perdurado até 1888”. MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil, 1988, p. 10. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/15/cat/2051/cem-anos-de-aboli%C3%A7%C3%A3o-do-escravismo-no-brasil-.html>>. Acesso em: 15 dez.2020.

Por ser o ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração ou assimilação dele ao sistema que se criava. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da abolição se encontrava no seu centro, recebeu imediatamente, o impacto oriundo de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas da sua marginalização (MOURA, 1977, p.30 apud SILVA, 2017, p.13).

Com o surgimento, após a abolição, de uma sociedade salarial baseada na mão de obra “livre”, tendo na venda da força de trabalho do trabalhador imigrante²⁹ a possibilidade de acumulação, os ex-escravizados têm sua condição de párias acentuada. Mas importa registrar que, em decorrência dessa ampla massa de trabalhadores à disposição do capital, os salários dos trabalhadores, em geral, foram pressionados para baixo.

O Brasil, com sua inserção periférica³⁰ ao capitalismo mundial, ao longo do processo sócio-histórico, busca implantar as bases de uma economia urbana, na perspectiva de construir um parque industrial com a produção de bens duráveis para o mercado interno e também com o desenvolvimento da produção para exportação de produtos primários e industrializados. Observa-se, nesse processo, que a acumulação se dá com a superexploração da força de trabalho, combinando baixos salários, jornadas de trabalho extensas e com grande índice de desemprego, sendo este maior entre a população negra, ainda hoje³¹. Mas vale observar que, no processo como um todo, em termos de Brasil, a população pauperizada se amplia e, embora, em sua maior parte ainda seja composta de descendentes dos ex-escravizados, na atualidade, outros sujeitos da classe trabalhadora também a compõem.

²⁹ De 1875 a 1914, chegaram ao Brasil 4,5 milhões de imigrantes: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, sírio-libaneses, em seguida, japoneses, poloneses, e ucranianos. GIANNOTTI, V. História das lutas dos trabalhadores no Brasil; Rio de Janeiro: Mauad X, 3ª ed. revista e ampliada, 2009, p. 53.

³⁰“A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende este plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. [...] Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos”. FERNANDES, 1975, p. 77-78 apud JUNIOR, 2013, p.259. Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani. p. 232-268. CLACSO, São Paulo: HUCITEC, 2013.

³¹ No segundo trimestre deste ano, o primeiro completo sob os efeitos da pandemia, a taxa de desemprego geral ficou em 13,3%, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE). Ao analisar o dado de acordo com a cor da pele, a taxa de desemprego de pretos ficou em 17,8%, de pardos, 15,4%, e de brancos, 10,4%. Disponível em:<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/16/desemprego-pandemia-negros.htm>>. Acesso em: 16 dez.2020.

1.1.2 O tratamento dado à População em Situação de Rua pelo Estado

Nesse complexo, se reforça, na desigual sociedade brasileira, o olhar discriminatório sobre a População em Situação de Rua, acentuando o “mito das classes perigosas”, como mostra Coimbra (2001), que justifica práticas violentas e preconceituosas por parte de grupos da sociedade e, principalmente, pelos aparelhos policiais do Estado³², mas também de enquadramentos jurídicos repressivos.

De fato, como mostra Lemões (2014, p.5), com base em Tomás Melo (2013, p. 5), no Brasil, com características próprias, fenômenos considerados como “vadiagem”, “vagabundagem” e “mendicância” também passam cada vez mais a ser regulados por enquadramentos jurídicos repressivos.

No Brasil, como assinala Tomás Melo (2013) já na primeira metade do século XIX, a prática da mendicância é criminalizada pelas Leis Criminais do Império (1830), tendo continuidades no Código Penal da República (1890) e na própria Constituição de 1934. Ainda na Lei das Contravenções Penais, de 1941, identificam-se resquícios das leis anteriores, expressos na ambiguidade da distinção entre vadios e mendigos, indicando a penalização dos que, mesmo aptos ao trabalho, “entregam-se à ociosidade”, uma vez que desprovidos de recursos para a sobrevivência, e dos que “mendigam por ociosidade”

O Capítulo IV da Lei Criminal do Império (1830)³³, com vigência anterior a abolição dos escravizados, versava sobre vadios e mendigos. Os artigos 295 e 296 do Capítulo IV da Lei Criminal do Império de 1830, prescrevia apenamentos que variavam entre o trabalho de 8 a 24 dias, ou em outros casos, em prisão simples ou com trabalho por um período de 8 a 30 dias, conforme as “forças do mendigo”.

Apesar da transformação do regime político de Império para República, o marco jurídico tornava as condições ainda piores. O então Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890)³⁴, em seus capítulos XII e XIII, que discorriam sobre mendigos, ébrios, vadios e capoeiras, previam punições conforme o enquadramento legal, em penas que variavam entre 2 dias de prisão a 14 meses e, aos maiores de 14 anos, o recolhimento em casas disciplinares até alcançarem 21 anos de idade; sendo que, nos casos de pessoas estrangeiras, após o cumprimento da pena determinada, a deportação.

³² No Brasil, em 2017, registrou-se mais de 17 mil situações de violência em que a motivação principal era o fato de a pessoa estar em situação de rua. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml>>. Acesso em: 16 dez.2020.

³³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 14 set.2020.

³⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 14 set.2020.

Ainda segundo Lemões (2014, p.5), os efeitos moralizantes das legislações permanecem atuais apesar da sanção da lei nº 11.983/2009, que revogou o artigo 60 da Lei das Contravenções Penais de 1941.

[...] Ao mesmo tempo, o art. 59³⁵ permanece em voga, trazendo novamente a questão da ambiguidade em torno dos conceitos, pois, mesmo que a partir de 2009 a mendicância tenha deixado de ser plausível de punição, permanece a possibilidade de criminalizar pessoas caracterizadas como vadias (MELO, 2013, p. 3 apud LEMÕES, 2014, p.5).

O cerco governamental extrapola a esfera legislativa, em 11 de julho de 1893, através de um Decreto Legislativo³⁶, o governo federal foi autorizado a construir uma colônia³⁷ para corrigir, pelo trabalho, os “vadios” e “vagabundos” que fossem encontrados na Capital Federal.

De acordo com Silva (1997, apud PORFÍRIO, 2015, p. 31), do final do século XIX ao início do século XX, logo após a abolição da escravidão, a Capital da República (município do Rio de Janeiro) se torna um dos maiores centros de mendicância, pobreza e favelização do país. O número de pessoas com ocupações indefinidas passava de 100 mil.

Neves (2011, p. 112-113) fala de um aspecto importante sobre a prática da mendicância relacionada à descrença em relação ao trabalho como fator de conquista de dignidade e de condições satisfatórias de existência.

Portanto, há que se entender a mendicância como uma das alternativas de vida para a massa trabalhadora. Ela se apresenta como recurso básico ou complementar para os momentos de crise e para o salário insuficiente, ou como um meio de sobrevivência para os indivíduos que, por razões diversas, não conseguem fazer da força de trabalho uma mercadoria.

Para Barbosa (2005) apesar do aumento da miséria, nos primeiros governos republicanos, como de Deodoro da Fonseca a Campos Sales, nenhuma política

³⁵ “Art. 59 – Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. Parágrafo único – A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.” Mendicância • “Art. 60 – Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena – prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses”. Parágrafo único – Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de 18 (dezoito) anos.

³⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-norma-pl.html>>. Acesso em: 14 set.2020.

³⁷ A Colônia Correccional Dois Rios, a primeira do Brasil, foi fundada no ano de 1894. Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano: uma análise do combate à vadiagem por meio da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino em Minas Gerais (Sabará, 1895 -1901). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. JUNIOR, S. L. M, 2016, p.6.

pública de atenção à População em Situação de Rua foi criada. Somente em 1934, o Departamento de Assistência Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Governo Federal inicia a construção do primeiro albergue, no Rio de Janeiro³⁸.

Nos mandatos presidenciais que vão de Eurico Gaspar Dutra a João Goulart, há redução drástica das políticas sociais e da intervenção do Estado.

Já durante a ditadura militar (1964 a 1985) torna-se praticamente impossível estar nas ruas sem ser reprimido. A partir do governo de João Figueiredo houve um aumento da População em Situação de Rua e, em especial, o número de crianças e adolescentes, sendo no Rio de Janeiro a problemática especialmente grave.

Após o término do período do arbítrio, a assistência à População em Situação de Rua pode ser percebida através de medidas tímidas e muito desarticuladas entre os setores. As medidas só vêm a ganhar consistência nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a partir de 2003, como em decorrência, especialmente, da construção do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Esse movimento nós o entendemos como parte dos movimentos sociais, responsáveis pela luta organizada da classe trabalhadora na modernidade capitalista, como um importante instrumento para a conquista de direitos dos trabalhadores em situação de rua, no Brasil.

³⁸ O “Albergue da Boa Vontade”, dirigido pelo Drº. Victor Tavares de Moura, localizado na Praça Mauá, Rio de Janeiro. MEDEIROS, 2002, p. 136 apud BARBOSA, 2005, p. 291. Levantamento histórico sobre as políticas públicas para a população em situação de rua de 1888 até a atualidade. Texto apresentado no II Colóquio Latino Americano de História de Enfermagem, Rio de Janeiro de 12 a 15 de setembro de 2005.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS EM SUA GÊNESE HISTÓRICA

"Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social". (MARX, Miséria da Filosofia apud GOHN, 1997, p. 178)

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), do Brasil, é parte intrínseca da organização da classe trabalhadora em defesa de direitos e da própria vida. Nesse caminho, antes do debate sobre esse Movimento, em particular, cabe retomar, ainda que de forma breve, sem aprofundar em toda a sua complexidade, a história da organização dos trabalhadores, em movimentos sociais, na sociedade do capital, considerando seus segmentos, gênero, raça, condições de moradia, de trabalho, e outras situações e características, bem como os conceitos que se forjam no processo.

2.1 Movimentos Sociais: origens e conceitos

Como mostramos no capítulo I, várias revoltas de camponeses aconteceram contra o regime de vassalagem, contra a relação de servidão ao senhor da terra. Revoltas que tiveram continuidade no processo histórico de formação do capitalismo. Reafirmando o que apontamos do pensamento de Federici (2004) no capítulo anterior, a sociedade capitalista se constitui uma contrarreforma em relação aos processos de revoltas populares, em especial, no período entre os séculos XIII e XIV, que vinham se dando, principalmente, na Europa Ocidental. Ou seja, a classe que vive do trabalho, como denomina Antunes (2001), nos vários modos de produção e de organização societal que se baseiam na exploração e opressão, sempre se rebelou, buscou se organizar para lutar.

Na modernidade, para além das revoltas, as lutas ganham contornos definidos, levam as organizações para um desenvolvimento mais permanente, culminando com a formação de movimentos sociais. Vale destacar que a primeira formação considerada como movimento social nasce da luta dos trabalhadores por melhorias nas condições de trabalho e de vida, surgindo, portanto, como fruto da luta de classes na sociedade capitalista.

Nesse processo, mais exatamente no século XIX, tendo como mote inicial a existência concreta do movimento da classe trabalhadora na luta por direitos de organização e no trabalho, que tem início, também, o debate sobre movimentos

sociais. Como nos mostra Silva (2001, p.15, apud MARCONSIN, 2019, p. 52), para o economista e sociólogo alemão, Lorenz Von Stein, no século XIX, em torno de 1840, na Alemanha, surge a necessidade de se constituir “um ramo da ciência social que se voltasse para o estudo dos movimentos sociais da época, como o movimento operário e o socialismo, emergente”.

Explicitando o processo, a luta pela diminuição da jornada de trabalho foi a primeira que transcorreu de forma organizada pela classe trabalhadora, dando ensejo, como indicamos acima, à formação do movimento operário-sindical como o primeiro movimento social da modernidade. Isso ocorre porque, como mostramos no capítulo I, para o capital, o fundamento não é produzir mercadoria apenas como valor de uso, mas, produzir valor excedente, gerado pelo trabalho humano, na forma de mais valor. Ou seja, o trabalho desempenha papel fundante na sociedade do capital, pois o valor de toda mercadoria tem como determinação a quantidade de trabalho materializado nela, mediante o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (MARCONSIN, 2009). Não se trata de qualquer trabalho e sim do trabalho assalariado, realizado pela classe trabalhadora, como apontamos no capítulo anterior. O capitalista, portanto, utiliza o máximo de tempo na jornada de trabalho para pôr em movimento a força de trabalho em prol de seus interesses egoístas.

Barroco (2001) aponta que, na Europa Ocidental, a emergência do proletariado no cenário político, a partir da segunda metade do século XIX, foi responsável pela materialização do que passou a denominar-se “questão social”, a qual explicitou as sequelas do capitalismo na vida dos trabalhadores, tanto daqueles que se situam no exército ativo, quanto dos que “vegetam na esfera do pauperismo”, nos termos de Marx (1988, p. 43), mas, também, as lutas por direitos de seus setores organizados. Silva (2001, apud MARCONSIN, p.53) mostra que, do século XIX até meados do século XX, o conceito de movimentos sociais permaneceu associado à luta de classes, em especial, relacionado ao movimento operário-sindical.

Ao longo do processo sócio-histórico, em termos mundiais, em especial após o fim da Segunda Guerra Mundial, como forma de combate aos ataques impostos pelo nazismo e fascismo, movimentos em defesa dos direitos humanos ganham visibilidade, compondo o cenário dos movimentos sociais imprescindíveis até o momento atual.

A partir de meados, também do século XX, até a atualidade, diferenciados movimentos se organizam: feminista, defesa do meio-ambiente, étnico-raciais, da

juventude, estudantil, de luta pela terra, por moradia, de defesa dos LGBT, ecológicos, defesa de direitos humanos e sociais e outros.

Assim, ao longo do século XX adentrando o XXI, diferentes movimentos sociais são construídos na sociedade do capital além do sindical, tanto em termos internacionais como nacionais. Ressalte-se que os temas em luta não dizem respeito às relações de trabalho de forma imediata, como o sindical, mas situam-se no âmbito da reprodução e de direitos identitários (MARCONSIN, 2019). As forças sociais organizadas apresentam-se de diversas maneiras e formas, seja em movimentos na área urbana ou rural e até transcendendo as fronteiras das nações.

Os estudos sobre os movimentos sociais captam, assim, suas diferentes motivações, ensejando a construção de conceitos múltiplos.

Na obra “Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos (1997)”, Gohn traz um quadro geral das concepções e teorias sobre movimentos sociais, contribuindo para o debate da questão. Para a autora (1997, p. 12), ao analisarmos os movimentos sociais importa “abordar preliminarmente dois difíceis aspectos: o próprio conceito de movimento social e as teorias a seu respeito”.

Quanto à primeira, poucos autores se dedicam a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais. Acrescenta-se a esta lacuna a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma, além da não-diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas. Em relação à segunda questão, há várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação se referem. Para alguns se trata de fenômenos empíricos, para outros são objetos analíticos, teóricos.

Já Ribeiro (2014, p. 102-103), em seus estudos, tendo como base a perspectiva marxista, traz um debate sobre o que se denomina, hoje, de “novos movimentos sociais”, identificando uma relação entre essa concepção e o pensamento pós-moderno.

Ao analisar as lutas sociais na contemporaneidade, o pensamento pós-moderno supõe que as recentes transformações societárias não permitem mais aquelas formas de referências coletivas, como a de classe, que motivou as organizações sociais e políticas do século XIX e início do século XX. Essa forma de pensar considera que ocorre uma erosão da identidade de classe configurada na unidade ampla dos trabalhadores, predominando novas identidades de acordo com novos e múltiplos interesses, sempre parciais, e não mais universais. Assim, os interesses universais e de classes dão lugar aos desígnios grupais específicos e localistas, configurando-se nos chamados “novos movimentos sociais”.

Marconsin (2019, p. 58) também aborda a questão.

Sem a pretensão de esgotar a complexidade da questão, entendemos que o

pensamento pós-moderno e suas análises sobre os novos movimentos sociais têm relação íntima com as novas configurações da sociedade capitalista, construídas em decorrência da crise mundial do capitalismo, iniciada na transição da década de 1960 para a de 1970, quando ganha proeminência o capital financeiro mundializado como padrão de acumulação, com efeitos drásticos para os trabalhadores, intensificando-se esse processo, após os acontecimentos do Leste Europeu, em que se inclui a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no final do século XX.

Ainda para a autora (2019, p. 59) a tradição marxista percebe que, apesar de todas as modificações trazidas pela crise, que construiu novas configurações contemporâneas, “a sociedade ainda continua sob a égide do capital, tendo como base relações antagônicas entre capital e trabalho”. Nesse sentido, a “luta de classes se coloca presente, tendo no horizonte a disputa pelo poder na sociedade”.

Concordamos com Ribeiro (2014, p. 103), quando aponta que é importante, hoje, o reforço da “possibilidade de uma solidariedade coletiva que impulse formas de organização universalizantes”.

Para Marconsin (2019, p. 60):

Embora sejam de tipos e possuem configurações diferentes, não [há] contradição entre os movimentos sociais situados nas relações de trabalho - que fazem a luta por direitos do trabalho; aqueles que se situam na esfera da reprodução – que lutam por moradia, saúde, educação, terra, transporte, etc., e os movimentos definidos como identitários – raça, gênero, Lgbti+, etc. São movimentos sociais que se formaram ao longo do século XIX, XX e XXI, de diferentes tipos, que se encontram em um ponto comum: a luta pela obtenção de direitos na sociedade do capital, nos espaços da luta de classes.

Como define Ribeiro (2014, p. 117), esses movimentos sociais expressam as “contradições sociais determinadas pelo capital”, na sociedade contemporânea. Para Netto (1990, p.143), uns e outros trazem “ambivalências da cidadania fundada na propriedade privada e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas”.

2.2 Os Movimentos Sociais na América Latina

Foge ao escopo de nosso estudo um debate exaustivo da luta e do papel desempenhado pelos movimentos sociais no continente latino-americano. Entretanto, porque há pertinência com nosso debate, buscamos estabelecer um recorte temporal feito a partir dos anos 1980 e, em breves linhas, tentamos apresentar algumas ações importantes dos movimentos sociais no continente.

Na maioria dos países latino-americanos, nos anos 1980, ocorreu o ressurgimento de lutas sociais como contestação da ordem vigente e de oposição aos regimes militares.

O movimento ecologista no Equador, onde a associação *Acción Ecológica* opõe-se desde 1987 às concessões feitas pelo Estado às grandes empresas para a exploração do petróleo, apoiando-se, nesse sentido, numa estratégia de *advocacy* internacional, assim como na construção de redes transnacionais; no México, o Movimento Urbano Popular (MUP), o qual, após sua criação em 1981 e a fundação da Assembleia de Bairros (*Asamblea de Barrios*) na Cidade do México, promoveu mobilizações em prol da habitação, particularmente ativas e mediatizadas entre 1985 e 1988, em torno da figura paródica de SuperBarrio; as organizações *piqueteras* da Argentina, como a *Federación de Tierra, Vivienda y Habitación* ou a *Unión de Trabajadores Desocupados (UTD)*, ambas criadas em 1997, quando a crise econômica se agravava, tendo a segunda participado das primeiras obstruções de rodovias após o fechamento da usina da *Yacimientos Petrolíferos Argentinos* na cidade de General Mosconi, na província de Salta, no norte do país; as mobilizações indigenistas, estruturadas na *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONAIE)*, movimento social independente criado em 1986, ou ainda a *Central Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB)*, que foi criada em 1982, na Bolívia, e participou das mobilizações eleitorais em favor do atual presidente Evo Morales, ao lado da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)*, organização de trabalhadores rurais e produtores de coca criada em 1979. (GOIRAND, 2009)

Nesse cenário de retomada das lutas foi possível obter vitórias eleitorais, em alguns casos, lideranças do movimento alcançaram cargos no executivo da nação. Evo Morales, líder dos cocaleros na Bolívia, tornou-se presidente da república por três mandatos consecutivos entre os anos de 2006 a 2019 pelo partido Movimento Ao Socialismo (MAS) e talvez represente o símbolo maior desse processo.

Outros movimentos sociais, entre tantos, marcaram a trajetória de luta no continente. No México, os Chiapas nos anos 1990, de ação coletiva no meio rural; No Peru, o Movimento Revolucionário Túpac Amaru; na Argentina “As Mães da Praça de Mayo”.

A ascensão desses tipos de movimentos sociais indica que o paradigma latino-americano, como mostra Gohn (1997, p. 15-16), está, em sua grande maioria, voltado aos estudos sobre “movimentos sociais libertários ou emancipatórios” dos “índios, negros, mulheres, minorias em geral”; bem como sobre as “lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos”, mas também por “espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural”.

Importante destacar que as lutas sociais no continente atravessaram momentos de expansão e de retração, como ocorre em todos os territórios em consonância com

os diferenciados processos sócio-históricos. Esse oscilar dos processos leva os movimentos sociais, em determinados momentos, a assumir ações mais contundentes e de avanço e, em outros, momentos de refluxo, cuja atuação passa a ter um caráter reativo. Trata-se do caminhar em consonância com a relação de forças entre as classes sociais.

2.3 Os Movimentos Sociais no Brasil

No capítulo I apontamos a luta contra a exploração econômica dos escravizados nos tempos do Brasil-Colônia, como um tipo de “protoforma” dos movimentos sociais em nosso país. Na transição entre o século XIX para o XX, é possível observar a formação dos primeiros movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora. Desde então, se fizeram presente e atravessaram com muita luta e resistência o processo sócio-histórico brasileiro.

Para Marconsin (2019, p. 54), no Brasil, o primeiro movimento social que se organiza foi o movimento sindical e, embora a “consolidação da organização se dê no século XX, o processo inicial data de fins do século XIX”. A primeira luta, como ocorreu em outros espaços territoriais, foi “pela redução, com regulamentação, da jornada de trabalho”.

Giannotti (2007, p.104) também mostra que a luta mais destacada dos trabalhadores brasileiros em fins do século XIX e inícios do XX foi pelas 8 horas de trabalho³⁹, afirmativa compartilhada por Antunes (1985, p.49), para quem nos “vários Congressos Sindicais e Operários e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações, visando a melhoria salarial e a redução da jornada de trabalho”. Essas lutas ocorriam juntamente com outras, como a defesa do poder aquisitivo dos salários, inserindo-se, também, a proibição do trabalho infantil, a

³⁹ “Em 1º de maio de 1890, quando um grupo de ativistas socialistas intentava, pela primeira vez no Brasil, a criação de um partido operário, constava do programa deste embrião de partido “promover a fixação da jornada de 8 horas de trabalho”. V. GIANNOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, p.104. Mattos mostra que a greve dos sapateiros de 1903, por exemplo, além do reajuste salarial, tinha como uma das principais reivindicações a redução da jornada para 8 horas diárias. Em 1907, a cidade de São Paulo foi paralisada por uma greve pela jornada de 8 horas, que atingiu outras diversas cidades do estado, como Santos, Ribeirão Preto e Campinas. M. B. MATTOS. Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe operária carioca (1850-1910). In M.B. MATTOS. (org.). Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Bom Texto/FAPERJ, 2004”. MARCONSIN, C. Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviços Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 96

regulamentação do trabalho feminino e de adolescentes, o direito a férias, seguro contra os acidentes de trabalho, que eram muito recorrentes, doença profissional. Uma luta incessante se dava pela consecução do contrato coletivo de trabalho, por exemplo. Ao mesmo tempo, a busca pela organização tornou-se uma constante entre os trabalhadores, de diferentes maneiras (MARCONSIN, 2009).

Assim, desde finais do século XIX os trabalhadores, no Brasil, enfrentavam o “liberalismo oligárquico”, cuja tônica da política era a repressão, mas não podia evitar que a classe trabalhadora se organizasse, exigindo a legalização de direitos trabalhistas e sindicais. Colocavam em andamento formas diferenciadas de lutas, as quais lançavam as bases do movimento sindical,

Expressam esse caminho, desde as Associações de Socorro Mútuo e Caixas Beneficentes (com fins assistenciais e corporativos), passando pelas Ligas Operárias (que buscavam reunir operários de vários ofícios, mas já com objetivo de luta em defesa de interesses comuns), até os Sindicatos, organizados com base nas relações de produção, já em inícios do século XX. Esse período, portanto, tem como características básicas, de um lado, a rejeição obstinada de qualquer avanço de legislação trabalhista e de organização dos trabalhadores pelo liberalismo oligárquico brasileiro e, de outro, a energia dos trabalhadores em lutar por direitos e se organizar em termos do movimento sindical (MARCONSIN, 2009, p. 97).

Em inícios da década de 1920, sob a liderança de Bertha Lutz foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que travou a luta das sufragistas pelo direito das mulheres ao voto. O voto feminino foi conquistado em 1932 e em 1937, a Federação extinguiu-se após a imposição do Estado Novo. Esse pode ser considerado o segundo movimento social organizado no Brasil⁴⁰.

Outro importante movimento social que se organizou ainda na década de 1930, mais exatamente em 1937, foi a União Nacional dos Estudantes (UNE). Juntamente com o movimento sindical, enfrentou, inclusive, a Ditadura do Estado Novo.

Na década de 1950, observa-se a primeira organização dos trabalhadores rurais, no ano de 1954, com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB). Em 1955, tem origem a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (MARCONSIN, 2009), movimento este que posteriormente passou a denominar-se Liga Camponesa da Galileia, dando origem às Ligas no nordeste, em Minas Gerais e no sul do país. Esse movimento é considerando

⁴⁰ MARCONSIN, C. Serviço Social e Movimentos Sociais: um estudo no âmbito da formação profissional. Relatório Final do Estágio Pós-doutoral. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC/SP, São Paulo, 2019.

mais importante, no período, no que se refere ao movimento social de luta pela terra (BANDEIRA, 1977, apud MARCONSIN, 2009). Melo (2008, p.64) mostra que na década de 1960 “foi conformado o Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul”. Ainda nessa década de 1960, no Brasil, como ocorreu em termos mundiais, o ativismo social tornou-se intenso.

Para Marconsin (2009, p. 114):

Observa-se, no período, um salto de qualidade em termos de organização sindical, com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) — que avançava na constituição de uma central dos trabalhadores — atuando juntamente com o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras associações regionais, sendo a região do ABC paulista a mais combativa.

Em conjunto com as lutas da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma politização dos setores urbanos médios era crescente, no período, com a formação de movimentos sociais diversos, como de mulheres, contra a carestia, em defesa das reformas de base.

Mostrando a relação apontada por Marx na epígrafe desse capítulo, sobre a relação entre o social e o político, o Golpe civil-militar de 1964 impôs uma drástica repressão aos movimentos sociais e à classe trabalhadora como um todo. Mas em 1968, não obstante o clima extremamente repressivo houve uma retomada do movimento grevista, em Contagem (MG) e Osasco (SP)⁴¹, que objetivavam o fim do arrocho salarial e a criação do contrato coletivo de trabalho.

Segundo Marconsin (2009), no mesmo período, os estudantes⁴² também passaram a desenvolver ações de contestação política como passeatas e atos diversos⁴³. Netto (1990, apud MARCONSIN, 2009, p. 125) mostra que se formou, no período, “uma frente ampla unificando estudantes, sindicalistas e deputados oposicionistas, contra a ditadura. Mas os aparelhos burocráticos de repressão

⁴¹ A greve de Contagem (MG) durou uma semana e, mesmo com a dura repressão, obteve 10% de abono estendido a todo o país em julho de 1968 como “abono emergencial”. Em Osasco, a greve durou seis dias, o exército ocupou a cidade e as fábricas, interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo sua direção e 500 trabalhadores. V. GIANOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, p.198-200.

⁴² Em outubro, lideranças estudantis realizaram um congresso da UNE — clandestino — em Ibiúna (SP). Os mais de oitocentos estudantes presentes foram presos e os jornais, no período, ainda sem censura prévia, destacaram esse episódio.

⁴³ No mês de março de 1968, em uma passeata no Rio de Janeiro, a polícia matou um estudante, Edson Luís, o que provocou, em todo o país, uma onda de manifestações e protestos durante o ano todo. Em junho, a Passeata dos Cem Mil tornou-se a maior manifestação ocorrida até então, mas grandes atos foram organizados em outras grandes capitais, como Recife, São Paulo, etc., sempre acompanhados de grande repressão, sendo que, naquele ano sete manifestantes foram mortos, a maioria no Rio de Janeiro. MARCONSIN, C. Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviços Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 139.

atuaram, punindo os ativistas, levando muitos à morte”. O Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁴, editado pela ditadura militar, em 1968, foi um duro golpe à democracia brasileira e, dentro dela, à organização e lutas dos movimentos sociais.

O contexto de retrocesso no cenário brasileiro da década de 1970 espalhou-se pela América do Sul, que passou a sofrer um período também de repressão e violação dos direitos consubstanciados através de golpes de Estado perpetrados pelos militares, como Chile (1973), Uruguai (1973), Argentina (1976).

No Brasil, em condições muito difíceis grupos revolucionários buscaram fazer a resistência democrática ao período de exceção. Um desses caminhos se deu através de grupos guerrilheiros. Dentre eles, a Guerrilha do Araguaia, movimento armado e braço do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que mesclava jovens militantes recrutados nas universidades com experientes lideranças, foi a que teve maior duração entre os anos de 1966 a 1974.

A crise do capital em nível internacional, ocorrida na transição dos anos 1960 para 1970, ao atingir o Brasil, provoca o esgotamento do padrão de acumulação da autocracia burguesa (NETTO, 1990), e incide em sua dinâmica, provocando sua desestabilização.

Nesse complexo processo, segundo Gohn (2000, p.18) após 1974, passamos a viver o ressurgimento, no Brasil, dos movimentos sociais.

A partir de 1974, com a crise internacional do petróleo, o chamado “milagre brasileiro” entra em crise. A resistência ao regime militar começa a se articular. Os movimentos sociais emergem das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embaladas pela Teologia da Libertação, organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares vigorosos como Custo de Vida (depois Carestia), movimentos pelos transportes, de favelados pelo direito real de uso da terra onde estavam, pela saúde nos centros e postos comunitários de saúde, por vagas nas escolas etc. Grande parte desses movimentos surgiu como base de apoio às greves que se espalharam pelo país entre 1978-1979. Eles formaram os comitês de compra de gêneros de primeira necessidade e de apoio aos operários em greve.

Frente a isso, a ditadura militar coloca em andamento a reabertura política no país, buscando realizá-la de forma lenta e gradual sob seu controle.

O pressuposto dessa estratégia era controlar o aparato militar-repressivo, pela autocracia; dar continuidade ao aniquilamento de qualquer forma de contestação radical e conquistar setores da sociedade brasileira com mediações políticas, porque só a coerção não bastaria. (MARCONSIN, 2019, p. 31)

⁴⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 06 de set.2021.

Mas o movimento grevista que ressurgiu a partir de 1978, ainda para Marconsin, (2009) acelera o processo de transição desejado pela ditadura. Antunes (1988, p.126-128) mostra que o movimento grevista de fins dos anos 1970, abalou o “processo de autorreforma do Estado burguês”, desmistificou o “projeto “aberturista”, desnudando seu caráter de transição “pelo alto”.

Esse período marca, também, o renascimento da ação político-sindical dos trabalhadores no Brasil, após anos de repressão, ao mesmo tempo em que possibilitou a gênese de novas lideranças sindicais, dentre elas, Luiz Inácio Lula da Silva, que adquiriu expressão central, consolidando-se nos movimentos grevistas posteriores (ANTUNES, 1988).

Há uma efervescência político-ideológica de grandes proporções na sociedade brasileira, sendo que as greves potencializaram outras lutas já em andamento, como por exemplo, pela Anistia⁴⁵, contra o alto custo de vida, pela reforma partidária, contra a violência doméstica, entre outras. Marconsin (2019, p. 35) traz um quadro vivo desse período.

Foi um importante momento, na sociedade brasileira, que originou novas concepções de sindicatos, que colocavam o confronto como diretriz fundamental na luta por direitos e por democracia; diferentes tipos de movimentos sociais, dentre vários, as associações de moradores, movimentos eclesiais de base, movimento contra a carestia, Movimento Feminino pela Anistia, e outros, mas também a retomada do movimento feminista, do movimento estudantil, etc., e a construção de diferentes partidos.

Nos anos 1980, surge um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores como uma das pautas principais.

Vale destacar que um dos mais importantes momentos da luta pela democratização ao acesso à terra, alcançando repercussão internacional ocorreu em 1980 na luta do Acampamento Encruzilhada Natalino⁴⁶.

A estratégia de mobilização do movimento combinava atos de protestos com negociação junto ao governo. Um dos ápices da mobilização ocorreu quando 15 mil

⁴⁵ A Campanha pela Anistia nasceu em 1976 com o Movimento Feminino pela Anistia. Em 1978 foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), no Rio de Janeiro. Em novembro deste ano, realizou-se o I Congresso pela Anistia. A anistia conquistada não foi ampla, geral e irrestrita, mas esse movimento foi fundamental, no processo.

⁴⁶ Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

peças realizaram um ato público. A repressão por parte do governo não demorou a ocorrer, logo o acampamento foi cercado por forças militares.

Como resultado dessa luta, em 1982, 207 famílias foram transferidas para Nova Ronda Alta, onde reagruparam forças para seguir lutando pelo assentamento em terras do Rio Grande do Sul e por reforma agrária. Em 1983, o governo do Rio Grande do Sul desapropriou cerca de 1.870 hectares de terras nos municípios de Cruz Alta, Palmeira das Missões e Ronda. As famílias do antigo Acampamento Natalino foram assentadas nesse território.

Carvalho (2007, p. 27) nos apresenta emblemáticos movimentos sociais que nasceram ainda na década de 1980, sob os ares democráticos do processo constituinte no Brasil.

- Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, com importante atuação nas políticas de habitação e desenvolvimento urbano. Atuava tanto no nível institucional quanto na ação direta, por meio de ocupação da terra, da co-gestão e das cooperativas de construção de moradias populares.
- União Nacional por Moradia Popular – UNMP, que atuou em vários estados, principalmente em São Paulo. Sua experiência mais significativa é a dos mutirões habitacionais auto-geridos (em parceria com órgãos públicos), ao lado de sua importância na luta pelo Fundo Nacional de Moradia Popular - FNMP.
- Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, entidade pioneira na rearticulação dos movimentos sociais, populares e sindicais, na fase final de transição do regime militar para a democracia.
- Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, criado no Congresso de Curitiba, em 1985, a partir de reivindicações por reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, também criado em 1985, a partir de uma rede composta por pessoas e instituições engajadas em programas de atendimento a meninos e meninas de rua.

Ao analisar esse período como um todo, Gohn (1997, p. 379-383 apud CARVALHO, 2007, p. 28) entende que os movimentos sociais passaram por três ciclos:

- O 1º ciclo – Lutas pela Redemocratização do País e Acesso a Serviços Públicos: 1972 – 1984 – Com os movimentos nacionais, movimentos sociais populares urbanos, movimentos populares rurais, movimentos sindicais e movimento estudantil.
- 2º ciclo – Institucionalização dos Movimentos: 1985 - 1989 – Com movimentos sobre temas específicos, movimentos populares urbanos de âmbito nacional, movimentos rurais nacionais e movimentos sindicais.
- 3º ciclo – Emergência de Novos Atores e Desmobilização dos Movimentos Populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990 – 1997 – Com movimentos populares nacionais, movimentos internacionais, movimentos étnicos, raça, sexo e idade e movimentos sindicais.

Como parte do terceiro ciclo, identificamos, nos anos 1990, a reestruturação produtiva do capital, que se desenvolveu intensamente através da acumulação flexível e do toyotismo. Nesse contexto, o ideário neoliberal também já se faz presente na sociedade brasileira, como mostra Marconsin (2009, p. 163) com sua plêiade de ataques às já insuficientes políticas sociais.

Reduções drásticas nos investimentos públicos na área social, cortes de investimentos sociais, contrarreformas estruturais, privatizações, redução das tarifas aduaneiras, abertura comercial, ampliação das condições favoráveis para o ingresso de capital externo.

Ainda sob as hostes hegemônicas do receituário neoliberal nos dois períodos sequenciais de mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ocorridos entre os anos de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002, Cislighi (2020)⁴⁷ observa:

Adequado aos ditames internacionais consolidados pelo Consenso de Washington, o governo Cardoso contrarreformou o Estado brasileiro por meio, principalmente, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) que orientou a privatização de inúmeras empresas estatais e da gestão e prestação de serviços sociais por meio de parcerias com o setor privado. As características das políticas de Cardoso dão sequência a um processo que Behring (2019) caracteriza como um “ajuste fiscal permanente”, em curso até os dias atuais no Brasil, que se iniciou ainda durante o período ditatorial como resposta a explosão inflacionária e as crises da dívida na América Latina na década de 1980, e que se materializaram, antes do Plano Real de Cardoso, em outros 14 planos econômicos. Para garantir seu sucesso em tantas medidas impopulares, o governo Cardoso contou com franca adesão da mídia e forte repressão contra sindicatos e movimentos sociais.

Na década de 1990, o receituário neoliberal impôs a diminuição das políticas sociais que materializam o atendimento aos direitos sociais e novos desafios foram enfrentados pelos movimentos sociais.

Vale destacar que, nesse período, em 1993, resultado da luta política contra esses ataques, é organizada a Central de Movimentos Populares – CMP⁴⁸.

O I Congresso da CMP foi realizado no ano de 1996, em Praia Grande, São Paulo. Sobre esse momento, Machado (2009, p. 84) explica:

Entre seus eixos e bandeiras de luta, propostos nesse Congresso, destacaram-se a ruptura do acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o não pagamento da dívida externa, a luta pela ampliação dos gastos públicos com saúde, educação e habitação, pelo aumento do salário mínimo, a favor da Reforma Agrária, pela implantação de políticas que gerassem empregos e pela aprovação do Fundo e do Conselho Nacional de Moradia Popular, entre outras.

⁴⁷ Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>. Acesso em: 13 jan. 2021

⁴⁸ Disponível em: <<https://cmpbrasil.org/>>. Acesso em: 01 set. 2021.

Os princípios básicos que orientavam a Central em sua criação eram: democracia, representatividade, ser de base, ser de massa, ser classista, ser combativa, solidariedade e fraternidade⁴⁹.

Ainda na década de 1990, no ano de 1999, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em que é criado o Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR). No evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras, foi lançada a Carta de Brasília,⁵⁰ que apresenta a toda sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas da categoria. A fundação oficial do MNCR se dá, posteriormente, em junho de 2001.

Desde então, o movimento participa de encontros internacionais latino-americanos da categoria, buscando articulação e novas frentes de luta de direitos da categoria nos diversos países do continente. O último Congresso realizado aconteceu em Bogotá/Colômbia, com representação de 15 países. Ao final do encontro foi aprovada a carta de Bogotá.⁵¹

Em 1997, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos, tendo como eixo principal a luta por moradia e reforma urbana. A forma mais importante de ação do movimento são as ocupações de terras urbanas. As ações do MTST buscam pressionar diretamente os grandes proprietários e o Estado, como forma de denúncia sobre o problema social da moradia e de construir um processo de organização autônoma dos trabalhadores. Atualmente encontra-se organizado em, aproximadamente, 12 estados do país.⁵²

Dentre os vários movimentos sociais organizados, no Brasil da atualidade, encontra-se o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

⁴⁹ No momento, Raimundo Bonfim, atual Coordenador Nacional da CMP, na página do Movimento, “conclama para a retomada das mobilizações de rua em unidade com partidos políticos, movimentos populares e pelo Fora Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2021/05/salvar-vidas-afastar-bolsonaro-manifestacao-29-maio/?fbclid=IwAR3rrYNjPyq_tyvTZ2pdEyRt11nGDGA0lZrZmMtmZsRNvt40dsBREqOkRI>. Acesso em: 01 set. 2021.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.mnrcr.org.br/sobre-o-mnrcr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>. Acesso em: 08 set. 2021.

⁵¹ Disponível em: <http://www.mnrcr.org.br/biblioteca/legislacao/arquivos-em-pdf/Carta_de_Bogota_portugues.pdf/view>. Acesso em: 08 set. 2021

⁵² Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/25/mst-e-mtst-voce-realmente-conhece-essas-organizacoes>>. Acesso em: 08 set. 2021.

No capítulo III, traremos a história de construção do MNPR - um movimento social nascido, em 2005, no Brasil, que, traz sobre si, quando percebidos socialmente, os olhares preconceituosos, historicamente construídos em nossa sociedade. Na maior parte do tempo sofre com a invisibilidade, que é uma forma encontrada, pelos setores conservadores da sociedade e pelo Estado, para o trato da questão social da População em Situação de Rua e de sua organização.

3 A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO: HISTÓRIA DO MNPR NO BRASIL

A história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo (Marx, 1988b). É nesse contexto que se origina, o fenômeno da população em situação de rua. (SILVA, 2006, p. 19)

Entendemos o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) como parte integrante dos movimentos sociais que, ao longo dos tempos foram ganhando contornos, formas e tipos diferentes para travar a luta da classe trabalhadora, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais no “âmbito das relações de trabalho, ou ligados à reprodução - de luta pela terra, moradia, etc. - ou na luta pelas questões de gênero, étnico-raciais, etc. – os denominados identitários” (MARCONCIN, 2019, p.59). Concordando com Marconsin (ibid., 2019), esses movimentos “se encontram em um ponto que lhes é comum: a luta pela obtenção de direitos na sociedade do capital”. É parte histórica desse processo, no Brasil, a criação do MNPR para a defesa da População em Situação de Rua.

Ferro (2011, p. 7), fixando seus estudos na experiência do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), no Brasil, mostra que ele é o primeiro movimento social de abrangência nacional que representa esse segmento da população.

A autora (2011, p. 74-75), inclusive, mostra que há experiências internacionais de organização da população em situação de rua que surgiram e lograram êxitos, as quais vale registrar aqui. Em pesquisas realizadas por Anker (2008) sobre a organização da População em Situação de Rua, na Dinamarca, e por Snow & Cress (1996) a respeito da organização da PSR nos EUA, ainda segundo Ferro (2011), são organizações localizadas em algumas cidades, sem abrangência nacional.

Anker (2008, p. 2) nos apresenta a experiência dinamarquesa sob a organização dos sem teto na Dinamarca (SAND)

SAND foi criado pelos próprios sem tetos em 2001 em uma demonstração de que é possível desenvolver novas formas de participação dos mais

marginalizados e para fornecer uma voz formal, especialmente, se forem apoiados por grupos progressistas. Seus membros são, em sua maioria, usuários frequentes de serviços e abrigos.

Na experiência estadunidense, por exemplo, os autores (1996) afirmam que foram encontradas “evidências de protestos de *sem-teto* em nada menos que 50 cidades nos EUA pelas Organizações do Movimento Social (SMO) na década de 1980.”

Embora seja difícil apontar o surgimento desse movimento, ele ganhou visibilidade nacional pela primeira vez em 1983 com o jejum de 60 dias de Mitch Snyder e a adoção dos *sem-teto* pela Comunidade para Não-Violência Criativa como sua preocupação central. O auge da mobilização do movimento ocorreu em outubro de 1989, quando cerca de 250.000 moradores de rua e seus apoiadores se reuniram aos pés da capital do país sob a bandeira de "Moradia Agora!". Embora esses dois eventos tenham ganhado visibilidade nacional, para o movimento dos *sem-teto* a maioria das ações coletivas dos moradores de rua, como protestos, passeatas, aquisições de casas e acampamentos em propriedades do governo, foram locais. Essas atividades locais, no entanto, foram generalizadas, visto que ações coletivas ocorreram em mais de 50 cidades na década de 1980 (Snow; Cress, 1996).⁵³

Podemos destacar experiências latino-americanas de organização da População em Situação de Rua⁵⁴, como parte dos movimentos sociais neste continente, como por exemplo, no Uruguai – Colectivo “Ni Todo Esta Perdido - NITEP⁵⁵”; na Argentina – “Proyecto 7”⁵⁶. Entretanto, essas experiências também não possuem abrangência nacional.

Assim, para Ferro, (2012, p.14), o MNPR é um movimento social “*sui generis*”, porque o processo de construção da organização da População em Situação de Rua é complexo, tem características próprias e apresenta avanços e recuos. Como nos demais países, enfrenta grandes dificuldades, mas, no Brasil, ele vem conseguindo organizar-se do ponto de vista nacional.

As pessoas em situação de rua apresentam especificidades que tornam difícil a motivação para sua união coletiva e sua luta política. Essas pessoas se caracterizam, entre outros fatores, por: i) sua heterogeneidade (Silva, 2009), o que dificulta a construção de uma identidade coletiva; ii) ter escassa tradição associativa (Brasil, 2008); iii) sua pobreza extrema, uma condição que implica ter recursos limitados (moral, material, informativo e humano) necessários para a viabilidade de sua organização coletiva (Snow & Cress, 1996); e iv) uma maior incidência de problemas de saúde mental e

⁵³ Disponível em: <<https://youtu.be/Ur0IH79vmaw>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

⁵⁴ Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/articulo/2019/5/organizaciones-de-personas-en-situacion-de-calle-de-distintos-paises-de-latinoamerica-se-reunieron-en-montevideo/>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

⁵⁵ Disponível em: <<https://plataformanitep.wixsite.com/nitep/post/10-maneras-de-consolidar-tu-equipo-de-trabajo>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

⁵⁶ Disponível em: <<https://proyecto7.org/>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

uma alta taxa de uso frequente de álcool e/ou outras drogas, que torna esta população especialmente difícil de mobilizar.

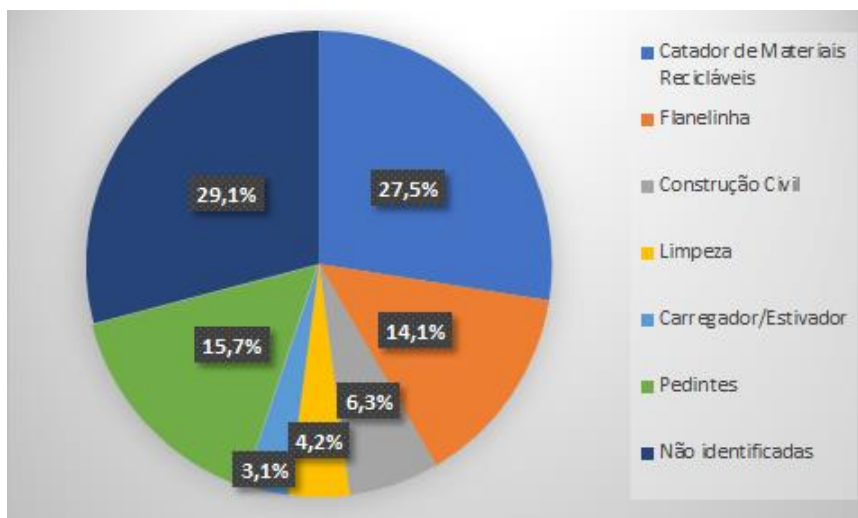
Por essas características trazidas pela autora, antes de tratarmos da organização do Movimento, importa nos referirmos, em traços gerais, a essa população de quem falamos. Como mostramos no capítulo I, resultado da lógica societal capitalista, a situação da população trabalhadora que é obrigada a viver nas ruas é um fenômeno social que tem aumentado em todo o mundo. Em comum, em todos os países, encontramos a exclusão do acesso aos bens produzidos e do usufruto da riqueza socialmente produzida pelas classes subalternas. A diferença está no perfil de sua composição, nos países e regiões.

No Brasil, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua foi realizado entre agosto de 2007 a março de 2008 e abrangeu 71 cidades brasileiras. O resultado revelou que 70,9% da População em Situação de Rua exercem alguma atividade remunerada, sendo que, nessas atividades incluem-se catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Segundo a mesma pesquisa, as principais razões, apresentadas pelas pessoas que estão em situação de rua são: alcoolismo/drogas 35,5%, desemprego 29,8%, problemas com familiares 29,1%, perda da moradia 20,4%, separação/decepção amorosa 16,1%. A maioria - 52,6% - recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais, 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A grande maioria - 95,5% - não participa de qualquer movimento social ou associativismo, 24,8% não possuem quaisquer documentos de identificação, a maioria - 61,6% - não exerce o direito de cidadania elementar, que é o voto⁵⁷.

As informações acima estão representadas nos gráficos a seguir:

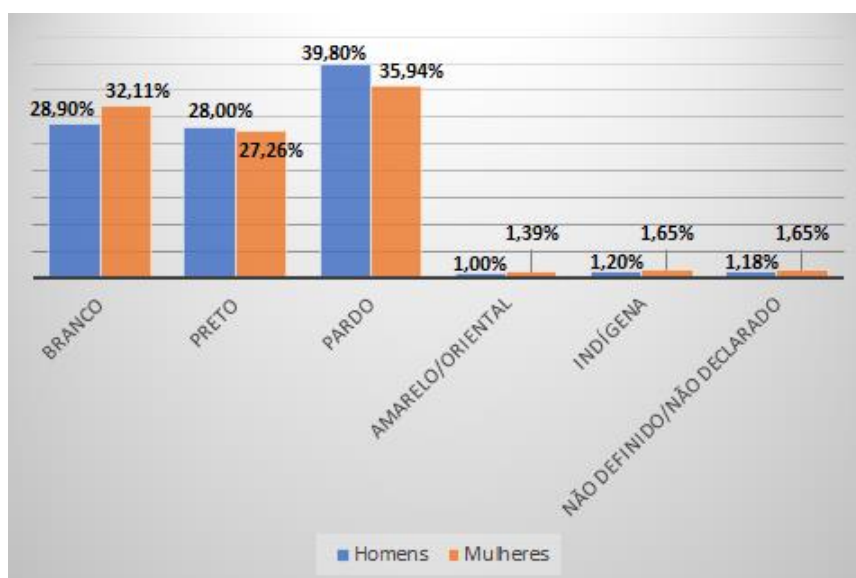
⁵⁷ Outros dados referentes ao I Censo e Pesquisa Nacional. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 08 set.2020.

Gráfico 1- Atividades Remuneradas para Sobrevivência



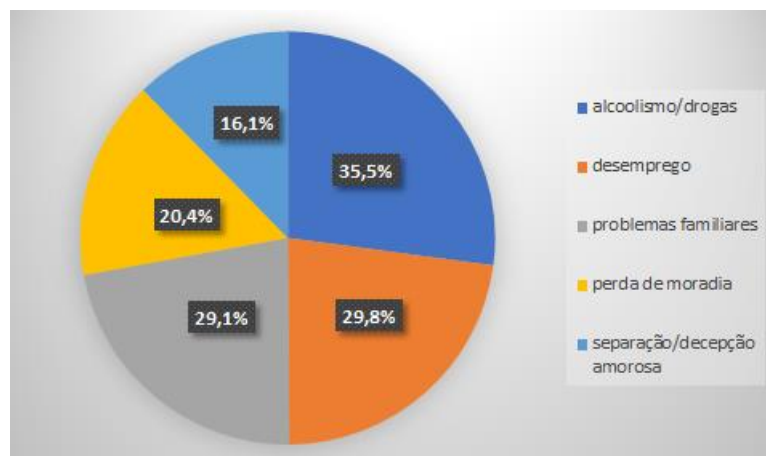
Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/8

Gráfico 2- Mulheres e Homens em situação de rua por raça/cor



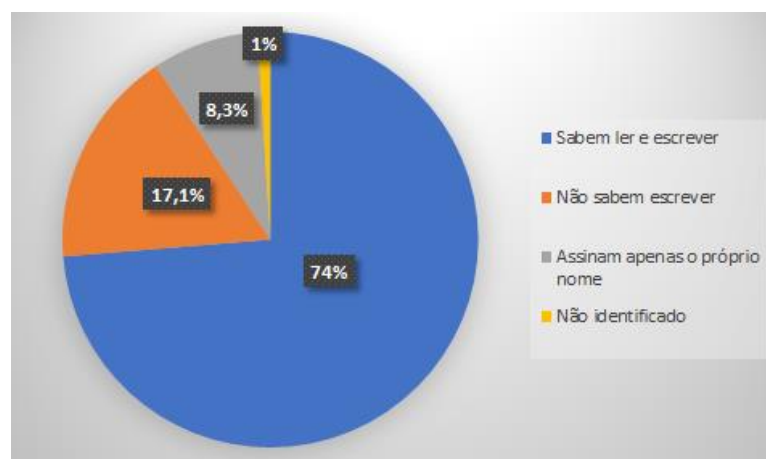
Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/8

Gráfico 3- Múltiplas razões de estarem nas ruas



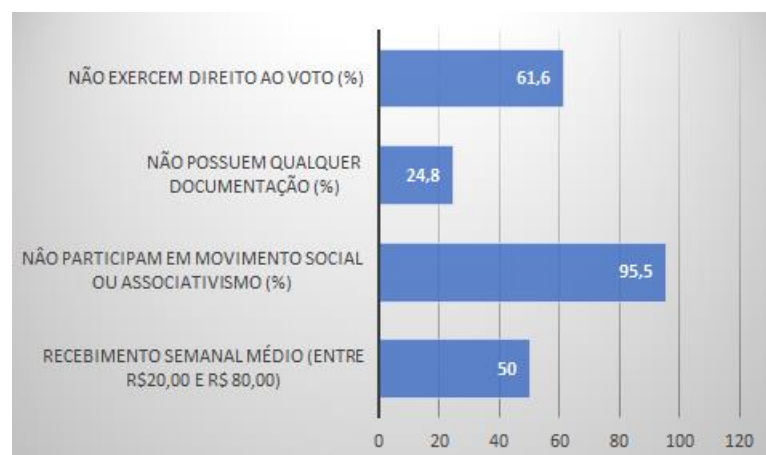
Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/8

Gráfico 4- Alfabetização



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/8

Gráfico 5- Informações Adicionais



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/8

Pelos dados, observamos o alto índice de absenteísmo em relação à participação em movimento social, que demonstra o grande desafio do MNPR para organizar as suas bases. Outro aspecto que destacamos é o percentual elevado das pessoas que exercem alguma atividade laboral para sua sobrevivência.

Considerando a complexidade do tema, as condições de vida, a forma distanciada e dispersa como se situam na cidade e ainda as dificuldades censitárias para estabelecer um perfil atualizado e mais completo dessa população, um dos aspectos que nos chama a atenção são as possibilidades de organização da luta pelos seus direitos.

Por essas razões, o surgimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), no Brasil, em 2004, apresenta um campo rico a ser aprofundado em nossos estudos.

3.1 Uma visão panorâmica do caminhar

Para adentrarmos na história do movimento construída pelos próprios sujeitos, que resultou na formação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em 2005, é importante abordarmos as condições sócio-históricas prévias.

Para Silva (2008, p.90), de início, é necessário apontar que há uma relação entre o surgimento do Movimento e a ação de setores da Igreja Católica, particularmente no início da década de 1980, com destaque para a Organização Auxílio Fraternal (OAF), situada na cidade de São Paulo⁵⁸.

Ferro (2012, p. 17) mostra que, além de São Paulo, em Belo Horizonte, já em fins da década de 1980, também existia um nível de “organização e articulação” da “sociedade civil ligada à problemática das pessoas em situação de rua”. Nos demais estados brasileiros era incipiente.

As primeiras prefeituras com perfil democrático-popular, cujos dirigentes foram eleitos após a ditadura militar, reforçaram esse processo. As ações das prefeituras de duas cidades brasileiras – São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) - possibilitaram uma maior visibilidade à População em Situação de Rua e à luta das organizações da sociedade civil que as defendiam.

⁵⁸ Fundada em 1955 por religiosas e leigas para atuar no centro da cidade de São Paulo, passando na década de 1980 a ter uma abordagem comunitária junto à população em situação de rua. SILVA, R.B. O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social. Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2008, p.90.

O governo de Luiza Erundina (PT), no município de São Paulo (SP) - 1989 - 1992, estabeleceu um marco no conceito de política pública para a População em Situação de Rua⁵⁹. Surge, então, o entendimento de que o governo tem o dever de atuar com políticas sociais voltadas para essa população. Nesse período (1991), ocorreu a primeira pesquisa municipal sobre a População em Situação de Rua. Nesse ano, ainda, é criado o Fórum Coordenador dos Trabalhos, uma instância de participação social entre poder público e organizações sociais, como espaço de discussão de políticas para a População em Situação de Rua (PSR).

No último ano do governo de Luiza Erundina (PT), a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes) organiza o I Seminário Nacional sobre População de Rua. Surgem as primeiras Casas de Convivência como espaço de articulação e organização conveniadas com as organizações sociais.

No parlamento, em 1997, é aprovada a Lei nº 12.316, de autoria da Vereadora Aldaíza Sposati (PT), que dispunha sobre a obrigatoriedade de o Poder Público Municipal prestar atendimento à População em Situação de Rua na cidade de São Paulo.

No âmbito da sociedade civil, ainda em 1997, é criada a Pastoral do Povo da Rua de SP – da Igreja Católica - e, após um ano de atuação, surge a experiência do Fórum da População de Rua na Casa de Oração, um espaço de discussão e articulação, constituindo-se um momento importante para o fomento de um movimento social da População em Situação de Rua em São Paulo. As plenárias ocorridas eram denominadas “Fala Rua”. Neste contexto em ebulição, Padre Júlio Lancellotti, da paróquia São Miguel do Arcanjo, inaugura, embaixo do viaduto Guadalajara, a Comunidade São Martin de Lima, na Zona Leste de São Paulo, marco na denúncia das condições de vida da População em Situação de Rua.

Nos passos do que acontecia no município de São Paulo, é aprovada, em Belo Horizonte (MG), a Lei nº 8.029/2000⁶⁰, segunda lei municipal para pessoas em

⁵⁹ Em 1991, foi realizado, pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social (SEBES), estudo sobre adultos em situação de rua. Em 1992, é publicado o livro: População de Rua: quem é, como vive, como é vista. FERRO, Desafios de La participación social: Alcances y limites de la construcción de la Política Nacional para Población em Situación de Calle em Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política e Sociologia) – Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, FLACSO, Buenos Aires, 2011, p. 54. Em 1993, é criado o Fórum das Organizações Sociais que trabalham com a PSR. (ibid., p. 85)

⁶⁰ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2000/802/8029/lei-ordinaria-n-8029-2000-cria-o-forum-populacao-de-rua-e-dispoe-sobre-politica-publica-para-a-populacao-de-rua-no-municipio>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

situação de rua no Brasil. Este dispositivo legal versa sobre as políticas públicas para as pessoas em situação de rua e cria o Fórum População da Rua de Belo Horizonte.

Mas foi apenas em 2001, que, em São Paulo, no mandato da Prefeita Marta Suplicy (PT), após muita luta, ocorreu a regulamentação da Lei nº 12.316, de 1997, através do Decreto nº 40.232/2001.

Também em 2001, surge a Pastoral Nacional do Povo da Rua, com sede em Belo Horizonte, vinculada à Arquidiocese local da Igreja Católica.

Sobre o papel da Pastoral Nacional no contexto histórico de construção e fortalecimento do MNPR, Ferro (2011, p. 154) nos traz importantes informações.

O MNPR e a Pastoral Nacional, além de se legitimarem mutuamente, buscaram articular suas estratégias e gerar sinergias, mostrando ao Governo Federal a unidade política da sociedade civil durante o processo.

3.2 O Movimento Nacional da População em Situação de Rua: lutas originárias

Ao mesmo tempo em que esse processo, como um todo, descrito anteriormente, vem ocorrendo, a luta pela construção do movimento tem o seu início na participação da marcha, em Brasília, organizada pelo Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR), no ano de 2001⁶¹. A aproximação aconteceu, principalmente, pelo fato de parte da População em Situação de Rua trabalhar catando materiais recicláveis, sendo mais exatamente 27,5% dela, como mostrou o I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado entre agosto de 2007 a março de 2008, referido anteriormente.

Lideranças, nessa condição, se uniram ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), mobilizados em conjunto na “Marcha Nacional do MNCR em Brasília”, no ano de 2001.

Em 2003, no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foram realizadas as primeiras discussões entre os catadores de materiais recicláveis e o Programa Fome ZERO, estruturado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar.

Em 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu a barbárie conhecida como Chacina da Praça da Sé, constituindo-se um marco do processo de organização de setores significativos desses trabalhadores. A chacina se deu através de dois ataques, no

⁶¹ SANTOS, N.D. O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: Uma trajetória de luta. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012, p.26.

primeiro, no dia 19 de agosto, dez pessoas foram atingidas na cabeça por fortes golpes, todos estavam dormindo sem possibilidade de defesa. Na ocasião, seis moradores de rua morreram. Três dias depois, no dia 22 de agosto, veio um novo ataque, desta vez atingindo cinco moradores de rua, sendo que um morreu na hora, totalizando sete mortes⁶². Esse episódio foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País. A partir daí, grupos da população de rua, em São Paulo e Belo Horizonte, iniciaram a mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua⁶³.

Esses acontecimentos geraram diversas manifestações por justiça, com repercussão nacional e internacional, marcando a história de luta da População em Situação de Rua. Dentre essas manifestações, ressalta-se o “1º Ato pela Vida”, na cidade de São Paulo, e o “III Festival Lixo e Cidadania”, em Belo Horizonte, neste mesmo ano - 2004. A partir daí, grupos da população de rua, em São Paulo e Belo Horizonte, iniciaram a mobilização para consolidar o, ainda incipiente, Movimento Nacional da População de Rua – o MNPR.

Foi a partir deste ano, também, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começa a se encontrar com a população de rua e catadores, por ocasião do Natal Solidário⁶⁴, em São Paulo.

Em 19 de agosto de 2005, em São Paulo, a Pastoral do Povo da Rua e outras organizações realizaram o “Ato Contra o Massacre da População de Rua”, com a participação da População em Situação de Rua. Assim, a data de 19 de agosto passou a ser considerada pelo MNPR como Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Desde esta data e, em todos os anos subsequentes, atos são organizados no Brasil, recentemente também no Chile e Uruguai, em memória das pessoas vítimas

⁶² Ato pede o fim da violência contra a população de rua. 2011 (AMARAL, M.) apud SANTOS. N. D.O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: Uma trajetória de luta. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina. 2012, p. 29.

⁶³ Conhecer para lutar. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua. MNPR, Outubro de 2010, p.29.

⁶⁴ A campanha Natal Solidário surgiu em 2004, a partir da ideia do representante do Movimento Nacional de Defesa e Luta pelos Direitos da PSR (atual MNPR), Sebastião Nicomedes. A intenção era oferecer uma celebração de Natal para os moradores de rua, sem acesso às festividades tradicionais realizadas em família. O primeiro evento foi realizado na Praça da Sé, em São Paulo (SP), com várias atrações culturais. O sucesso da experiência atraiu novos parceiros, como o Refeitório Comunitário Pena Forte, da Rede Rua, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e outras Organizações Não-Governamentais. Fonte: www.funcef.com.br. SANTOS, N. D.O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: Uma trajetória de luta. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina, 2012, p. 38.

do massacre. Atualmente, é considerada como Dia Nacional e Latino-Americano de luta da População em Situação de Rua⁶⁵.

Em setembro de 2005, durante o IV Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte, foi lançado oficialmente o MNPR⁶⁶ e ato contínuo a entrega de uma Carta, exigindo políticas públicas à População em Situação de Rua, para o então Ministro Patrus Ananias, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Santos (2017, p. 32) destaca mais algumas ações importantes no processo de consolidação do MNPR;

O I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua contou com a participação de setores do governo e da sociedade civil – estas organizadas em fóruns de diversos estados brasileiros. O encontro foi formulado para discutir a realidade da situação de rua no País, com o fim de definir estratégias para o enfrentamento da questão social, traduzido em políticas públicas de Estado.

Ainda em setembro de 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) organizou, em Brasília (DF), o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua⁶⁷. Este importante evento teve como objetivo colher propostas e estabelecer desafios e estratégias coletivas visando à construção de tais políticas, e contou com a participação de 55 pessoas, sendo: 34 representantes de 12 capitais ou municípios com mais de 300 mil habitantes, que atenderam aos critérios estabelecidos para o evento (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Londrina, Vitória, Fortaleza, São Luís e Brasília); 05 especialistas no tema, na condição de assessores à coordenação do evento; e 17 representantes das diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ressalta-se que os representantes dos municípios relacionados foram assim identificados: 12 representantes de governos municipais, 12

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.gentedelacalle.cl/tag/encuentro-latinoamericano-enlacalle>>. Acesso em: 08 set.2020.

⁶⁶ “Nós estamos nesse momento, saibam autoridades, saibam os governos, saibam moradores de rua que se encontram embaixo de viaduto, nos unindo aos catadores e lançando o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua”. Disponível em: <https://rederuasp.files.wordpress.com/2017/08/135_o_trecheiro_setembro_2005_site.pdf>. Acesso em: 07 jul.2020.

⁶⁷ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, 2006, p. 12. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua/?repeat=w3tc>>. Acesso em: 28 jul.2021

representantes de organizações não governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua.

Uma importante vitória alcançada pelo movimento, meses depois do Encontro, foi a sanção da Lei nº 11.258, em 30 de dezembro de 2005, que inclui esta população na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), estabelecendo a obrigatoriedade de programas para a População em Situação de Rua na política de assistência social.

Santos (2012, p. 33) aponta outro importante passo para a formulação da política nacional para População em Situação de Rua:

No ano de 2006 foi criado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto s/nº, de 25 de outubro, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que é formado por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Educação, das Cidades, do Trabalho e Emprego, da Cultura, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da sociedade civil e da PSR. O GTI tem a finalidade de elaborar estudos, apresentar e discutir propostas de políticas públicas para a inclusão da PSR. Com a criação desse Grupo, representantes do MNPR passaram a participar ativamente dessas discussões.

Para Ferro (2011, p.108), o Grupo de Trabalho (GT)

[...] foi um momento fundamental de inflexão que significou principalmente: i) a consolidação do tema na agenda do Governo Federal; ii) tratamento intersetorial do problema; iii) a designação de um espaço institucional de participação social; iv) os primeiros passos para a construção efetiva de uma política pública nacional e intersetorial para a população em situação de rua.

Em 25 de outubro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez o decreto de implantação da coleta seletiva na Esplanada dos Ministérios que, apesar de direcionado a catadores/as de materiais recicláveis, foi de fundamental importância para a inserção oficial da pauta da População em Situação de Rua.⁶⁸

Em 2008, um representante do MNPR, Coordenador do movimento em Belo Horizonte (MG), foi eleito para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – do Governo Federal -, sendo o primeiro representante de movimento popular eleito⁶⁹.

Importante destacar a importância da conquista de espaços institucionais pela própria População em Situação de Rua, já que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR – objetiva construir os enfrentamentos dos riscos na

⁶⁸A Voz da Situação de Rua na Agenda de Mudança Social no Brasil: Um Estudo Discursivo Crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). SANTOS, Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 31.

⁶⁹ Conhecer para lutar. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua. MNPR, Outubro de 2010, p.29.

rua, repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos e reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana.

Em maio de 2009, em Brasília, realizou-se o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua com a participação do MNPR; de pessoas em situação de rua; autoridades de Ministérios e da Presidência da República; representantes do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas); Conselhos de Políticas Públicas e de representantes de organizações da sociedade civil, tendo como objetivo, debater a proposta da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Segundo Ferro (2011, p. 207), entre os dias 19 e 20 de maio de 2009, 200 pessoas, aproximadamente, participaram desse II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.

Ao final do encontro foi elaborada uma carta ao Presidente da República,⁷⁰ contendo 13 proposições consideradas de fundamental importância e urgência, visando à superação do apartheid social.⁷¹ Dentre as 13 proposições, importa destacar, aqui, o que aponta Santos (2012): o incentivo à organização política da População em Situação de Rua e a aprovação da criação de uma Secretaria Especial de Promoção da Política Nacional de Inclusão.

Outro marco importante na longa jornada de lutas do movimento foi alcançado em 23 de dezembro de 2009, através do Decreto nº 7.053⁷², assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua). Constituiu-se, assim, um espaço de diálogo entre seus representantes e os representantes de diversos setores do Estado.

O Comitê, de acordo com o Decreto, tem entre as suas atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação

⁷⁰ Em vários momentos o movimento utilizou-se do envio de cartas à Presidência da República.

⁷¹ Disponível em:

<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 07 jul.2020.

⁷² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 09 set.2020.

das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua; IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua; V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; VI - catalogar informações sobre a implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; VII - propor formas de estimular a criação e o fortalecimento dos comitês estaduais, distritais e municipais de acompanhamento e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua

Outras conquistas surgiram fruto da mobilização, como a inclusão da População em Situação de Rua no Programa Minha Casa Minha Vida e a instituição do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores e Materiais Recicláveis (CNDDH).

Desde então, a implantação efetiva das políticas públicas nas entidades da federação, Estados e Municípios, com a criação dos respectivos comitês de acompanhamento intersetorial continua a ser um dos grandes desafios que está colocado ao movimento e uma luta da qual não abrem mão.

É importante destacar que as políticas públicas direcionadas à População em Situação de Rua devem ser intersetoriais⁷³ como estratégia de gestão para terem melhores condições para conquistas de direitos frente à questão social.

Uma evidente expressão da luta e da organização da PSR e dos Catadores de Material reciclável foi a criação, em 2011, do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH). Surgido a partir da concepção de diálogo constante com os dois públicos, População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. Espaço que assegura a promoção e a defesa dos direitos humanos desses dois públicos. Sua implantação visa a atender um dos objetivos da Política Nacional para a População de Rua previstos no Decreto nº 7.053/2009, em seu artigo 7º, inciso VI e no caput do artigo 15.

Segundo Ferro (2011, p.177)

O CNDDH é um projeto conjunto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB por meio da Pastoral Nacional do Povo da Rua, do Ministério

⁷³ “[...] uma estratégia de gestão voltada para a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um só setor ou área de política pública” MONNERAT; SOUZA, Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual, Campinas SP, 2014, p.42 apud OLIVEIRA et.al, 2014, p. 95. A intersectorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. Revista Kairós Gerontologia, 17 (2).

Público de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social - CIMOS, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR.

A luta em defesa da População em Situação de Rua tomou um impulso importante em decorrência da visibilidade e da solidariedade internacional com a realização do I Seminário Internacional sobre População em Situação de Rua, ocorrido entre os dias 14 e 19 de março em 2019, no Chile⁷⁴, com representantes da sociedade civil e População em Situação de Rua, entre elas o MNPR. Países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Equador, Colômbia e Costa Rica marcaram presença. Foram cinco dias de encontro pela reafirmação de luta pela igualdade, justiça e dignidade da População em Situação de Rua, sendo que, ao final, foi aprovado um manifesto⁷⁵ em Defesa dos Direitos Humanos, contra a vulnerabilização e todas as formas de violência impetrada contra a População em Situação de Rua. Entre as deliberações do encontro, constava a realização do II Seminário Internacional, em abril de 2020, na Argentina. Devido à pandemia do coronavírus, o evento foi suspenso até o retorno das atividades públicas com segurança. Convém destacar outro aspecto importante e que dá um sentido maior de organização é o fato de a Comissão Organizadora do evento se reunir, de forma virtual, a cada 15 dias, para traçar os planos para os próximos eventos em conjunto⁷⁶.

Importa registrar que, nesse processo de luta, desde sua construção, o MNPR continua a chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para a impunidade, até o momento, dos autores e mandantes da chacina da Sé, que não foram identificados, como demonstração de que não pretende deixá-la impune. Em um debate com a denominação “Massacre da Sé e Impunidade”, organizado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos⁷⁷, em 15 de agosto de 2020, com a presença de Anderson Lopes (ex-militante do MNPR), Padre Júlio Lancellotti (Pastoral de Rua - SP), Michael Nolan (Assessora das Pastorais Sociais), Davi Quintanilha (Defensor Público do Estado de São Paulo) e Antônio Pádua (Defensor Público Federal), foi informado que o processo jurídico está parado na Comissão Interamericana de

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.gentedelacalle.cl/videos-instituciones-de-nueve-paises-lanzaron-manifiesto-sobre-la-situacion-de-calle>>. Acesso em: 09 set.2020.

⁷⁵ Disponível em: <https://issuu.com/fundaciongentedelacalle/docs/manifiesto_enlacalle_2019_-_espa_ol>. Acesso em: 07 jul.2020.

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.extension.udelar.edu.uy/encuentros-en-la-calle/>>. Acesso em: 07 set.2020.

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=3207798992609327&extid=8KEGTjt0XyHuHvu7>>. Acesso em: 08 set.2020.

Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na justiça brasileira, o caso jurídico se arrastou durante anos sem uma conclusão. A luta do MNPR, agora, é fazer com que a pressão internacional por justiça possa surtir efeitos e levar os mandantes e autores do massacre à prisão.

A construção do MNPR, como uma organização pelas bases é um importante desafio para o movimento que se caracterizou, primeiramente, por sua organização em nível nacional. O MNPR está organizado a partir de uma coordenação nacional. Em sua estrutura de coordenações inclui Coordenação Nacional, Coordenação Estadual e Coordenação Municipal. Em muitos Estados, o MNPR não tem organização na esfera estadual e/ou municipal, levando a liderança nacional a assumir, nesses casos, uma sobreposição de representação.

A instância máxima na organização do movimento são os Congressos, realizados bianualmente. Os Congressos têm como propósito estabelecer diretrizes para que as coordenações nacional, estaduais e municipais trabalhem de acordo com a conjuntura política brasileira.

Até o momento foram realizados quatro Congressos em diferentes capitais, os quais têm dado o norte para a atuação do Movimento e que consideramos importante resgatá-los no próximo item.

3.3 Os Congressos e sua importância na construção histórica do MNPR

Para a compreensão do aumento de uma maior organicidade e visibilidade de suas ações ao longo de sua história e, por conseguinte, de seu crescimento político, apresentamos, em ordem cronológica, os Congressos organizados pelo movimento.

Consideramos que a possibilidade de realizar encontros nacionais e regulares em diferentes estados brasileiros com a média de presença em torno de 300 participantes demonstra o processo de busca pela construção da democracia interna do movimento e sua capacidade de mobilização, ademais do reconhecimento do espaço coletivo de discussão como forma de encaminhamento das lutas do movimento.

- **1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua - de 19 a 21 de março de 2012, Salvador.**

Tema: “Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos”⁷⁸.

A Coordenação do Congresso foi composta por representantes de cinco estados, dentre eles, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Bahia e teve a presença de aproximadamente 300 participantes de todo o Brasil. Nove estados brasileiros participaram através de representantes do Movimento Nacional da População de Rua. Entre as principais atividades do Congresso, merece destaque, a aprovação do Regimento Interno⁷⁹ e da Carta de Princípios do MNPR.

Santos (2017, p.85) apresenta os itens discutidos e aprovados na Carta de Princípios, que rege as ações dos membros do MNPR:

(1) O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), após viver algumas experiências desde a sua formação até o presente momento, faz uma análise de suas ações e codifica, aqui, Princípios que passam a nortear o movimento e que deverão ser lembrados e respeitados em todos os momentos e lugares em que se fizer presente, quer seja sua base, comissão articuladora ou companheiro (a) desde que esteja atuando na luta encampada pelo movimento; (2) **ESCUA ÀS BASES**: Todas as decisões importantes precisarão ter sido conversadas nas bases o que assegura uma ação voltada a todos e não decisão somente da coordenação. (3) **DEMOCRACIA DIRETA**: Princípio adotado para garantir que todas as decisões sejam tomadas após discussão, votação e sempre que necessária ouvida a voz da minoria; (4) **AÇÃO DIRETA**: Que as ações do movimento sejam de sua autoria e responsabilidade, respeitando as decisões coletivas, salvo quando necessário ouvir parceiros e colaboradores; (5) **SER APARTIDÁRIO**: Princípio indispensável à unidade do movimento: garante autonomia e liberdade de expressão. O apartidarismo é relacionado, também, a outros grupos: como igrejas, fundações e outros. Podemos estabelecer parcerias, mas nunca filiação; (6) **APOIO MÚTUO INTERNO**: Por se tratar de pessoas com inúmeros problemas esse princípio une os companheiros em uma solidariedade onde um se preocupa com o outro e todos se preocupam com o grupo; (7) **SOLIDARIEDADE COM AS CAUSAS SOCIAIS**: O velho ditado “**unidos venceremos**” para nós significa não realizar a luta sozinho. Assim como buscamos a saída para os problemas por nós vividos outros grupos sociais encampam lutas em defesa de suas causas, acreditamos na união desses grupos para se conseguir a vitória diante do sistema opressor que opera em nosso país, por isso temos a “**solidariedade com as causas sociais**”, como princípio; (8) **NÃO VIOLÊNCIA**: O movimento se coloca como movimento de luta de forma pacífica e democrática. Em suas ações preservará sempre o patrimônio público e jamais encampará ações que incitem a violência física ou verbal; (9) **HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA**: Entre as lideranças e no repasse das informações públicas aos demais membros do movimento; (10) **COMPROMISSO PESSOAL**: O movimento acontece na medida em que cada membro se esforça e se empenha na sua realização e se compromete com a causa dele; (11) **IGUALDADE**: O movimento reconhece os direitos de cidadania de todas as pessoas, respeitando a diversidade religiosa, orientação sexual, gênero e etnia; (12)

⁷⁸ Disponível em: <https://rederuasp.files.wordpress.com/2017/08/206_o_trecheiro_abril_2012_site.pdf>. Acesso em: 07 jul.2020.

⁷⁹ SANTOS. N. D. O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: Uma trajetória de luta. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Londrina 2012, p. 109.

JUSTIÇA: Lutar contra o preconceito e toda forma de discriminação social, restaurar os direitos violados, preservando a dignidade de cada morador de rua e combater toda forma de desigualdade, (13) **CONTROLE SOCIAL:** Monitoramento de todas as políticas públicas do Estado, visando o controle das ações governamentais para que não aconteçam políticas excludentes e higienizadoras.

A cerimônia de abertura contou com representantes de diferentes órgãos e organizações da sociedade civil como Secretaria Especial de Direitos Humanos; Conselho Nacional da Saúde; Defensoria Pública-Bahia; PM-DF; Primeira Vara de Itabuna-BA; Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores e Materiais Recicláveis; Pró-Amor-RJ; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza-BA. Os mesmos afirmaram seu incondicional apoio ao movimento. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um manifesto durante o Congresso em apoio e na defesa da vida com dignidade.⁸⁰

Um dos pontos anunciados durante o congresso foi o compromisso das autoridades locais em promover a viabilização do Programa Bahia Acolhe, que tinha por objetivo a promoção de ações integradas, voltadas para a garantia dos direitos sócio-assistenciais, através da inclusão da População em Situação de Rua em rede de proteção social.

- **2º Congresso Nacional - de 28 a 31 de maio de 2014, Curitiba.**
Tema: “O Direito a ter Direitos”.⁸¹

A Coordenação do Congresso foi composta por representantes de sete estados, dentre eles, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo e contou com a participação de mais de 300 participantes⁸².

⁸⁰ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf>. Acesso em: 09 set.2020.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2014/05/programacao.pdf>>. Acesso em: 09 set.2020.

⁸² Disponível em: <<https://www.cresspr.org.br/site/confira-o-video-do-ii-congresso-do-movimento-nacional-da-populacao-de-rua/>>. Acesso em: 09 de set. 2020

Os debates dos congressistas foram em torno da aprovação de itens para o Código de Ética⁸³, de critérios e normas para organização e funcionamento da coordenação nacional, e do evento comemorativo dos 10 anos do movimento. O eixo principal esteve centrado na definição de um plano de lutas⁸⁴ para o biênio 2014-2016 e o fortalecimento político-organizativo do Movimento.

- **3º Congresso Nacional - de 16 a 19 de agosto de 2016 - Belo Horizonte⁸⁵.
Tema: Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos**

A Coordenação desse Congresso foi composta por representantes de onze estados, dentre eles, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Ceará e Rio Grande do Norte, significando um crescimento significativo permanente da representação por estado.

Reuniu cerca de 300 participantes em sua maioria, pessoas em situação de rua. Os temas Moradia e Desigualdade dominaram os debates no Congresso. Devido à participação do MNPR na 3ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Moradia (Habitat III), em 2016, na cidade de Quito, Equador. A Política Habitacional também foi tema de uma das discussões do Congresso⁸⁶.

O debate sobre a conjuntura apareceu e, segundo Melo (2017, p. 330):

O tom geral das falas dos participantes foi principalmente de denúncia àquilo que os participantes se referiram como golpe contra a democracia, com o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, além de denúncias que anunciaram o processo da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241/16, que propunha o congelamento por vinte anos dos investimentos Federais nos serviços públicos.

Importante destacar que foi o primeiro Congresso realizado sem recursos financeiros e apoio do governo federal. Sobre este assunto Melo (2017, p. 323) informa:

Pela primeira vez, os militantes do MNPR se viam sob o desafio de realizar um grande evento (o III Congresso) sem qualquer financiamento e apoio por parte do Estado.

⁸³ Conforme contato feito com coordenação nacional do movimento foi-nos informado não haver até a presente data o Código de Ética tendo a possibilidade de sua aprovação no V Congresso previsto para ocorrer em Alagoas.

⁸⁴ Não foi possível encontrar em nossa pesquisa o plano de lutas aprovado em detalhes.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.mnpr.org.br/agenda/3deg-congresso-nacional-do-mov-nacional-da-populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=O%20Movimento%20Nacional%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o,%20Belo%20Horizonte%20Minas%20Gerais>>. Acesso em: 09 set.2020.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/tag/mnpr/>>. Acesso em: 09 set.2020.

- **4º Congresso Nacional - de 22 a 25 de maio de 2018, Cidreira, Rio Grande do Sul.**

Tema: “O Direito a ter Direitos”⁸⁷.

A Coordenação do Congresso de 2018 foi composta por representantes de quatorze estados, dentre eles, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Ceará e Rio Grande do Norte, Alagoas, Rio de Janeiro e Maranhão. Reuniu cerca de 200 pessoas de 14 estados, reforçando a tendência já identificada anteriormente, de crescimento permanente da representação por estado. Participaram do evento cerca de 50 apoiadores, entre arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, jornalistas e profissionais da área do direito⁸⁸. Vale registrar que esse Congresso também foi realizado sem recursos financeiros e apoio do governo federal.

Nas deliberações finais os destaques foram sobre a incorporação da pauta de reivindicação do movimento à causa LGTBI, cuja população vive em situação de vulnerabilidade social; a articulação com parcerias intersetoriais; o mapeamento da diversidade de cada estado para construção de um planejamento de ações; e a escolha de Alagoas para receber o V Congresso Nacional, previsto para setembro de 2021, em Maceió. Até o momento em que realizamos este trabalho, devido a pandemia de COVID-19 houve o adiamento da sua realização sem uma data definida.

3.4 A consolidação e a continuidade da luta do MNPR em tempos de ataques aos direitos sociais, políticos e humanos

Pelo processo sócio-histórico exposto neste capítulo, podemos constatar que a construção e a consolidação do MNPR transcorreram-se ao longo de 16 anos de lutas e ações diferenciadas, com denúncias de violência e exigências junto aos governos, de políticas sociais que viessem a garantir direitos humanos e sociais para esse segmento da classe trabalhadora em situação de pauperização. Situado no âmbito dos movimentos sociais ligados à reprodução social, que fazem a luta cotidiana por direitos à terra, moradia, transporte, alimentação, assistência social, saúde etc.,

⁸⁷ Disponível em: <<https://rederuasp.wordpress.com/2018/06/19/4o-congresso-nacional-da-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 09 set.2020.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.fna.org.br/2018/05/29/4o-congresso-nacional-da-populacao-de-rua-aborda-importancia-da-assistencia-a-moradia/>>. Acesso em: 09 set.2020.

conforme tipologia que apresentamos no capítulo II, as reivindicações dirigem-se fundamentalmente às várias esferas governamentais.

A tomada de consciência surgida em 2005 quando da fundação do MNPR em que o senso coletivo de pertencimento sobrepôs ao sentimento atomizado de injustiça social trouxe a esse segmento objetivo e mobilizações coletivas de atuação.

É possível observar que há uma relação entre a construção do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em 2005, e as ações de setores da sociedade civil e de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente, em termos municipais e no próprio governo federal.

No âmbito da sociedade civil, há, em especial, uma relação ativa de setores da Igreja Católica, no início da década de 1980, com o surgimento do Movimento. Dois municípios, de acordo com Ferro (2012, p. 17) - São Paulo e Belo Horizonte - possuíam “organização e articulação” da “sociedade civil com essa expressão da questão social, ou seja, das pessoas em situação de rua”. A autora, inclusive, entende que o processo se fortalece à medida em que governos com perfil democrático-popular passam a dirigir prefeituras desses municípios, após a ditadura militar, em fins da década de 1980. As ações das prefeituras, no período, criaram condições para que houvesse maior visibilidade da População em Situação de Rua e das organizações que atuavam em sua defesa.

Nesse caminho, a Política Nacional veio a se constituir em 2009, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), evidenciando importantes avanços em termos sociais, mas, também, político-organizacionais para o movimento.

Nesse sentido, vale destacar, aqui, o que coloca Alderon Costa⁸⁹, militante de Direitos Humanos e jornalista da Associação Rede Rua, em entrevista à Live: “Inclusão social e a busca por cidadania da População em Situação de Rua através da comunicação”, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encontrou-se com o MNPR, ao longo dos dois mandatos presidenciais, fato este que, para os militantes do movimento, possibilitou uma maior visibilidade da População em Situação de Rua em luta por melhores condições vida.

Com o golpe contra o governo Dilma Rousseff (PT), com o impeachment, o vice-presidente, Michel Temer (PMDB) ao assumir a Presidência, acirra a pauta neoliberal, com profundas repercussões nos direitos sociais e trabalhistas. A Emenda

⁸⁹ Entrevista realizada na Live – Inclusão social e a busca por cidadania da população em situação de rua através da comunicação. Disponível em: <www.facebook.com.br/hagentenarua>. Acesso em: 28 jul.2020.

constitucional 95, conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, contra a qual o MNPR já havia se posicionado no 3º Congresso Nacional, realizado em 2016 - congelou os gastos da União com despesas primárias por 20 anos, afetando as políticas sociais em sua totalidade.

De acordo com Behring (2019)⁹⁰

[...] desde 2016 estamos sob um golpe de Estado de novo tipo, que tem em seu cerne o aprofundamento do ajuste fiscal, chamado de Novo Regime Fiscal, tendo em vista sinalizar ao mercado um ambiente de negócios que assegura “trabalhadores livres como os pássaros” para aceitarem qualquer trabalho precarizado; e, de outro lado, assegurar o saque ao fundo público, como um suporte imprescindível para o grande capital em tempos de crise – destacadamente os detentores de títulos da dívida pública -, e ao patrimônio público, com a retomada das privatizações, com destaque aos interesses imperialistas sobre as riquezas do país. As medidas de Temer, algumas delas decididas sob bombas no planalto, não deixam sombra de dúvida: a contrarreforma trabalhista, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que praticamente congela a correção dos gastos primários do governo federal, e a Emenda Constitucional 93, que estendeu a desvinculação de recursos pela DRU até 2023 e a ampliou para 30%, também para estados e municípios.

Mas, também, assume contornos diferentes em suas relações com os movimentos sociais, em geral, e o MNPR, em particular. O Congresso do MNPR de 2016, logo após o golpe, e o Congresso de 2018 evidenciam essa mudança na relação do governo federal com o movimento.

No prosseguimento desse processo sócio-político, com a crise estrutural do capital, a classe dominante buscou novos setores políticos para garantir a manutenção da superexploração da classe trabalhadora.

Em um novo bloco de poder, pautado na ideologia neofacista, em 2018, Jair Messias Bolsonaro (PSL) é eleito o 38º presidente do Brasil.

A agenda política do governo Bolsonaro (hoje sem partido) inclui um programa aberto, explícito, de repressão e intimidação dos adversários e de acirrada perseguição aos movimentos sociais, em termos gerais. Isso é necessário porque o programa do seu governo atende, fundamentalmente, aos interesses econômicos do grande capital.

Além dos aspectos neofacistas, a conjuntura político-econômica vem aprofundando a taxa de desemprego, desde 2019.

⁹⁰ BEHRING, E. A emergência é social, não fiscal. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/11/11/emergencia-e-social-nao-fiscal/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

De fato, o censo realizado em 2019, anterior à pandemia do coronavírus, sobre População em Situação de Rua, na cidade de São Paulo, por exemplo, segundo mostra a Revista Exame, identificou 24.344 pessoas, representando, esse número, um aumento de 53% em relação a 2015⁹¹. Essa unidade federativa brasileira expressa, historicamente, a modernidade mais intensa do capital em que se reproduzem as desigualdades em uma maior velocidade e escala.

Em levantamento realizado também em 2019, o IBGE apresentou dados da grave crise brasileira, mostrando que 13,6 milhões de pessoas sobrevivem abaixo da denominada linha da extrema pobreza⁹² e que 800 mil pessoas deixaram de estar nesta condição em função do trabalho informal, o qual não garante qualquer direito trabalhista. De fato, 41,6% dos trabalhadores do país, em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas encontram-se sob o peso da informalidade no mercado de trabalho no Brasil. Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%, e de 21,9% entre aquelas com ensino superior completo. Ainda segundo dados da pesquisa do IBGE, o contingente de pardos e negros é majoritário. Ou seja, a população preta ou parda (47,4%) estava mais inserida em ocupações informais em todas as unidades da Federação, quando comparada à população branca (34,5%).⁹³

Em termos regionais, o Nordeste apresenta o maior índice de trabalhadores na extrema pobreza, 56,8%. A cada quatro (4) brasileiros um (1) vive com menos de R\$ 436,00 por mês⁹⁴.

O binômio: extrema pobreza-trabalho informal expressa a face cruel da crise do capital em escala mundial e, mais especificamente, no Brasil de acirramento do neoliberalismo, imposto pelo governo Bolsonaro (sem partido), como vimos mostrando. Ou seja, a política destruidora do neoliberalismo, no governo Bolsonaro (sem partido) vem impondo recordes de tragédias no país.

⁹¹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/populacao-de-rua-em-sp-aumenta-53%-em-4-anos-e-chega-a-24-mil-pessoas/?utm_source=whatsapp>. Acesso em: 13 jan.2021.

⁹² Segundo o IBGE, é considerado em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivalia a aproximadamente R\$ 151 por mês em 2019. Já os considerados pobres são aqueles que vivem com menos de US\$ 5,50, equivalente a R\$ 436 no ano de análise. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/extrema-pobreza-se-manteve-estavel-em-2019-enquanto-a-pobreza-teve-ligeira-queda-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

⁹³ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>>. Acesso em: 02 fev.2021.

⁹⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/extrema-pobreza-se-manteve-estavel-em-2019-enquanto-a-pobreza-teve-ligeira-queda-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 13 jan. 2021

Evidentemente, a pandemia de coronavírus em meio à crise estrutural do capitalismo, sob a égide do governo Bolsonaro (sem partido), aprofundou as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora e, em especial, de seu segmento mais pauperizado.

Atualizando os dados com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, o desemprego é de 14,6%, o que significa um contingente de 14,8 milhões de pessoas sem condições de sobrevivência no país⁹⁵.

Assim, na sociedade brasileira, da atualidade, o fosso da desigualdade se agiganta.

Além do desemprego, ainda segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração da riqueza funciona como um dos grandes fermentos da desigualdade, já que o rendimento total dos 10% dos mais ricos é superior à soma dos 80% mais pobres no Brasil⁹⁶. Na verdade, a situação brasileira é parte do que vem ocorrendo em termos mundiais, no último período. Ou seja, a concentração de renda vem aumentando entre países e no interior dos países, sendo que, 1% da população mundial se apropria, aproximadamente, de 50% do total da renda mundial.⁹⁷

Ao mesmo tempo, temos observado um retrocesso brutal na esfera dos direitos, expressando um ataque do capital, frente à sua crise, sobre o mundo do trabalho, ocasionando uma expropriação em escala ampliada, aprofundando a desigualdade.

Em relação às incidências de toda essa situação sobre a População em Situação de Rua, observa-se um crescimento exacerbado e uma piora nas suas condições de existência.

Como a População em Situação de Rua é um segmento do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, nos termos de Marx (2013), submetido à

⁹⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/11/com-inflacao-e-desemprego-em-alta-indice-de-miseria-tem-patamar-recorde-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 13 ago.2021.

⁹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 10 jan.2021.

⁹⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartides. 2018, p. 69.

pauperização, o desemprego os atinge de maneira mais brutal, mas, também, lança mais e mais segmentos de trabalhadores nessa condição, aumentando potencialmente o seu contingente.

De fato, segundo Natalino (2020), conforme estudos e estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizado em março de 2020, 221.869 mil pessoas estavam sobrevivendo nas ruas do país, cujo perfil majoritário compõe-se de homens, adultos, negros, desempregados. A predominância era do Sudeste, congregando mais de metade dessa população – 124.698 pessoas. O fenômeno apresenta características eminentemente urbanas. A concentração está nos grandes municípios, sendo que, nos estudos, 18,5% do povo da rua situam-se em municípios pequenos ou médios.

Conforme informação constante no sítio eletrônico do Ministério da Cidadania, 126 milhões de brasileiros, ou seja, 60% da população brasileira acessaram o Auxílio Emergencial nos valores de R\$ 600 ou R\$ 1.200 reais⁹⁸. Estes números demonstram o nível de pobreza alarmante em nosso país. Agrava o quadro da População em Situação de Rua o fato de que sua grande maioria não conseguiu acessar o auxílio. Assim, como se encontra, hoje, 2021, essa população?

Parece-nos que haverá dificuldade para termos os dados atualizados, pois, a importante conquista obtida pela População em Situação de Rua, que foi a contagem oficial, em termos nacionais, por parte do IBGE, prevista para ocorrer no Censo de 2020 não ocorreu. De fato, o Instituto, ao longo dos tempos, vem se omitindo em realizar estudos, comprometendo, por via de consequência, o planejamento e a efetivação de políticas públicas a ela direcionadas. Para garantir a efetivação do Censo, uma ação judicial foi movida pela Defensoria Pública da União (DPU), mas o IBGE recorreu e, até que a justiça decida, definitivamente, o Censo não se efetivou e não está previsto para ser realizado. Entretanto, pelos dados apresentados, acima, a situação desse segmento da classe trabalhadora, certamente, tem se acirrado.

Assim, podemos afirmar que o processo de luta do movimento por garantia de políticas públicas não passa por uma estrada reta e sem problemas. Há avanços, paralisações e, às vezes, recuo. Em 05 de novembro de 2019, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (sem partido) revogou, através de decreto de nº

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/600-dias/arquivos-de-600-dias/cidadania-auxilio-emergencial-chega-a-60-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

10.087⁹⁹, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado em 2006. Tal atitude representa um retrocesso à possibilidade de criação de políticas públicas voltadas à População em Situação de Rua.

Ao mesmo tempo, o CIAMP-Rua instituído pelo Decreto nº 7.053/2009 foi reestruturado pelo Decreto nº 9.894 de junho de 2019, do governo Jair Bolsonaro (Sem partido). Sua composição, atual, está estabelecida com seis representantes do Governo Federal: • Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – (que coordena) • Ministério da Justiça e Segurança Pública • Ministério da Educação • Ministério da Cidadania • Ministério da Saúde • Ministério do Desenvolvimento Regional; e cinco representantes da sociedade civil indicados por entidades que trabalhem junto à População em Situação de Rua; e um representante das Instituições de Ensino Superior, públicas, privadas e comunitárias que desenvolvam estudos ou pesquisas sobre a População em Situação de Rua¹⁰⁰. As reuniões do Ciamp-rua Nacional ocorrem mensalmente por via remota. O MNPR possui uma cadeira, tendo como representantes a Coordenadora Nacional, Sueli Oliveira/BA (Titular) e Maralice Santos/RJ (Suplente).

Como parte das lutas por políticas públicas que visam à garantia de direitos sociais e de cidadania da População em Situação de Rua, o MNPR enviou uma carta ao Presidente Bolsonaro (sem partido) em, 2020, cujas reivindicações voltavam-se para a “implementação imediata da Renda Básica de Cidadania (RBC), instituída pela Lei nº 10.835 de 08 de janeiro de 2004, tendo como prioridade os indivíduos que vivem em situação de extrema vulnerabilidade”¹⁰¹.

Outro acontecimento que demonstra a indisposição do governo Bolsonaro (sem partido) em dialogar com o MNPR, se dá pela ausência de reunião com o Ciamp-rua Nacional. De fato, quando houve a posse dos conselheiros desse órgão federal, em 18 de janeiro de 2021,¹⁰² foi apresentado, pelos representantes do governo federal, que as reuniões periódicas do mesmo seriam divulgadas e disponibilizadas, por links,

⁹⁹ Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/777614482/decreto-10087-19>>. Acesso em 02 fev. 2021.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/ciamp-rua>>. Acesso em: 21 abr.2021.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://rendabasica.com.br/movimento-nacional-da-populacao-em-situacao-de-rua-mnpr-envia-carta-ao-presidente-da-republica/>>. Acesso em: 09 dez.2020.

¹⁰² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bhOyfATGOuQ>>. Acesso em 02 set. 2021

na página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁰³. Isso não ocorreu, até o momento, apesar das cobranças públicas.

Frente a essa situação, o MNPR enfrenta enormes desafios, tanto por conquistas quanto manutenção das existentes. Conforme a Coordenação Nacional do MNPR há um movimento nacional de luta pela regulamentação da Lei nº 10.835 de 08 de janeiro de 2004 e sua implantação que garanta a dignidade, começando pelos mais vulneráveis da sociedade.

Ainda nesse ano de 2021, o MNPR tem participado, em vários estados, das manifestações de rua pelo “Fora Bolsonaro”. Há no movimento uma clara vontade política para a (re)construção de um espaço público diferente do proposto pelo modelo neoliberal, onde haja o desenvolvimento de propostas que tenham por base a participação social via o protagonismo da População em Situação de Rua na construção de políticas públicas para esse segmento da população. O Mote do MNPR “Não fale de nós, sem nós” nunca foi tão atual e necessário.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/ciamp-rua>. Acesso em: 02 set. 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu vou ser sincero para você: são poucas pessoas que acreditam na organização da população de rua. (ANDERSON LOPES apud GALVANI, 2008, p.106).

Anderson Lopes Miranda, liderança nacional e um dos fundadores do Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR, presente no Massacre da Sé, em São Paulo, que vitimou sete pessoas em situação de rua nos instiga a reflexão em sua afirmação, que avaliamos ser ainda uma dúvida permanente para muitos.

O Dia 19 de agosto é uma data importante de luta para o MNPR e se tornou o Dia Nacional e Latino-americano de luta da População em Situação de Rua. As marcas da violência do olhar de preconceito da sociedade e dos aparelhos de repressão do Estado marcam o início da formação do MNPR.

Na semana desse Dia 19 de agosto, historicamente, o MNPR promove, nos locais em que se encontra organizado, atividades de mobilização nas ruas, denúncias pela ausência de políticas públicas para a População em Situação de Rua e participa de seminários, que possibilitam uma ampla divulgação da história e da luta do movimento. Nesses dois anos de pandemia (2020-2021), houve a inclusão de “Lives”, nas ações realizadas.

Ao longo dos seus 16 anos de história, muitas conquistas foram alcançadas. No marco legal, o Decreto nº 7053/2009, que instituiu a Política Nacional, para População em Situação de Rua tornou-se o principal instrumento para implementar políticas e programas com o objetivo de garantir acesso a direitos como condição fundamental na construção da garantia da dignidade humana dessa população.

Desde a criação do MNPR, em 2005, até a edição do decreto presidencial, em 2009, quatro anos se passaram. Uma vitória rápida em termos históricos, mas quando vemos todo o desenrolar percebemos que a luta começou desde os anos 1980, quando os primeiros passos para a organização da luta dessa população começaram a ser dados.

Ainda como resultado da luta do movimento, após o Decreto nº 7053/2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua, legislações locais, em estados e municípios, surgiram, possibilitando a instituição de políticas nos

respectivos entes federativos, embora, muitas vezes, ainda necessitem de pressão política para sua real efetivação.

O movimento, então, na atualidade, luta para transformar o referido Decreto em uma lei federal. A perspectiva da Coordenação Nacional do movimento é obter uma maior segurança jurídica para garantir de forma perene a Política Nacional para População em Situação de Rua. Esse objetivo vem sendo perseguido desde a edição do Decreto, pois, com o avanço do neoliberalismo, no país, as condições ficaram mais adversas para essas conquistas do MNPR. Entretanto, esse não deixou de ser um norte político do movimento.

Quando iniciamos nossa investigação sobre o tema de estudo, identificamos as digitais do capitalismo e da escravidão como marcas indelévels para compreensão do fenômeno da População em Situação de Rua. Constatamos que a explosão do número de trabalhadores em situação de rua encontra-se intrinsecamente relacionada com a própria lógica funcional do capitalismo. Essa população, em si, não surgiu com o capitalismo, mas foi com esse sistema societal vigente que se estabeleceu o mecanismo de geração em escala nunca antes vista na história da humanidade.

De fato, ter um trabalhador em situação de rua é a expressão maior da falência da modernidade capitalista como alternativa de vida para o trabalhador. Este percebe em escala crescente o aumento da exploração e da desigualdade social. Vê, a olhos vistos, desvanecer os avanços civilizatórios da modernidade. Ou seja, somente para os detentores dos meios de produção as condições de vida melhoraram.

Souza (2009, p. 21, 25) nos apresenta uma contribuição importante sobre a questão, no Brasil.

[...] constitui [...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. Mesmo o famoso, no passado recente, “gargalo” no crescimento econômico, por ausência de mão de obra treinada, é visto apenas a “ralé brasileira” como “problema econômico”, sem que ninguém atente para o fato de que reproduzimos uma classe de

despreparados para o trabalho produtivo no capitalismo altamente competitivo de hoje que equivale a quase 1/3 da população brasileira

Mister afirmar, que sob esse sistema, não haverá solução definitiva para retirar o trabalhador da condição de rua. O sair efetivamente das ruas, no capitalismo, é impossível! A máquina de gerar o exército industrial de reserva, o qual a População em Situação de Rua integra não tem como parar de produzir trabalhadores e trabalhadoras pauperizados.

Consideramos, portanto, como inatingível as metas e objetivos apresentados, em setembro de 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse concílio, 193 representantes de estados-membros aprovaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que apresenta metas e objetivos para erradicar a extrema pobreza nos próximos 15 anos. A declaração mostra que: “Estamos comprometidos em acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030”. (ONU, 2015)¹⁰⁴

Em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais, entre elas, o aumento exponencial da pobreza, quando, em 2015, conforme texto apresentado pela ONU, 700 milhões de pessoas no mundo estavam submetidos à extrema pobreza, entendemos que as propostas para resolver a questão social são irreais, já que não atingem a raiz de todos os males, que é a lógica do capital, e que, na fase neoliberal atual, se exacerba. Para os ideólogos burgueses, havia pobreza antes do capitalismo por questões naturais e baixo desenvolvimento das forças produtivas. Podemos constatar, entretanto, que é grande o desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, e a pobreza persiste, sendo gerada na mesma proporção que o referido desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, há uma imbricação estrutural entre o crescimento da riqueza e da pobreza, como buscamos mostrar no Capítulo I.

Foge ao escopo deste estudo a análise do documento da ONU, de 2015, referido acima, mas a título de confirmar nossa posição sobre o que consideramos ser irreal erradicar a extrema pobreza nos marcos do capitalismo, citamos algumas ideias contidas, nele, que vão de encontro ao ideário neoliberal.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Respeitaremos o espaço das políticas e a liderança de cada país para implementar políticas de erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável, mantendo-se em conformidade com as regras e os compromissos internacionais relevantes; Todas as pessoas devem desfrutar de um padrão de vida básico, inclusive por meio de sistemas de proteção social; Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário. (ONU, 2015)

Netto (2007a) confirma a impossibilidade da tese do fim da pobreza nos marcos do capitalismo:

O desenvolvimento plurissecular do “capitalismo real” (isto é, do capitalismo tal como ele se realiza efetivamente, e não como o representam seus ideólogos) é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa). Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista em qualquer quadrante e em qualquer período histórico sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida. Por isso mesmo, é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista (e, na mesma medida, para reduzir desigualdades). Aqui, são incontáveis os exemplos histórico-concretos que infirmam essa tese e são tantos que até mesmo os organismos internacionais, nos últimos anos, deixam de insistir nela, apesar de tão cara aos apologistas da ordem do capital.

Outras marcas se apresentam para compreensão do fenômeno social da População em Situação de Rua, no Brasil, como vimos em nosso Capítulo I. Uma primeira diz respeito à chegada do invasor branco europeu às terras brasileiras, tendo o ano de 1500 como ponto de partida na contagem histórica, cujas terras comunais foram tomadas, de forma violenta, de seus habitantes originais e, a partir daí, ao longo dos séculos, passaram a ser de propriedade privada de alguns, em detrimento dos mesmos e demais trabalhadores. Quando acrescentamos outra consideração fundamental, que se refere ao fato de, ao longo de 521 anos de história do Brasil, 400 anos foram vividos sob a ignomínia da escravidão, poderemos constatar a violência impetrada com suas trágicas consequências até a atualidade e o consequente racismo estrutural brasileiro.

A abolição formal da escravatura não veio acompanhada de uma reparação indenizatória estatal ou de assistência social à população de ex-escravizados que, por séculos, se viram vítimas de trabalhos forçados e indignos em relação à condição humana. Marcas do racismo ainda presentes em nossa sociedade são facilmente comprovadas em números absolutos e/ou relativos apresentados em todas as pesquisas realizadas sobre População em Situação de Rua.

Apresentamos algumas pesquisas em nosso trabalho, que comprovam essa afirmação. Em 2020, conforme mostramos no Capítulo III, estudos e estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 221.869 mil pessoas sobrevivem nas ruas do país, cujo perfil majoritário é composto por homens, adultos, negros.

Ao ampliarmos nosso horizonte de observação, percebemos, também, a marca da escravidão e do racismo na maior quantidade de negros nas favelas e zonas pobres, na população carcerária que superlotam os presídios brasileiros, como as maiores vítimas da violência policial, e, em contraposição, de forma inversamente proporcional, o diminuto número de negros nos espaços de poder institucional, nos espaços acadêmicos, nos espaços políticos etc.

Compreendemos que as mazelas apresentadas e tidas como imutáveis, na verdade, nada têm de natural, de predestinação ou de insuperável, mas, sim, são resultados de uma construção sócio-histórica que, nas suas entranhas, gera desigualdade e preconceito. A formação da sociedade brasileira recém-saída do escravismo formal carrega, em si, a cultura da casa Grande e Senzala.

Capitalismo e escravidão, irmãos siameses na exploração humana, no Brasil e em várias outras partes do mundo, são construções sócio-históricas que explicam a estrutura e a conjuntura da composição da População em Situação de Rua.

Ao debruçarmos nosso olhar para essa população, vemos trabalhadores pauperizados que se encontram à margem da possibilidade de estarem no mercado formal de trabalho, mas que continuam sendo explorados e estigmatizados.

Cometeríamos um erro se considerássemos que, por estar fora da formalidade do trabalho, a População em Situação de Rua não integra a cadeia de produção de mais-valor através do seu trabalho não pago. Para exemplificar essa afirmação, consideremos a atividade de um catador de materiais recicláveis, uma das principais atividades laborais dessa população, conforme demonstrado em pesquisas apresentadas, anteriormente, que entrega o fruto do seu trabalho diário retirado dos lixos residenciais para indústrias que se utilizam desses materiais. Mas integra, também, porque, para a continuidade da acumulação capitalista, o desemprego, que joga parcelas consideráveis de trabalhadores em condição de pauperização, é parte estruturante.

Partimos da compreensão, com base no pensamento de Marx, que o trabalho é uma atividade fundante do ser social e de seu desenvolvimento em todo e qualquer

modo de produção. A partir do trabalho se estrutura uma série de relações sociais que dá consistência e sentido à vida em sociedade.

Ao afirmarmos que não existe sociedade sem trabalho buscamos evidenciar o seu caráter permanente e, ao mesmo tempo, em uma relação dialética. O lugar do trabalho em cada sociedade vem sendo alterado por ser uma atividade socialmente determinada. O modo de produção, quem organiza o trabalho, quem usufrui dos produtos do trabalho, de como esses produtos são distribuídos variam historicamente.

Nessa linha proposta por Marx, o trabalho funda o ser social e, no mesmo processo, sofre injunções do ser social no conjunto das relações sociais que são particulares a um modo de produção. Ao fundar o ser social determina também a constituição e o desenvolvimento de todas as demais atividades humanas, todas elas, em última instância, determinadas pelo trabalho.

Hoje, mantido o modelo societal vigente, ao trabalhador em situação de rua, resta, unicamente, para além de sobreviver da rua e na rua, a moradia em cemitério, após ser enterrado como indigente. Encerrando, assim, o mais elevado nível da exploração e degradação humana.

Consideramos que a ausência de acesso a políticas públicas permanentes, que garantam direitos a uma vida digna para esse segmento da classe trabalhadora, reforça o estigma da invisibilidade, tornando-se a expressão mais radical, hoje, da “questão social”. A resposta do Estado burguês vem pela repressão, pela violência física e psicológica, através de seus aparelhos governamentais. Nesse complexo de atuação do Estado, entendemos que o recolhimento compulsório dessa população se apresenta como uma versão contemporânea das workhouses dos séculos XVIII e XIX.

Por isso que, em nosso entendimento, a categoria “questão social” é a mesma do surgimento da sociedade industrial¹⁰⁵, somente as suas formas de expressão é que são diferentes. Entendemos assim, porque a “questão social” encerra, em si, uma dupla dimensão, por um lado, é a manifestação do estado de pobreza que se forja no âmago do capitalismo, por outro lado, é a manifestação de um ator político (classe operária) que toma consciência, se organiza, e se torna o sujeito da denúncia. Ultrapassando o estágio de classe em si a classe para si.

¹⁰⁵ “A questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. IAMAMOTO, 1983, p. 77.

Portanto, no trato com a População em Situação de Rua, o Estado, como já apontamos, invariavelmente, adota políticas conservadoras expressando de forma translúcida práticas higienistas¹⁰⁶. O uso da violência tem sido habitual para afastar essas pessoas dos centros urbanos e levá-las para áreas remotas

Sobre a violência sofrida pela População em Situação de Rua, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apresenta-nos impactantes informações¹⁰⁷:

Quando tratamos da questão da violência sofrida por esta população, recorremos aos dados produzidos pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Material Reciclável (CNDDH) no período de 2011 a 2015. Durante a execução mencionada o CNDDH registrou mais de 2.500 casos de violações de Direitos Humanos recebidas, principalmente, da busca ativa e do Disque 100. A partir da classificação das violações, foi possível obter um panorama geral da violência contra a população em situação de rua no país, no qual a violência física ganha destaque (34,4%) seguido da violência institucional (24,1%), da negligência (16,3%) e da violência psicológica (16,1%). Dentre as violações físicas o homicídio se destaca chegando a 327 em 2013 e 248 em 2014, seguido por Lesões Corporais que chegou a 98 e 97 no mesmo período e tentativas de homicídios, 74 e 92 no mesmo período. Para exemplificar, destacamos os homicídios registrados em 2013 contra a população em situação de rua, que chegou a 327, para um público de aproximadamente 100 mil pessoas em todo o país e comparamos com a média de homicídios no Brasil, que era de 23,27 por 100 mil habitantes no mesmo período. (RESOLUÇÃO 40, CNDH, 13/10/2020)

No Brasil, alguns casos de extermínio executados pelos aparelhos de repressão do Estado ou por grupos diferentes da sociedade, que são, de uma forma ou de outra, protegidos pela Justiça ou pela própria polícia, sobre a População em Situação de Rua ganharam o noticiário internacional. A Operação Mata-Mendigo (1963)¹⁰⁸ e a Chacina da Candelária¹⁰⁹ (1993), A Chacina da Sé (2004), em São Paulo – a qual no referimos no Capítulo III, o assassinato de Galdino Jesus dos Santos, em

¹⁰⁶ O Higienismo se preocupa com as doenças, a sociedade, e o ambiente, tendo a saúde da população e a salubridade dos espaços como foco para a formação de uma nação forte. A evolução do Brasil como nação, que agora, republicano, buscava ordem e progresso e dava a partir de contenção das epidemias, do saneamento social, do controle dos corpos, da civilização dos indivíduos e dos espaços. [...] A proposta higienista orientou a saúde pública no que se refere a questões espaciais, como a Reforma Urbanística na cidade do Rio de Janeiro. [...] As políticas higienistas efetivadas em prol da saúde pública atuavam como um mecanismo de estratificação e controle social. CINACCHI, 2017, p. 25, 26 e 27

¹⁰⁷ Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

¹⁰⁸ Extermínio de População em Situação de Rua pelo Serviço de Repressão à Mendicância do Estado da Guanabara na década de 1960 durante o governo Carlos Lacerda. Corpos com sinais de tortura foram encontrados no rio Guandu e rio da Guarda. Olindina Alves Jupiaçu sobrevivente do extermínio denunciou a barbárie ao Jornal Última Hora.

¹⁰⁹ Em 23 de julho de 1993, oito meninos foram assassinados enquanto dormiam em frente à Igreja da Candelária.

Brasília, (1997) expuseram as ações arbitrárias e a violência institucional, explícita ou não, contra os pobres e miseráveis no país.

Gatto (2017) mostra-nos ações conservadoras adotadas por diferentes gestões municipais, que acarretaram a mudança da arquitetura e urbanismo da cidade como o fechamento de áreas abertas de viaduto, acabamentos pontiagudos no chão dos viadutos¹¹⁰ para evitar a presença dos “indesejáveis”. Sobre essa “nova arquitetura” citando Coimbra (2011) Gato aponta:

Nesses anos [19]90, com o crescimento da pobreza, dos miseráveis e do número de “moradores de rua”, surge uma “arquitetura antimendigo”. Constroem-se prédios sem marquises ou cercados grandes; passa-se óleo queimado nas entradas das lojas ou instalam-se chuveiros que molham o chão à noite. Tudo isso para “afugentar os moradores de rua”, da mesma forma, são instaladas grades e canteiros debaixo de viadutos que vêm abrigando famílias inteiras de “sem-teto”. (COIMBRA, 2011, p. 122 apud GATTO, 2017, p. 124).

Em tempos mais recentes, os megaeventos realizados no Rio de Janeiro: Copa das Federações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) ao mesmo tempo em que trouxeram lucros a setores da burguesia serviram de pretexto para o aprofundamento de operações de violência, entre elas, o recolhimento compulsório da População em Situação de Rua¹¹¹.

O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) apresentou relatório sobre o registro de violações de direitos humanos cometidas pelo poder público, que indicavam o caráter higienista no contexto que antecedeu à Copa do Mundo de 2014.

Importante ressaltar que só há visibilidade da População em Situação de Rua através de um olhar discriminatório e preconceituoso sobre esses trabalhadores. São vistos como resultado de sua própria opção, em função de indolência ou do vício e, então, são interpretados como “escória” da sociedade. Descola-se, assim, a retina da real explicação e do cerne da questão, que se encontra sistema e modelo sociedade construídos ao longo dos séculos. Sociedade esta, que traz em seu código genético

¹¹⁰ Prática comum das prefeituras até os dias de hoje, como demonstra reportagem do jornal Folha de São de Paulo, em 01.02.2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml>>. Acesso em: 02 fev.2021.

¹¹¹ No dia 06 de junho de 2014, um grupo de Promotores de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, flagrou cinco vans da Prefeitura do Rio de Janeiro, chegando ao Abrigo de Paciência com 26 pessoas em situação de rua, que relataram uso de força pelos funcionários. Os Promotores de Justiça denunciaram, ainda, a situação precária e degradante do Abrigo de Paciência. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>> Acesso em: 15 jan.2021.

a omissão e a violência do Estado e da sociedade no trato dessa população. Os governos, em seus diferentes níveis (federal, estadual, municipal), ao serem forçados a agir por pressão da sociedade civil, o fazem, em geral, buscando atender aos interesses mercantis, ou implantando políticas públicas fragmentadas, as quais, na maior parte das vezes, estão impregnadas de violência institucional.

Netto (2011, p.220) nos ajuda entender a constituição desta movimentação do Estado

[...] articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” é que constitui uma expressiva face contemporânea da barbárie.

Durante séculos de desatenção e repressão, a classe dominante brasileira impediu a construção e efetivação de políticas públicas voltadas para a População em Situação de Rua. Como mostramos no Capítulo III, em nível federal, somente em 2009, esse ciclo começa a se romper com a aprovação, através da luta do MNPR, da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Em relação ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua, ao considerarmos o imbricamento existente entre as questões objetivas, estruturais, a crise do capital, a hegemonia neoliberal e as gestões conservadoras, é possível constatar que são graves os impactos sofridos. São impactos do ponto de vista subjetivo, sobre seus interesses e necessidades, sobre sua forma de organização; sobre seus desafios em lutar por um projeto civilizatório e sobre sua compreensão do papel da direção para o fortalecimento do movimento.

Ferro (2012, p.147) apresenta elementos como a “a cultura assistencialista que tutela a População em Situação de Rua, a baixa tradição associativista”, bem como a insuficiente “formação política, a escassez de recursos e, por fim, a alta volatilidade de seus líderes e membros”, que explicam as dificuldades do movimento em se organizar politicamente.

Avançando e aprofundando as análises, com base no material dos três capítulos de nossa dissertação, sobre a forma de organização e as ações concretas do MNPR, as quais trazem consigo sinais do passado, apontamos quatro eixos, em ordem cronológica, que consideramos importantes:

Em primeiro lugar, ganha ênfase a participação de grupos progressistas da Igreja Católica na busca da organização política da População em Situação de Rua,

desde a década de 1980 até a atualidade¹¹². As ações denominadas de “caridade”, refletida nas ações de assistência em conjunto com a formação política são marcas da ação social desses setores progressistas católicos.

Em segundo lugar, observamos as lutas pela redemocratização da sociedade brasileira na transição da década de 1970 para 1980, trazendo importantes avanços para a organização da classe trabalhadora, dentre outros elementos, cujo marco legal consta da Constituição Federal de 1988.

Seguindo o caminho cronológico, o terceiro eixo diz respeito ao incentivo à criação de espaços político-institucionais de debates e de participação social em diferentes governos do Partido dos Trabalhadores. Em termos nacionais, com Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente; em termos municipais destacamos São Paulo, com Luiza Erundina como prefeita e Belo Horizonte, com Patrus Ananias como prefeito.

Em quarto lugar, ganha destaque a criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), na década de 2000.

O desenrolar histórico destes eixos apontados acima buscamos discutir nos três capítulos da dissertação.

Ao revisitarmos a história de construção do MNPR (Capítulo III) entendemos que o apoio de setores da igreja católica (OAF, CEB, Pastoral da Rua) em conjunto com ações do Partido dos Trabalhadores foi fundamental para a criação do MNPR.

Inicialmente, foram as organizações sociais que trabalham com a população em questão que se articularam e reivindicaram que o poder público assumisse um papel ativo e de atenção social diante da problemática. No entanto, progressivamente, a reivindicação se fortaleceu por meio do protagonismo e da organização política da própria população em situação de rua, estimulada e apoiada por diversos atores no qual se destaca a Igreja Católica. (FERRO, 2012, p.2)

Um aspecto marcante, que chama a atenção, é o reconhecimento da Coordenação Nacional do MNPR a Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Apontamos as possíveis explicações para esse reconhecimento: a origem proletária do ex-presidente da república; o Programa Bolsa Família, que atendia parte dessa população; a presença constante, nos dois mandatos, como presidente, em períodos de festas natalinas, na sede do MNCR; a edição do decreto nº 7053/2009, o qual citamos no capítulo III – que trata de instituição da Política

¹¹² Registramos o papel de setores da Igreja Católica em outras frentes de organização da classe trabalhadora, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiou a criação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Nacional para a População em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) e o apoio à criação do MNPR.

Ferro (2011, p.136) busca explicar a força simbólica do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) junto à militância do movimento:

Quando a gente chegava em Brasília eles falavam “são os filhos do Lula, do Presidente”. Todo mundo de camiseta azul do MNPR... tava chegando “os filhos do Lula”. Ninguém mexia com a gente. A população de rua foi valorizada. Foi um avanço. São dois movimentos que vão e conversam com o Presidente. O Movimento Nacional da População de Rua [MNPR] e o Movimento dos Catadores [MNCR]. Outros movimentos não têm essa articulação

Ao longo da pesquisa realizada e pelo trabalho em campo, fomos instados a participar de diversos grupos criados no WhatsApp, que versavam sobre a luta e os direitos da População em Situação de Rua. São participantes desses grupos, representantes de entidades da sociedade civil, de diferentes matizes religiosas ou laicas, e por coordenadores e integrantes do MNPR. A esses grupos convencionou-se a denominação de “Rede Poprua”.

Essa aproximação nos possibilitou um maior conhecimento do tema e ampliou a interlocução com diversos sujeitos políticos da “Rede Poprua”. Um aspecto que nos chamou a atenção nesse período foi o fato de algumas lideranças¹¹³ do movimento assumirem um papel de assistência social, em determinados casos, de forma quase integral, em detrimento de uma perspectiva de organização política desse segmento da população. O socorro imediato e urgente para a população extremamente pauperizada sobrevivente nas ruas e sem a assistência do Estado através da distribuição nas ruas, de alimentos, vestuários, kits de higiene, e em alguns casos, internação em hospitais públicos, passa a ser atividade principal que ocupa o dia a dia dessas lideranças. O tempo dispendido e a atenção ficam, exclusivamente, voltados para cumprir este papel na área da assistência em detrimento da luta política. Isso ocorre exatamente pela ausência do Estado no âmbito do atendimento à população, tendo como ênfase, quando age, conforme afirmamos, anteriormente, a ação institucional violenta.

¹¹³ Quando utilizamos a expressão líderes do movimento consideramos não só a pessoa que ocupa um cargo na direção do movimento, mas todos (as) que têm uma inserção e reconhecimento de organizações da sociedade civil por sua atuação direto junto à PSR.

Ao mesmo tempo, as mazelas produzidas pelo capitalismo (precarização, informalidade, desemprego, flexibilização etc.) que lançam amplas parcelas de trabalhadores para a condição de rua, a cada dia, reforçam, nelas, a perda de identidade enquanto trabalhadores (formal) e de pertencimento a uma classe. São elementos a dificultar a organização desse setor da classe trabalhadora.

Entendemos a complexidade de se organizar o movimento em condições extremas de pobreza e por dinâmicas diferenciadas. Para corroborar essa condição, vale destacar que, ao mesmo tempo em que escrevemos essas linhas, dois líderes do movimento tiveram que solicitar ajuda aos apoiadores, porque não tinham mais condição de comprar alimentos.

Como conciliar as reivindicações dos trabalhadores catadores de produtos recicláveis com a do vendedor de doces nos semáforos e/ou com aqueles que se oferecem para limpar os vidros dos carros quando estão parados no trânsito e/ou com o “flanelinha” que toma conta do estacionamento etc.? Estes trabalhadores estão impossibilitados de reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

De fato, segundo Neves (2010, p.115) há uma divisão social do trabalho entre eles:

São subempregados que tentam sobreviver a partir de alguma atividade remunerativa, classificação alternativa que pressupunha uma nova divisão social do trabalho. São xepeiros (catadores de restos de alimentos), são marisqueiros (catadores de mariscos nas praias), são papeteiros (catadores de papel para reciclagem), são garrafeiros (catadores de garrafas para reaproveitamento), são lateiros e madeireiros (catadores de latas e madeiras nos entulhos das construções de imóveis). São cantores de porta de restaurantes e bares. São guardadores e limpadores de carros (pessoas que se dedicam à vigilância e à limpeza de carros nos estacionamentos).

Essa divisão, resultante da pauperização, dentre diferentes elementos, dificulta a organização e a luta coletiva desses trabalhadores, condição política fundamental para qualquer setor da classe. Embora possamos observar que a construção desse movimento social vem se dando de forma imbricada com setores da sociedade civil, não pertencentes a esse segmento, e com uma relativa dependência da ação de diferentes níveis governamentais, a iniciativa de organização da População em Situação de Rua através de um movimento social de âmbito nacional, no Brasil, foi tomada e não deve ser subestimada. O “rito de passagem” da condição de viver em situação de rua para constituir-se como direção do movimento é um passo importante na direção da negação da realidade vivida e da busca de novos caminhos de

transformação da realidade coletiva. Embora essa condição não tenha se revelado suficiente, é necessária e encontra-se em andamento.

Consideramos que um salto importante a ser dado pela Coordenação Nacional do Movimento é insistir na formação política dos trabalhadores que constituem o MNPR e as universidades públicas podem ser um espaço importante nesse aspecto.

Um momento importante dessa construção coletiva de formação política e de organização das pessoas que estão na rua ou que possuam trajetória de rua ocorreu quando o MNPR produziu, em 2010, e em parceria com o Instituto Pólis¹¹⁴, uma cartilha de formação política: “Conhecer para lutar”.

Outro salto importante é aprofundar e tornar mais amiúde os vínculos de solidariedade classista com outros movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e centrais sindicais, com vistas a ações conjuntas de enfrentamento à questão social.

Como mostramos no capítulo II, os movimentos sociais constituem-se uma organização fundamental da classe trabalhadora na luta de classes, na modernidade capitalista. Entendemos que a contestação ao capitalismo e/ou às suas incidências nas relações sociais, através dos movimentos sociais, explicita a contradição existente entre os interesses da burguesia e os reais e necessários interesses da classe trabalhadora. Sua forma originária foi o movimento operário-sindical, tendo como primeira luta organizada a redução da jornada de trabalho, ainda no século XIX. Ao longo dos tempos, as formas, tipos e locais da luta da classe trabalhadora, através dos movimentos sociais, foram se diversificando, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, no “âmbito das relações de trabalho, ou ligados à reprodução - de luta pela terra, moradia, etc. - ou na luta pelas questões de gênero, étnico-raciais, etc. – os denominados identitários” (MARCONSIN, 2019, p.59).

Para Marconsin (ibid., 2019), esses movimentos se formaram “ao longo do século XX, de diferentes tipos” e, no processo, “se encontram em um ponto que lhes é comum: a luta pela obtenção de direitos na sociedade do capital”.

Nesse sentido, a criação do MST, MTST, CMP, MNCR e do MNPR com suas respectivas histórias de luta são exemplos concretos da resistência da classe trabalhadora para além dos instrumentos clássicos como os sindicatos e partidos políticos.

¹¹⁴ Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Disponível em: <<https://polis.org.br/>>. Acesso em: 16 set. 2021

Como demonstramos no Capítulo III, o MNPR, criado em 2005, surge nesse contexto de luta de classes. Ao longo de sua existência e por diversas vezes o movimento conseguiu estabelecer alianças em ações pontuais com outros movimentos sociais e que demonstram a importância da solidariedade classista para resistir e avançar contra as violências que o capitalismo impõe.

O MNPR, ao completar 16 anos de organização, encontra-se com direção formal em 19 dos 27 estados da federação, conforme informação da Coordenação Nacional. Fato esse muito significativo, se considerarmos as condições conjunturais, como apontamos anteriormente, principalmente, sob o avanço do governo de características neofacistas de Jair Messias Bolsonaro (sem partido).

Sob o manto do pessimismo da razão, surge como possibilidade trágica para a humanidade, o cenário da extinção da vida no planeta, considerado o grau intenso de exploração capitalista, com a consequente destruição do meio ambiente, do esgotamento dos recursos naturais e das persistentes guerras imperialistas. Portanto, a civilização, tal qual a conhecemos, hoje, poderia estar mais próxima do fim, do que de uma revolução social mundial que leve à emancipação humana.

Sob o manto do otimismo da vontade, voltamos ao início das nossas considerações finais para responder, em um diálogo imaginário, a Anderson Lopes Miranda em sua reflexão: Anderson, sim, é possível organizar a População em Situação de Rua e a história do MNPR é a prova inconteste dessa possibilidade. Os invisíveis se organizaram, lutam e conquistarão seus direitos. Outra sociedade é possível e, nela, não haverá uma pessoa sequer em situação de rua! Os sonhos não envelhecem!

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P.; SADER, E (Org.); ENTILLI, P. (Org.). **Balanço do Neoliberalismo**. In: **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANKER, J. Organizing homeless people: Exploring the emergence of a user organization in Denmark. **Critical Social Policy**, v. 28, n. 1, p. 27-50, 2008.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARBOSA, E. S. **Levantamento histórico sobre as políticas públicas para a população em situação de rua de 1888 até a atualidade**. Texto apresentado no II Colóquio Latino Americano de História de Enfermagem, Rio de Janeiro de 12 a 15 de setembro de 2005.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, E. R. **Escassez é um mito vendido caro: sobre o orçamento público em tempos de pandemia**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/11/11/emergencia-e-social-nao-fiscal/>>. Acesso em: 07 jan.2021.

_____. **A emergência é social, não fiscal**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/11/11/emergencia-e-social-nao-fiscal/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOITO, A. J. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf>. 2003>. Acesso em: 20 jan.2021.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 08 set.2020.

BRASIL. Ministério Da Mulher, Da Família E Dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional de Direitos Humanos**. Resolução nº 40. Outubro, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf>. Acesso em: 15 set..2021.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. MDS. Brasília. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua/?repeat=w3tc>>. Acesso em: 28 jul.2021.

BRASIL JUNIOR, A. S. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. p. 232-268. CLACSO, São Paulo: HUCITEC, 2013.

CADERNOS FGV DIREITO RIO, Série Clínicas, **Educação e Direito**, Rio de Janeiro, v. 9, 2017.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1986.

CARVALHO, S. R. R. **A Central de Movimentos Populares e o Processo Brasileiro de Democratização**: Uma Trajetória de Construção – 1993 – 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

CASTELO BRANCO, R. **“Questão Social” na Origem do Capitalismo**: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CENTRO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS - CNDDH. **Relatório sobre Violações de Direitos da População em Situação de Rua nos meses que antecedem a realização da copa do mundo 2014**. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan.2021.

CISLAGHI, J. F. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo**: respostas do capital à crise. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>>. Acesso em: 29 dez.2020.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2005.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói/RJ: Intertexto, 2001.

_____. **Direitos humanos e criminalização da pobreza**. Seminário de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: A Situação de Crianças e Adolescentes na América Latina Hoje. UERJ, Rio de Janeiro. 2006.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política**. A Dualidade de Poderes e outros ensaios, São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, C. N. **A época neoliberal**. Revolução passiva ou contrarreforma? – Gramsci e o Brasil. Outubro, 2007.

DARDOT, P; LAVAR, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **O Bonapartismo de Toga: Golpe, contrarreformas e o protagonismo político do Poder Judiciário no Brasil atual**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/01/25/o-bonapartismo-de-toga-golpe-contrarreformas-e-o-protagonismo-politico-do-poder-judiciario-no-brasil-atual/>>. Acesso em: 07 jan.2021.

ENGELS, F. O Capital de Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 23-31.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2004.

FERRO, M. C. T. **Desafíos de la participación social: Alcances y limites de la construcción de la Política Nacional para Población em Situación de Calle em Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política e Sociologia) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, FLACSO, Buenos Aires, 2011.

_____. **A Política Nacional para a população em situação de rua no Brasil: avanços e limites da participação social**. 2012.

_____. **Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua**. Aula 1, Módulo 1. Escola do parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/06/PopRua-Aula-1-Carolina-Ferro.pdf>> . Acesso em: 07 jul.2020.

FREITAS, R. M. de. **População em situação de rua e questão social no Rio de Janeiro: algumas mediações possíveis**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GALVANI, D. **Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades**. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GATTO, M. **Os indesejáveis**: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil**: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n.1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

_____. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

GOIRAND, C. **Movimentos Sociais na América Latina**: elementos para uma abordagem comparada. Artigo recebido em 26 de junho de 2009 e aprovado para publicação em 27 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/fNZLLNgnL9VSJRX3mtd4GNc/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ago.2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. Parte II, p. 115-184.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. A Questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. p. 209-331.

LEMÕES, T. S. **População em situação de rua e a linguagem dos direitos**: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014.

LIMA, J. C. P. **A pobreza como um problema social**: As ações de Victor Tavares de Moura e Agamenon Magalhães nas favelas do Rio e nos Mocambos do Recife durante o Estado Novo. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

MALHEIROS, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Vol.2, p. 169. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/27nk7/pdf/malheiros-9788579820731.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2021.

MARCONSIN, C. **Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviços Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. “**Serviço Social e Movimentos Sociais: um estudo no âmbito da formação profissional**”. Projeto de Pesquisa do Pós-doutorado em Serviço Social. PEPGSS/PUC-SP. São Paulo, 2018.

_____. **Relatório Final do Pós-doutorado**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC, São Paulo, 2019.

_____; CAETANO M. L. M. **Trabalho, Superpopulação Relativa e Pauperização: um debate sobre nexos, mediações e contradições**. Anais do XV ENPESS. Ribeirão Preto/SP. ABEPSS, CNPQ, CAPES, FAPESP, UNESP, CFESS, 04 a 09 de dezembro de 2016.

MARRO, K. I.; ABRAMIDES, M.B (Org.); DURIGUETTO, M.L. (Org.). O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, p. 278-294, 2014.

MARTINS, J. S. **Sociedade vista do abismo** : Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATTOS, M.B. (Org.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004.

MARX, K. **El Capital: Crítica de la Economía Política**. Buenos Aires/Cidade do México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1946. 2 v.

_____. **Formações Pré-Capitalistas**, Pensamento crítico. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1964. v. 3.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1 Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Col. Os Economistas, Tomo I.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital.

MELO, D. B. **A crise dos anos 60**. Exame de qualificação. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2008.

MELO, T. H. A. G. **Política dos “Improváveis”**. Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2017.

MESTRINER, M. L. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

MILAGRE JUNIOR, S. L. **Ideias Penais e Instituições Prisionais no Contexto Republicano**: uma análise do combate à vadiagem por meio da Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino em Minas Gerais (Sabará, 1895 -1901). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2013. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Comunicação apresentada no II Congresso de Cultura Negra das Américas, entre os dias 17 a 21 de março de 1980 no Panamá. Publicado em Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. São Paulo, Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>>. Acesso em: 16 dez.2020.

_____. **Cem anos de abolição do escravismo no Brasil**. p. 5-10, 15. ed. Maio de 1988. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/15/cat/2051/cem-anos-de-aboli%C3%A7%C3%A3o-do-escravismo-no-brasil-.html>>. Acesso em: 15 dez.2020.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua. set. 2010.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020), Nota Técnica 73; Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em: 07 set.2020.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Capacitação em serviço Social e Política Social, Brasília, CEFESS/ABEPPS/CEAD/UnB, 1999 (módulo I).

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2004.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época v. 20).

_____. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007a.

_____. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Texto-base da conferência pronunciada no VI Encontro Nacional de Política Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). 2011.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 29, p. 99-130, 2011.

OLIVEIRA, A. D. de. et al. A intersectorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-103, 2014.

O TRECHEIRO. 135. ed. setembro de 2005. Disponível em: <https://rederuaspp.files.wordpress.com/2017/08/135_o_trecheiro_setembro_2005_sit_e.pdf>. Acesso em: 07 jul.2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartides**. 2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 51-61, jan./jul. 2001.

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2. ed. ver. São Paulo: Instituto Lucácks, 2012.

POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Maio de 2008 Brasília/DF. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutsos/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

PORFÍRIO, M. V. **População em Situação de Rua e direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro: a invisibilidade no olhar dos meios de comunicação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado-providência**. Goiânia; Brasília: Editora da UnB, 1997.

_____. **A nova questão social**. Repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SANTOS, G. P. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil:** Um estudo discursivo crítico sobre o movimento nacional da população em situação de rua (MNPR). Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, N. D. **O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina:** Uma trajetória de luta. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SCHONS, S. M. **A Questão social hoje no município:** A resistência um elemento em construção. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

SILVA, A. P. P. **O pensamento social de Clóvis Moura:** relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. 41º Encontro Anual da Anpocs GT28 Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. 2017.

SILVA, M. H. C. da. **Viver como der:** um estudo sobre os moradores da cidade do Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 1997.

SILVA, M. L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, R. B. **O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo:** limites e possibilidades da participação social. Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, Universidade São Carlos, São Paulo, 2008.

SIMONSEN, R. **História Econômica do Brasil**, t.1: 1500-1820. São Paulo: Nacional, 1937.

SINGER, A. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 83-102, 2009.

SNOW, D; CRESS, D. M. Mobilization at the margins: resources, benefactors, and the viability of homeless social movement organizations. **American Sociological Review**, v. 61, n. 6, p. 1089-1109, 1996.

SOUZA, J. **Ralé Brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993. p. 35-82.

ANEXO A – O MNPR/ Apoiador@s e a Solidariedade Epidêmica

CORDEL

O MNPR/ APOIADOR@S E A SOLIDARIEDADE EPIDEMICA.

I

Quando o fique em casa chegou
nossos corações congelou
Se eu não tenho uma casa
Como ficar numa Dotô???

II

Mesmo assim não desanimamos
Pois só as Lutas mudam a Vida
Somos uma POPULAÇÃO RESISTÊNCIA
Guerreira, destemida e AGUERRIDA.

III

Logo alguns Grupos que iam pras Ruas
Com Receio muitos deixaram de IR
E isso nos fez pensar, Correr e Agir
E o MNPR Solidário em muitos Estados Começaram a Interagir e Surgir

IV

Foi no dia 20 de Março de 2020 que No Rio Grande do Norte Surge a Iniciativa
Cria- se a Campanha PopRua
Pra amenizar o Sofrimento a Vida

V

A vida é uma dádiva de Deus
E um Batalha Insistente, Perena
Nesse Contexto Surge a Campanha PopRua : A SOLIDARIEDADE NÃO PODE
ENTRAR EM QUARENTENA!!!

VI

Também em outros Estados surgem diversas campanhas Solidárias
Pois só assim iremos diminuir
A fome, sede, e trazer as proteções pra PopRua que são tão NECESSÁRIAS

VII

Só esperamos enquanto Movimento Nacional População em Situação de Rua que
as Gestões Aprendam com o Sofrimento do CoronaVirus/ Covid19
E tenham Políticas Públicas Estruturais
Pra PopRua, pra População Pobre...

FIM.

Autor,
Vanilson Torres
Do MNPR no RN

ANEXO B – 19 de Agosto, Dia de Luto e de Luta da PopRua

POEMA :

Dia de Luto e Luta.

I

No dia 19 de Agosto de 2004
Um triste fato ocorreu
7 pessoas em Situação de Rua
Na Praça da Sé em SP morreu

II

Brutal e covardemente sem
dá Nenhuma defesa
Mataram 7 Brasileiros
Que viviam na incerteza

III

Na incerteza de um dia
Que ainda ia raiar
Mas vieram os meliantes
Pra suas vidas ceifar

IV

Após aquela macabra noite
Algo começou a mudar
Surgiu o MNPR, um movimento de luta
Por seus Direitos Lutar

V

Começou em 2 Estados
São Paulo e Minas Gerais
Hoje estamos em 19
Na Luta por Direitos Humanos e Sociais

VI

Mas não pensem que é Fácil!!!!
O massacre continua...
Quando é negado direitos
A população em situação de rua

VII

Alguns estados conquistaram DIREITOS
A saúde, trabalho e até habitação
Porém em outros lugares
Inclusive em Natal
É negado até dormir no CHÃO!!!!

VIII

Por isso sigamos na Luta e nas RESISTÊNCIAS pois nesse País
Nada é Conquistado de Graça

Se não temos Moradia, vamos ocupando as Câmaras, assembleias, Viadutos, Marquises as Praças!!!

IX

Dia 19 de Agosto é o DIA
DA LUTA DO POVO DA RUA
Nós não vamos nos Calar Jamais
Sabe por quê????????????????????
Porquê nossa Luta CONTINUA.

FIM, do poema e não da Luta.

Att, Vanilson Torres Movimento Nacional População em Situação de Rua-MNPR no Rio Grande do Norte

ANEXO C – Poesia Real no Mundo



Movimento Nacional População em Situação de Rua-MNPR

O Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte-MNPR/RN vêm desde sua criação em 23 de Outubro 2012, atuando em defesa dos direitos sociais da População em Situação de Rua, como também realizando ações e formações políticas sobre Direitos Humanos e Sociais. O MNPR está organizado em 19 Estados da Federação.

POESIA REAL NO MUNDO.

POPRUA, OUTRAS POPULAÇÕES E A COVID 19

I

O COVID19 CHEGOU AO MUNDO
PRA TRAZER MUITAS REFLEXÕES
COMO TAMBÉM PARA MUDAR
PENSAMENTOS, CONCEITOS,
ATTITUDES, MUDAR GERAÇÕES

II

PRA QUEM ESTÁ EM SITUAÇÃO
DE RUA NO BRASIL COMO FAZ
PRA NÃO SAIR FICAR EM CASA?
NOSSA REALIDADE É CRUEL
PRA NÓS ESSA ORDEM NÃO
ADIANTA SÓ ATRASA

III

ESTÁ NAS RUAS É DIFÍCIL E
AGORA COM A PANDEMIA FICOU
MUITO MAIS COMPLICADO
POIS HABITAÇÃO, SAÚDE
EDUCAÇÃO DENTRE OUTRAS
É DIREITO DO POVO BRASILEIRO



ANEXO D – Rap Da Rua**RAP Da RUA**

I

Sorrir? Quero!!
 Posso? NÃO!!!!
 Porquê cama é Calçada e
 lençol papelão

II

O poder não liga pra Nós
 Bem alto gritamos
 Mas el@s não querem
 Ouvir a nossa Voz

III

Nômades nós somos
 E é preciso!!!!
 (PÁ, PÁ,PÁ, som de tiros).
 Corremos Perigo

IV

O Deus do Céu
 cuida da Gente
 É dono do passado,
 futuro e presente

V

Dormir nas Ruas!!!!
 INCERTEZAS!!
 Um Olho aberto outro
 fechado olhando as Redondezas

VI

Lutar Não é esperar
 Mudanças Virão
 Temos que continuar a lutar
 Lutar Não é esperar
 mudanças virão
 Temos que continuar a Lutar, lutar, lutar...

Autor: Vanilson Torres

Coordenação do Movimento Nacional População em Situação de Rua-MNPR

Coordenação do MNPR/Nordeste

Coordenação do MNPR no RN

Conselheiro Nacional de Saúde pelo MNPR

ANEXO E – Universidades nas Ruas, e as Ruas nas Universidades

I
 A Universidade veio as ruas de Natal Em 2012 através da UFRN, do Centro de
 Referência em Direitos Humanos-CRDH
 É a partir desse momento que essa história vamos te contar

II
 Foi um encontro cheio de incertezas Cores, vidas, sonhos, amor, resistência
 De um grupo bastante estudado e de outro na luta pela sobrevivência

III
 Após essa experiência os dois grupos Se aproximaram, se entrelaçaram
 E começaram a atuar juntas, juntas
 E uma linda história iniciaram

IV
 Começou uma série de teses, mestrados, doutorados, dissertações com a
 População em Situação de Rua
 E a universidade passou a ver e discutir Essa realidade nua e crua

V
 O que importa entender nessa vida
 É que os saberes são diversos
 E que o acadêmico e o popular
 São temas que tem nexos

VI
 O Movimento Nacional População de Rua-MNPR participa de formações palestras,
 rodas de conversas
 na UFRN e outras instituições
 Isso mostra como a vida é complexa

VII
 E que as universidades precisam cada vez mais abrir as portas para os movimentos
 sociais e populações Porque as universidades ensinam
 Mas o popular traz lições

VIII
 E já se foram oito anos dessa parceria Linda, forte, potente e aguerrida
 Mas o que eu preciso que entendam mesmo É que só as lutas mudam a vida

#EuEstouNaLutaEvocê?
 #SÓAsLutasMudamAvida

Autoria:

José Vanilson Torres da Silva

Coordenação Nacional do MNPR

Coordenação do MNPR no RN e Nordeste.

ANEXO F – Lula Da Silva, Guerreiro do Povo Brasileiro

I

Nascido na cidade por nome de Garanhuns
Lula por ti temos um sentimento profundo
És o Grande Guerreiro do Povo Brasileiro
E com certeza Cidadão do mundo

II

Sua Luta é nossa luta, sua força contagia
Sua voz meu presidente é potente é forte
Seja bem vindo grande estadista
Ao nosso Rio Grande do Norte

III

Lembro que em 2005 em suas andanças
Pelo Centro de São Paulo no meio da Rua
Se deparou com nossa realidade
Difícil, desafiadora, nua e crua.
Determinou a criação do GT pra discutir
As desigualdades da PopRua no Social
E em 23 de dezembro de 2009
Era instituída nossa política nacional

V

Você Lula da Silva com sua humildade
Nos trouxe o decreto 7053, Esperança
E as vidas da População em Situação de Rua
No Brasil foram vistas, teve mudança

VI

Obrigado meu amigo e grande presidente
Por sua história de LUTAS, e tão bela
Eles podem até matar uma, duas três rosas
Mas nunca deterão Vc, que é a PRIMAVERA

Autor: José Vanilson Torres da Silva

Natal/RN 24 de agosto de 2021

Coordenação Nacional do MNPR

Coordenação do MNPR no RN e Nordeste

Conselheiro Estadual e Municipal de Assistência Social.

Conselheiro Municipal de Saúde de Natal pelo Centro de Referência em Direitos Humanos-CRDH/UFRN MARCOS DIONÍSIO

Conselheiro Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA

Conselheiro Estadual e Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas.

Membro do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura-CEPCT/RN

Membro do Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas para a PopRua no RN- CIAMPRUA DO RN

Conselheiro Nacional de Saúde pelo MNPR

SubCoordenador da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde.

Membro da Câmara Técnica da Atenção Básica do Conselho Nacional de Saúde

E-mail: mnprpopruarn@gmail.com Instagram: @mnpr_rn